

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

JOÃO PAULO BARBOSA DOS SANTOS

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AS PRÁTICAS TRADICIONAIS
DOS PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE: O CASO DO BOLSA
FAMÍLIA NAS COMUNIDADES DE JAGUARIBE E PILAR.**

**RECIFE
2012**

JOÃO PAULO BARBOSA DOS SANTOS

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AS PRÁTICAS TRADICIONAIS
DOS PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE: O CASO DO BOLSA
FAMÍLIA NAS COMUNIDADES DE JAGUARIBE E PILAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), como requisito para obtenção do título de Mestre na linha de pesquisa de Administração e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. PhD. José Ferreira Irmão

**RECIFE
2012**

Ficha Catalográfica

S237i Santos, João Paulo Barbosa dos
O impacto das políticas públicas sobre as práticas tradicionais dos pescadores da Ilha de Itamaracá, PE: o caso do Bolsa Família nas comunidades de Jaguaribe e Pilar / João Paulo Barbosa dos Santos. -- Recife, 2012.
146 f. : il.

Orientador (a): José Ferreira Irmão.
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2012.
Inclui referências, anexo e apêndice.

1. Políticas públicas 2. Pesca artesanal 3. Programa Bolsa Família 4. Segurança alimentar I. Ferreira Irmão, José, Orientador II. Título

CDD 320.6

JOÃO PAULO BARBOSA DOS SANTOS

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AS PRÁTICAS TRADICIONAIS
DOS PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE: O CASO DO BOLSA
FAMÍLIA NAS COMUNIDADES DE JAGUARIBE E PILAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), como requisito para obtenção do título de Mestre na linha de pesquisa de Administração e Desenvolvimento Rural.

Recife, ____/____/____.

Prof. PhD. José Ferreira Irmão – UFRPE
Orientador

Prof. Dr. Lautemyr Xavier Cavalcante Canel – SUDENE
Membro Externo

Profa. Dra. Gisléia Benini Duarte – UFRPE
Membro Interno

Prof. Dr. José de Lima Albuquerque – UFRPE
Membro Interno

Ao meu Pai, pelo super orgulho de o seu filho
ter ido tão, mas tão longe.

(Em lágrimas!)

AGRADECIMENTOS

Deus, muita gente vai ser lembrada aqui, pois não posso esquecer ninguém. Todo o esforço que fiz nesta dissertação foi por conta de vocês. Muito obrigado pelo apoio, confiança, alegria, orações e paciência.

Alunos, vocês são as minhas maiores inspirações, esta dissertação é fruto do nosso dia a dia. Obrigado a todos da Facip - Palmares, Escola Técnica Estadual - Palmares, Faculdade Santa Helena, Faculdade Joaquim Nabuco, Faculdade dos Guararapes, Faculdade Decisão e UFRPE.

Amigos: Andresa Lydia, pelas orações, ajuda e vibrações positivas; Anna Hampf, pela humildade e inteligência e por nossa parceria nesta dissertação; Ana Maria Rodrigues – pelas críticas, profissionalismo e ouvidos; Bruno Quirino, o amigo de faculdade que poucos têm o privilégio de ter; Elielton Albuquerque, que me ajuda em várias situações; Renato Barros Leite, pelas caronas, amizade e conselhos; Maria Eugênia Cireno, pela força, garra e coragem que inspira qualquer um a ir longe e rápido; Maria Rosângela Barbosa da Silva, pela ajuda e incentivo (sem você eu não teria conseguido); Rafaela Lins e Sara Dias, pelos elogios e mensagens positivas.

Colegas de Trabalho: Alba Nogueira, pelas descontrações na FG; Irani Oliveira, pela confiança e humildade; Patrícia Filizola, pelo coleguismo e força; Ricardo Rico, por acreditar no meu trabalho.

Família: Ana Margareth Brito – Não seria normal esquecer você; Annarai Santos – Por aguentar meus dramas e companheirismo, Giovanna Hanike – Minha afilhada e sobrinha mais linda, quando crescer vai entender tudo isso aqui; Giovanni Henrique – Meu sobrinho de um pequeno grande coração; Lorena Santos – que me enche de orgulho pela sua determinação e coragem de enfrentar o mundo e conquistar seu lugar ao sol; Maria da Conceição – Minha irmã e minha inspiração desde criança, quando me colocava de joelho sobre milhos para que eu gostasse de estudar. Maria Santos – Minha irmã mais linda, pura, amável e fiel em todos os meus momentos mais difíceis. Maria do Rosário – Minha irmã inocente e de um coração igual ao meu; e, a mais importante de todas, Marleide Barbosa – Minha segunda mãe, que sempre quis e torceu por esse momento, está vendo? Ele chegou e você acreditou e contribuiu de todas as formas para isso; Matilde Barbosa dos Santos – Minha Mãe, que pela misericórdia divina está hoje viva para presenciar e compartilhar esse momento tão especial e único; Paulo – pelo companheirismo, apoio, incentivo e mutualidade; Severino Patrocínio – Pelas orações e força; Tacyana Santos – Minha sobrinha e irmã (sempre, minha irmã!).

Professores – Ana Navaes, Beatriz Mesquita (uma ajuda e tanto), Gilca Xavier, Gisléia Benini Duarte – Por toda consideração, Hermon – Pela presteza e receptividade no instituto oceanário; José Ferreira Irmão – Pelo conhecimento, pelas críticas, pelo orgulho de ser seu aluno. O senhor realmente sabe elevar o aluno; José de Lima – Pela confiança e apoio; Lúcia Moutinho – Professora e coordenadora do PADR por seu esforço em reestruturar e elevar a qualidade deste mestrado e pela proximidade com os alunos. Na “hora certa” eu falei pra Senhora que daria orgulho, espero ter alcançado tal feito; Luis Lira e Vicentina Ramires – pelos conselhos; Tales Vidal e Tirso Ortega.

Amigos feitos na Ilha de Itamaracá – Paulo César Almeida (IPA); Jaqueline Xavier, do Programa de Políticas Públicas da Cidade; Jean Carlos Leitão, da secretaria de meio ambiente, e Murilo Silva, presidente da colônia de pescadores.

A todos, o meu muito obrigado pelo carinho!

João Paulo Barbosa dos Santos.

“[...] mas, o pior não é não conseguir, é desistir de tentar. Não acredite no que eles dizem, perceba o medo de errar [...]”

Vanessa da Mata

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização espacial do município Ilha de Itamaracá - PE	30
Figura 2 - Projeto Orla Jaguaribe	37
Figura 3 - Número de Beneficiários do PBF junho	144
Figura 4 - Número de Beneficiários do PBF julho.....	144
Figura 5 - Número de Beneficiários do PBF agosto.....	145
Figura 6 - Número de Beneficiários do PBF setembro	145
Figura 7 - Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico.....	146
Figura 8 - Pagamentos efetuados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal R\$.	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aptidão ao Bolsa Família.....	72
Quadro 2 - Variável, independente e dependente.....	83
Quadro 3 - Descrição das variáveis rodadas no sistema.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação entre anos e gastos nos Seguro Defeso	58
Gráfico 2 - Programa Chapéu de Palha, valor concedido das bolsa.....	63
Gráfico 3- Programa Chapéu de Palha, demonstrativo dos beneficiários.	64
Gráfico 4 - Estado Civil dos Entrevistados	86
Gráfico 5 - Referência à atividade do marido/esposa do entrevistado.	87
Gráfico 6 - Atividade do (s) filho (s).....	87
Gráfico 7 - Volume de recebimento dos benefícios	88
Gráfico 8 - Nível de escolaridade (entrevistado).....	89
Gráfico 9 - Nível de escolaridade (chefe de família).....	90
Gráfico 10 - Tipificação da residência	90
Gráfico 11 - Material utilizado na construção de residências	91
Gráfico 12 - Média de posse de Bens	91
Gráfico 13 - Tipo de Iluminação Domiciliar	92
Gráfico 14 - Abastecimento de água domiciliar.....	92
Gráfico 15 - Escoamento Sanitário.....	93
Gráfico 16 - Destino do lixo	94
Gráfico 17 - Percepção sobre condições de moradia familiar	94
Gráfico 18 - Perspectivas sobre melhoria nas condições de moradia	95
Gráfico 19 - Destino para socorro médico.....	95
Gráfico 20 - Enfermidades do entrevistado	96
Gráfico 21 - Contribuição previdenciária.....	96
Gráfico 22 - Principal atividade econômica	97

Gráfico 23 - Relação de Patronato.....	98
Gráfico 24 - Tipo de embarcação utilizada	98
Gráfico 25 - Equipamentos utilizados para pesca	99
Gráfico 26 - Horas trabalhadas diariamente	99
Gráfico 27 - Destino da produção.....	100
Gráfico 28 - Fatores que prejudicam a atividade pesqueira	101
Gráfico 29 - Relação com outras atividades/fonte de renda.....	101
Gráfico 30 - Aspiração a outras atividades econômicas.....	102
Gráfico 31 - Relação com outras atividades econômicas	103
Gráfico 32 - Treinamento/Capacitação dos Entrevistados	103
Gráfico 33 - Perspectiva de capacitação dos entrevistados	104
Gráfico 34 - Outras atividades alternativas à pesca.....	104
Gráfico 35 - Incentivos à atividade pesqueira	105
Gráfico 36 - Renda familiar mensal	105
Gráfico 37 - Renda mensal correspondente à sua atividade principal.....	106
Gráfico 38 - Participação em organizações representativas	106
Gráfico 39 - Médio diária da quantidade de refeições.....	107
Gráfico 40 - Alimentos consumidos pela família nos últimos 7 dias.....	108
Gráfico 41 - Percepção do consumo alimentar dos entrevistados	110
Gráfico 42 - Grau de satisfação alimentar	110
Gráfico 43 - Percepção sobre melhoria alimentar das famílias	111
Gráfico 44 - Procedência dos alimentos consumidos	111
Gráfico 45 - Procedência dos alimentos consumidos	112

Gráfico 46 - Participação em grupos, redes, associações.....	113
Gráfico 47 - Qual seria a atividade alternativa abordada em capacitações	114
Gráfico 48 - Nível de confiança em conselhos/ comitês e associações.....	114
Gráfico 49 - Participação em atividades comunitárias nos últimos 12 meses.....	115
Gráfico 50 - Nível de alfabetização considerado mais importante.....	115
Gráfico 51 - Relação da alfabetização com a finalidade	116
Gráfico 52 - Percepção do nível de pobreza.....	117
Gráfico 53 - Percepção sobre pobreza.....	117
Gráfico 54 - Rendimento familiar com desconto do Bolsa Família	118
Gráfico 55 - Renda mensal mínima desejada	119
Gráfico 56 - Número de crianças beneficiadas com o Bolsa Família	119

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 - A ciranda de Lia, a Vila Velha e o engenho São João	32
Imagem 2 - Localização da comunidade de Jaguaribe	33
Imagem 3 - Localização da Comunidade do Pilar.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Índices de Desenvolvimento Humano em Itamaracá - 1970 a 2000.....	31
Tabela 2- Distribuição regional do crédito rural proveniente do PRONAF em 2004 e 2011 ..	52
Tabela 3 - Relação de beneficiários incluídos no CadÚnico da Ilha de Itamaracá-PE	75
Tabela 4 - Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco	78
Tabela 5 - Relação das atividades dos filhos (s) com o Bolsa Família	88
Tabela 6 - Relação entre abastecimento de água e tratamento	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BB	Banco do Brasil
BDE	Banco de Dados do Estado
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BSM	Brasil Sem Miséria
CadÚnico	Cadastro Único
CEI	Cadastro Específico
CEF	Caixa Econômica Federal
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento de Água
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF	Cadastro Nacional de Pessoa Física
CPRH	Agência Estadual do Meio Ambiente
CRESOL	Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	Declaração de Aptidão para Pesca
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EMBRAER	Empresa Brasileira de Assistência técnica e Extensão Rural
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e tecnologia de Pernambuco
FAO	Fundo das Nações Unidas
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GAP	Grupo de Apoio a Pesca
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS-E	ICMS Ecológico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Banco de Dados Econômicos e Financeiros do Ipea
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Inscrição Social
NIT	Número de Inscrição do Trabalho
NUPESQ	Núcleo de Pesquisa e extensão da UFRPE
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PESCART	Programa do Pescador Artesanal
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGI	Plano de Gestão Integrada
PIB	Produto Interno Bruto

PIS	Programa de Integração Social
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação (cartão alimentação)
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProRural	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PSM	Propensity Score Matching
REDGESTCON	Red Iberoamericana de Gestión del Conocimiento Tradicional en Cuencas Hidrográficas y Áreas Costeras
RG	Registro Geral
RGP	Registro Geral da Pesca
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDPA	Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENARC	Secretaria Nacional de Renda para a Cidadania
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo

SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPDE	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPSS	Software Statistics Package for Social Science
SQA	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
VAB	Valor Adicionado Bruto
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

As políticas públicas no Brasil têm sido uma constante importante durante diversas fases de governo. As mesmas têm proporcionado melhores condições a diversas camadas sociais, principalmente as de baixa renda. A pesca artesanal é um meio de subsistência de diversas populações litorâneas e muitas dessas comunidades pesqueiras têm sido beneficiadas por essas políticas. Partindo desta ideia, este trabalho tem como objetivo avaliar como as políticas públicas têm intervido na pesca, nos padrões de consumo e na produção das comunidades pesqueiras da Ilha de Itamaracá – PE, com foco no Bolsa Família, nas comunidades de Jaguaribe e Pilar. Para avaliar estes impactos e viabilizar esta pesquisa, determinou-se que as comunidades de pescadores seriam o local mais adequado para aplicação dos questionários. Os dados foram tratados utilizando o modelo econométrico *Propensity Score Matching* (PSM), método que se propõe a comparar unidades de um grupo que foi afetado pela implantação de determinada política (grupo de tratamento) com elementos de um grupo que não foi impactado pela política sob análise (grupo de controle). As análises e discussão dos resultados fez-se com o SPSS e Stata. Os impactos da categoria de análise “segurança alimentar”, que é um dos indicadores do bem estar do programa de transferência de renda, Bolsa Família, foram avaliados com maior detalhe nesta dissertação. As conclusões confirmam dados apontados por outras pesquisas sobre as dificuldades que os pescadores artesanais vêm enfrentando, a exemplo da escassez do pescado, bem como os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar, como os evidenciados nesta dissertação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pesca Artesanal. Bolsa Família. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The public policies in Brazil has been an important constant during the several stages of government. They have been providing better conditions to several social strata, specially to the low income ones. The handmade fishing is a subsistence way of several coast populations and many of these fishing communities have been benefited by these policies. Starting from this idea, this work aims how public policies have intervened on local development, patterns of consumptions and on the production of fishing communities of Itamaracá Island- PE, focused on Bolsa Familia and Jaguaribe and Pilar communities. To evaluate these impacts and enable this research, it was determined that the fishing communities would be the most appropriate places to apply the surveys. The data were treated using the *Propensity Score Matching* econometric mode, a method that proposes to compare units of a group affected by the implementation of a particular policy (group of treatment), with elements of a group not impacted by the policy under analysis (group of control). The analysis and discussion of results were made with SPSS and Stata. The impacts of the analysis category of food security which is one of the indicators of the welfare of the income tranfer, Bolsa Familia, were evaluated more detailed on this dissertation. The conclusions confirm data already pointed by other researches about the difficulties that handmade fishermen have been facing such as shortage fish and the effects of PBF on food security, as evidenced on this dissertation.

Keywords: Public Policies. Handmade Fishing. Bolsa Familia. Health Security.

SUMÁRIO

1	1 INTRODUÇÃO	22
1.1	Objetivos.....	26
1.1.1	Geral.....	26
1.1.1	Específicos	26
1.2	Justificativa.....	26
2	CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE ITAMARACÁ NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL	29
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	34
3.1	Gestão e Desenvolvimento da Pesca Sustentável.....	34
3.1.1	A arte de ser um pescador artesanal e sustentável	37
3.2	Políticas Públicas: Federalismo e Capacidade Institucional	41
3.2.1	Políticas tradicionais de manejo na pesca.....	44
3.2.2	O Crédito Rural PRONAF	45
3.2.3	O Seguro Defeso	57
3.2.4	Chapéu de Palha e o Chapéu de Palha Pesca.....	61
3.3	O Bolsa Família como fator de crescimento e desenvolvimento da Comunidade de Jaguaribe e Pilar.....	66
3.3.1	CadÚnico	74
4	METODOLOGIA.....	77
4.1	População e amostra	78
4.2	Técnicas de coleta de dados.....	79
4.3	O Propensity Score Matching.....	81

5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
5.1	Perfil Socioeconômico.....	85
5.1.1	Caracterização da Habitação.....	90
5.1.2	Posse de bens (telefonia, eletrodomésticos, meios de transporte).....	91
5.1.3	Condições sanitárias	92
5.1.4	Saúde.....	95
5.2	Atividade Econômica	97
5.3	Bolsa Família.....	107
5.3.1	Segurança alimentar e nutricional e combate à fome	107
5.3.2	Participação e emancipação social.....	112
5.3.3	Combate à pobreza.....	116
5.3.4	Recebimento do Bolsa Família	119
5.4	Análise Propensity Score Matching	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS	127
	APENDICE A – BANCO DE DADOS RODADOS A PARTIR DO PROGRAMA STATA 9.1, MODELO PROPENSITY SCORE MATCHING	135
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO REFERENTE À LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NAS COMUNIDADES DE PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE.....	136
	ANEXO B – IMAGENS DA CONSULTA PUBLICA BOLSA FAMÍLIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	144

1 1 INTRODUÇÃO

A prática tradicional da pesca artesanal tem sido estudada por várias entidades internacionais e nacionais. No âmbito internacional, temos estudos realizados pela *Red Iberoamericana de Gestión del Conocimiento Tradicional en Cuencas Hidrográficas y Áreas Costeras (REDGESTCON)*. Já no Brasil, este estudo é muito bem representado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da UFRPE (NUPESQ) sob a coordenação do professor PhD. José Ferreira Irmão. Em Pernambuco, quase 30 mil pessoas podem ser consideradas como praticantes de alguma atividade pesqueira artesanal na zona costeira segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ, 2011). O conhecimento das práticas tradicionais se fez necessário nesta dissertação, uma vez que a pesca artesanal foi encontrada em todas as comunidades de pescadores da Ilha de Itamaracá – PE e, principalmente, nas comunidades de Jaguaribe e Pilar, local do estudo.

Portanto, antes mesmo de abordar a questão da pesca artesanal, deve-se deixar claro o que vem a ser conhecimento tradicional, o qual, de acordo com Heringer (2007), esse conhecimento é constituído como patrimônio do grupo social e tem caráter difuso, não pertencendo a um indivíduo isoladamente, mas a comunidade como um todo, de forma que todos devem receber todos os benefícios de sua exploração.

O conhecimento tradicional como podemos perceber está intimamente relacionado com a prática. A cultura da pesca artesanal, por exemplo, como toda cultura, é fundamentada pelas gerações que a formaram, ou seja, conhecimento e tradição são adquiridos com o tempo, é como se fosse algo construído e aprendido de geração em geração e de pai para filho (RAMALHO, 2009).

O saber tradicional adquirido pelos pescadores bem como a intuição que fazem desses profissionais experientes, são perpetuados com o decorrer do tempo. Porém, este conhecimento não está sendo e nem é suficiente para a continuidade de suas atividades, uma vez que o principal componente da pesca, o pescado, está se tornando cada vez mais escasso. Na Ilha de Itamaracá - PE, local deste estudo, essa escassez se dá principalmente nos chamados “currais”, que são artes de pesca fixas muito utilizadas pelos pescadores artesanais locais. Além dos currais, existem na Ilha outros métodos de pesca, tais como o arrastão de praia, caçoeira, coleta manual, compressor, covo, espinhel, linha de vara, linhas, mangote, manzuá, mergulho livre, redes de arrasto, de cerco, de espera e tarrafa, capturando alguns

crustáceos através do uso de armadilhas como a redinha, o laço e a ratoeira (QUINAMO, 2006). Os pescadores utilizam como embarcações: canoa, jangada, baiteira e barcos/lanchas de pequeno e médio porte (CEPENE, 2004).

Apesar de uma produção significativa, o número de pescadores e pescadoras no estado de Pernambuco em relação à região nordestina, possui menos profissionais cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), registro oficial no país (14.452 em 2009). Certamente, esses resultados do cadastro oficial do governo são também subestimados. Em relação ao número de pescadores em Pernambuco, estudos indicam que menos da metade dos pescadores seja cadastrada. Na pesquisa realizada por Barros et. al. (2001), quando o cadastro ainda era realizado pelo IBAMA 57% dos entrevistados possuíam carteira de pescador. Lessa et. al. (2005) achou em seu estudo que 56,1% dos entrevistados possuíam carteira de pescador. QUINAMO (2006) analisando o município de Itapissuma, um dos municípios que concentram mais pescadores (as) no estado e vizinho do Município estudado, cita que apenas um terço das pessoas diretamente envolvidas com a atividade pesqueira são cadastrados nas colônias de pescadores ou na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Mais recentemente, o Instituto Oceanário em 2010 afirmou que dos 5.000 pescadores(as) entrevistados pela pesquisa pouco mais de 20% eram cadastrados no Ministério da Pesca em todo o estado de Pernambuco. Segundo dados da SEAP, o número de pescadores(as) cadastrados no RGP, na Colônia de Pescadores Z11 locada na Ilha de Itamaracá – PE, em março de 2009, compreendeu 639 pescadores e 343 pescadoras, totalizando 982 pescadores(as) cadastrados no sistema. Para o presidente da colônia de pescadores Z11, o número de pessoas que são beneficiadas de forma direta e indireta agregado aos currais (como proprietários, comerciantes de peixe, prestadores de serviços de reparo de embarcações, redes, velas, etc.) ultrapassa o número de 1600 pessoas, que é um número significativo na economia do município, a qual é formada pela pesca, construção civil e turismo (SILVA, 2012).

Silva (2012) destaca ainda, que em Itamaracá verifica-se a existência de 22 currais de pesca em seu litoral (da praia de Jaguaribe à praia de Forno da Cal). Estes currais são construídos por pescadores que utilizam mourões (varas com 70 mm de diâmetro por 4,5 metros de comprimento) e varas (com 45 mm por 6 metros de comprimento) retirados da Mata Atlântica sem nenhum tipo de controle. O uso de ferramentas de pescas mais modernas e eficazes por empresas de grande porte que atualmente estão atuando na Ilha de Itamaracá tem dificultado a vida dos pescadores da região, principalmente as famílias dos pescadores

das comunidades analisadas, uma vez que os mesmos estão deixando de obter o pescado que alimenta as suas famílias.

Algumas comunidades que vivem na ilha foram beneficiadas pelas ações do Governo Estadual, tendo em vista a sua integração no contexto de uma economia de mercado, através da modernização dos instrumentos de produção (trabalho), comércio, marketing, formas de recebimento das receitas (investimentos) e políticas de créditos. A principal fonte de renda dessas comunidades é a pesca tradicional/artesanal na região costeira e nos manguezais. Hoje, muitos pescadores foram integrados em uma forma mais moderna de coleta de alimentos e produção de peixes.

O presente estudo investigou as principais políticas públicas existentes nas quatro principais comunidades de pescadores da Ilha de Itamaracá: Chié, Jaguaribe, Pilar e Vila Velha, estas com características e peculiaridades diversas. Entretanto, com mais ênfase às comunidades de Jaguaribe e Pilar, ambas com a pesca artesanal muito forte e presente. As comunidades de Jaguaribe e Pilar serviram de local/base para aplicação do questionário e teste do modelo econométrico *Propensity Score Matching*, lançado por Rosenbaum e Rubin (1983a). A metodologia de Pareamento no Escore de Propensão baseia-se em intensas suposições de identificação.

Nesta dissertação utilizamos também um banco de dados gentilmente fornecido pelo Instituto Oceanário da UFRPE (2012) abordando os seguintes aspectos:

- a) Perfil Socioeconômico: habitação (condições físicas e sanitárias), bens materiais (transporte, utensílios domésticos e telefonia), escolaridade e saúde;
- b) Atividade Econômica: jornada de trabalho na pesca, embarcações e aparelhos de pesca, comercialização do pescado, impactos na atividade pesqueira, alternativas de fontes de renda, capacitação, renda familiar, programas sociais, organização social, ações de instituições ligadas ao meio ambiente, documentação do pescador;
- c) Socioambientais.

Estas análises foram realizadas de acordo com o modelo de questionário fornecido pelo Instituto Oceanário de Pernambuco da UFRPE, conforme ANEXO A, aplicado entre maio e setembro de 2012.

A política pública é algo que ajuda e revela a verdadeira ação e preocupação que os tomadores do poder têm pela massa, ou seja, pela população. A busca por uma melhor distribuição de benefícios sociais a fim de minimizar as desigualdades estruturais provindas

de um histórico desenvolvimento socioeconômico nas áreas de habitação, previdência, saúde, educação e saneamento, por exemplo, vem sendo discutido na academia.

O Brasil ainda é bastante carente de políticas públicas específicas para a pesca, e pensando em enfrentar os desafios contemporâneos das comunidades pesqueiras, que ainda sofrem graves problemas, e encontram-se com poucas perspectivas de trabalho e futuro promissor na ótica do desenvolvimento local sustentável, é fundamental ter e criar políticas eficazes. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) com o intuito de aumentar o volume da produção de peixes de forma sustentável, incrementar a produtividade e qualidade do pescado, aumentar o consumo de pescado no mercado interno e aumentar a participação de produtos pesqueiros agrícolas, vem elaborando políticas públicas para os pescadores a fim de ampliar a renda das pessoas envolvidas no processo produtivo (MPA, 2012).

De acordo com o MPA (2012), destaca-se no âmbito federal o Plano de Desenvolvimento Sustentável “Mais Pesca e Mais Aquicultura”, pautado em uma política de Estado com bases sustentáveis, reconhecendo a importância deste setor para a economia nacional. Outra política muito forte é o “Seguro Defeso”, abordado nesta dissertação, que consiste numa política estratégica oferecida pelo Governo, onde um auxílio financeiro é fornecido ao pescador no momento em que a pesca é proibida devido ao período de reprodução das espécies.

Com o intuito de consolidar uma política pública de desenvolvimento sustentável, o Governo do Estado de Pernambuco criou o programa “Chapéu de Palha da Pesca Artesanal” em novembro de 2011, o qual se trata de um auxílio financeiro e social fornecido aos pescadores durante o período da entressafra pesqueira que geralmente acontece no inverno, quando as águas tornam-se turvas e desfavoráveis para a atividade pesqueira. Neste período também é levada em consideração a redução do turismo local, o qual afeta a população que vive desta forma de renda. (LOPES, 2011).

Para o município de Itamaracá e particularmente nas comunidades visitadas, foi percebida a existência de algumas políticas públicas específicas para a pesca: Chapéu de Palha da Pesca, Seguro Defeso e algumas políticas públicas federais de âmbito geral, por exemplo, o Bolsa Família e o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Neste contexto, surge a seguinte questão: como o Estado de Pernambuco, através das políticas públicas, intervém nos processos de mudança nas comunidades tradicionais de pescadores da Ilha de Itamaracá? O Programa Bolsa Família é eficaz e

eficiente na contribuição socioeconômica aos pescadores (as) das comunidades de Jaguaribe e Pilar na Ilha de Itamaracá-PE?

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Avaliar como as políticas públicas têm intervindo na pesca, nos padrões de consumo e na produção das comunidades pesqueiras da Ilha de Itamaracá – PE, com foco no Bolsa Família, nas comunidades de Jaguaribe e Pilar.

1.1.1 Específicos

Caracterizar as práticas tradicionais nas comunidades de pescadores de Jaguaribe e Pilar;

- a) Analisar e Contextualizar a situação socioeconômica e ambiental das comunidades de pescadores de Jaguaribe e Pilar a partir das ações do Bolsa Família;
- b) Diagnosticar as políticas públicas direcionadas às comunidades de pescadores da Ilha de Itamaracá – PE;
- c) Avaliar os impactos do Bolsa Família sobre a segurança alimentar nas comunidades de Jaguaribe e Pilar a partir do modelo *Propensity Score Matching*.

1.2 Justificativa

As políticas públicas no Brasil têm sido mais presentes em diversas fases de governo. As mesmas têm proporcionado melhores condições a diversas camadas sociais de baixa renda. A pesca é um meio de subsistência de diversas populações litorâneas e muitas dessas comunidades pesqueiras têm sido beneficiadas pelas políticas públicas, a exemplo das analisadas nesta dissertação: Jaguaribe e Pilar.

Vários incentivos fiscais e políticas públicas foram criados à produção pesqueira. Segundo Maia (*apud* FURTADO, 1981):

A política que concedeu incentivos fiscais à produção pesqueira iniciou-se em 1967 com a promulgação do Decreto-Lei No. 221 oficializando uma política federal para o setor. A partir de então, os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos pesqueiros, de 1967 a 1986, contribuíram significativamente para ampliar a produção nacional de pescado e o parque

industrial processador desse produto. Nos primeiros anos dessa política, mais de 50% dos recursos obtidos com essa política foram aplicados na indústria pesqueira, não havendo investimentos na área de pesquisa e levantamento de dados. Tal fato contribuiu para o aparecimento de sobre-exploração de algumas espécies de recursos pesqueiros marítimos (MAIA, apud FURTADO, 1981).

O estímulo às políticas no setor pesqueiro contou, conforme citado no texto acima, com diversos instrumentos, tais como os incentivos fiscais e a isenção de impostos. Durante 19 anos, período compreendido entre 1967 e 1986, esses incentivos proporcionaram o surgimento de indústrias superdimensionadas e não-lucrativas, refletindo num verdadeiro desastre para o país, tanto em termos econômicos quanto ambientais. A pesca artesanal foi pouco contemplada, tendo recebido poucos recursos através do Programa “Pescart”, entre 1967 e 1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais. (FUNDAJ, 2011).

A partir daí, o governo brasileiro vem atualmente moldando e ajustando estas políticas a fim de atender as necessidades dos pescadores (as). No caso do governo federal, segundo a FUNDAJ (2011), existe uma série de programas do MPA que são aplicações de políticas do governo direcionadas para a pesca, em especial políticas sociais direcionadas para a pesca artesanal, a exemplo Programa Pescando Letras, Programa Peixe na Merenda Escolar, Programa Feira do Peixe, entre outros. Estudos atuais verificam e apontam uma crescente melhoria que essas políticas vêm trazendo para a população, e, na pesca, estas vêm aumentando de forma efetiva, o que justifica esta dissertação.

Ainda segundo a FUNDAJ (2011), é importante considerar que as diferentes esferas de governo podem atuar na concepção de políticas de pesca artesanal. Assim, tanto o governo federal quanto os estados e municípios devem ser considerados na análise das políticas para a pesca artesanal.

A escolha da Ilha de Itamaracá - PE foi feita em função da sua adequação aos objetivos propostos nesta dissertação, de forma que se puderam avaliar políticas públicas direcionadas aos pescadores artesanais. Já as comunidades de pescadores de Jaguaribe e Pilar levaram em consideração o fato das mesmas também apresentarem a pesca artesanal, visto que, em outras comunidades foram encontradas formas de pesca mais modernas. Outro fator relevante foi o fato destas comunidades também terem recebido ações de políticas públicas, as quais vêm contribuindo para promover o desenvolvimento local, ou seja, Seguro Defeso, PRONAF, Chapéu de Palha e o Bolsa Família.

O Bolsa Família beneficia e atende atualmente 13 milhões de famílias em todo território nacional, sendo um total de 2.757 mil beneficiários no Município de análise (MDS, 2012). Uma grande parte do número de beneficiários em Itamaracá é formada por pescadores artesanais. Por atingir esta parcela tão importante da população local e, principalmente, por se tratar de pescadores artesanais, justificamos esta pesquisa de forma mais aprofundada nas famílias de pescadores das comunidades de Jaguaribe e Pilar na Ilha de Itamaracá- PE, Comunidades escolhidas como local específico para este estudo. Outra razão para este trabalho é mostrar a importância e alcance que o programa federal de transferência de renda, o Bolsa Família possui. Ficou claramente evidente a sua atuação positiva nas famílias investigadas.

As comunidades estudadas foram escolhidas também pela adequação ao Modelo Econométrico proposto, *Propensity Score Matching*, com este modelo, segundo BENINI (2009), pode-se encontrar um grupo de controle (não afetado pela política de transferência de renda Bolsa Família) que seja semelhante ao grupo tratamento (afetado pelo programa) com base em características observáveis e não observáveis (constantes no tempo). Com isso, pode-se deduzir se as famílias sujeitas ao programa tiveram melhora de desempenho devido a esta intervenção. Ou seja, avaliamos se o Programa Bolsa Família gera incentivos ou estímulos capazes de mudar alguns aspectos do bem estar das famílias, como por exemplo, a segurança alimentar dessas famílias testadas.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE ITAMARACÁ NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

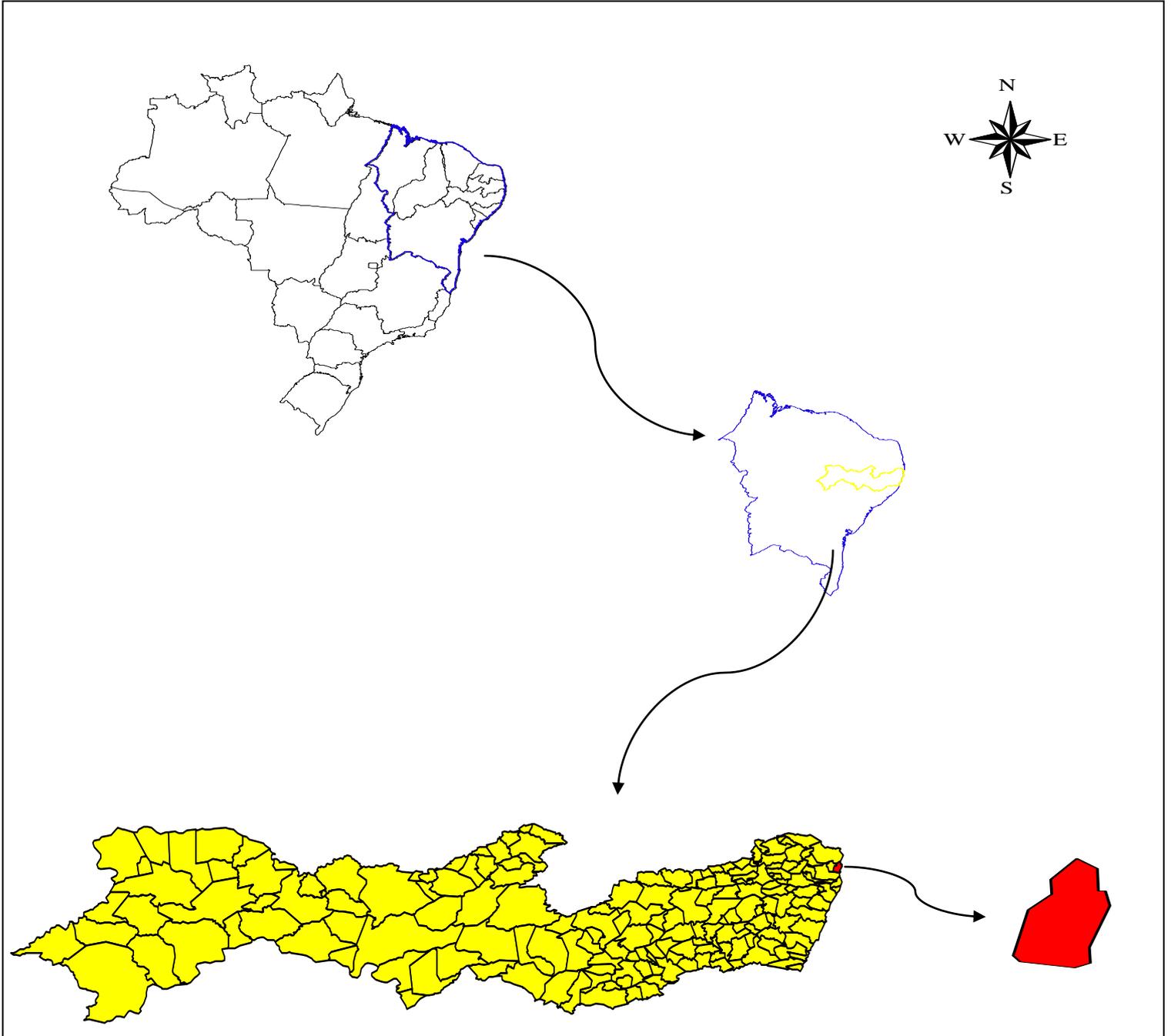
A Ilha de Itamaracá - PE está localizada na Região Metropolitana do Recife, a cerca de 40 km do centro da capital. Segundo a Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) (2010), a Ilha possui uma área de 66,683 km² com uma taxa de urbanização de 77,5% e uma taxa média geométrica de incremento anual 3,27 (% a.a), quando comparada ao ano de 2000. Limita-se com os municípios de Goiana (ao norte), Itapissuma (oeste) e Igarassu (ao sul). É separada do continente pelo canal de Santa Cruz (classificado em APA Santa Cruz em 2008) com 22 km de extensão, possui seis reservas ecológicas (São João, Amparo, Macaxeira, Santa Cruz, Jaguaribe e Sossego), alguns rios, como o Jaguaribe, com 212 hectares de área estuarina, e o Paripe, com área não definida. Ela é geologicamente considerada uma Ilha (OCEANÁRIO, 2009).

A Zona Costeira para LIRA (1975), em seus aspectos geomorfológicos, configura-se como uma área extremamente sensível e instável em sua morfodinâmica, particularmente em sua interface terra-mar: a zona da orla. As feições geomorfológicas destas zonas, como a praia, são ambientes dinâmicos e extremamente susceptíveis a intensas ações erosivas que atuam na transformação da paisagem em processos contínuos de agradação e degradação no aporte de sedimentos, as feições geomorfológicas da faixa costeira da Ilha de Itamaracá são as compartimentações dos Tabuleiros Costeiros, Rampas de Colúvio e Planície Costeira.

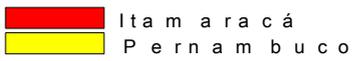
Ainda segundo o BDE (2010), a Ilha de Itamaracá possui uma composição setorial do valor adicionado bruto (VAB) no valor de 4,76% na agropecuária, 12,22% na indústria e 83% em serviços. Porém, é sabido que o que movimenta a economia local ainda é a pesca e o turismo.

O mapa a seguir foi elaborado pelo software Arc View e detalha o Município em estudo, como demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1 - Localização espacial do município Ilha de Itamaracá - PE



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do programa ArcView.



O censo realizado em 2010 pelo IBGE apontou na Ilha de Itamaracá uma população residente total de 21.884 habitantes, destes 16.993 (77,7%) encontram-se na zona urbana e 4.891 (22,4%) na zona rural, sendo 12.564 homens e 9.320 mulheres, resultando numa densidade demográfica de 328,18 hab/km². No ano de 2006 observou-se, no município de Itamaracá, um dos menores PIBs entre os municípios costeiros, assumindo o 15º lugar, tanto para o PIB anual (R\$ 75.925.000,00) quanto para o PIB per capita (R\$ 5.045,00), fazendo com que Itamaracá ocupasse o segundo lugar no ranking dos municípios mais pobres (70,69%), perdendo apenas para sua cidade vizinha, Itapissuma. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,743, colocou o Município, neste período analisado, em 80º no ranking estadual e em 20700º no nacional, o que corresponde mundialmente às Ilhas Maldivas, estas que são um arquipélago de aproximadamente 1.190 ilhas e ilhotas, enfileiradas ao longo do Oceano Índico, próximo da Índia e do Sri Lanka. O Índice de Exclusão Social, que é construído por 07 (sete) indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência) é de 0,397, ocupando a 20ª colocação no ranking estadual e a 3.250ª no nacional (OCEANÁRIO, 2010), conforme mostra em resumo a tabela 1.

Tabela 1- Índices de Desenvolvimento Humano em Itamaracá - 1970 a 2000

Indicadores	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	0,355	0,494	0,653	0,743
IDH – Educação	0,400	0,470	0,680	0,817
IDH – Longevidade	0,511	0,527	0,703	0,797
IDH – Renda	0,154	0,484	0,576	0,615

Fonte: IPEADATA¹.

A Ilha é considerada como um dos balneários turísticos mais importantes do Norte/Nordeste, possui 17 km de praia, uma extensão aproximada em 5.292 hectares de estuários, considerado desaguadouro de um conjunto de bacias e micro bacias da região, formando um complexo estuarino envolvendo, além do próprio canal, os estuários adjacentes, habitat ideal para desova e acasalamento de diversas espécies (berçário para grande quantidade de espécies de importância ecológica e econômica), considerado um exportador de material orgânico e grande fertilizador das áreas costeiras adjacentes e alta produtividade primária e secundária, propiciando intensa atividade pesqueira. Itamaracá também apresenta

¹ www.ipeadata.gov.br; acesso em março de 2012.

um significativo acervo histórico, cultural e natural que se manifesta no conjunto arquitetônico, na cultura popular e nas festas religiosas, conforme imagem 1, como por exemplo, a ciranda de Lia, a Vila Velha e o engenho São João (OCEANÁRIO, 2010).

Imagem 1 - A ciranda de Lia, a Vila Velha e o engenho São João



Fonte: Projeto Orla, 2012.

No município de Itamaracá, mangues e recifes de corais são característicos da região. A grande variedade de espécies obtidas nas atividades pesqueiras vai de peixes agulha a ariacó, biquara, budião, cioba, guarajuba, saporuna, saramunete, sardinha, sauna, tainha e xaréu, e frutos do mar como caranguejo, camarão, marisco, ostra, sururu e siri (SILVA, 2012).

A comunidade de Jaguaribe, uma das escolhidas para análise mais aprofundada, está localizada na Ilha de Itamaracá e o seu acesso se faz pela ponte Presidente Getúlio Vargas, através da rodovia PE 035 até o final da Avenida Benigno Cordeiro Galvão. Jaguaribe está entre o estuário do rio Jaguaribe e a praia de mesmo nome, conforme mostra a imagem 2 abaixo OCEANÁRIO (2010).

Imagem 2 - Localização da comunidade de Jaguaribe



Fonte: OCEANÁRIO, 2010.

Ainda segundo OCEANÁRIO (2010), a comunidade do Pilar, outra escolhida para análise mais detalhada, localiza-se entre o estuário do Rio Jaguaribe e a Barra de Orange, no extremo sul da Ilha de Itamaracá. O acesso é feito seguindo pela BR-101 e PE 035. Abaixo temos uma representação aérea da localização desta Comunidade, conforme imagem 3.

Imagem 3 - Localização da Comunidade do Pilar



Fonte: OCEANÁRIO, 2010.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de melhorar a fundamentação teórica, decidimos dividi-la da seguinte forma: Gestão e Desenvolvimento da Pesca Sustentável e Políticas Públicas: Federalismo e Capacidade Institucional.

3.1 Gestão e Desenvolvimento da Pesca Sustentável

Quando se fala em desenvolvimento, o imaginário social aponta para tecnologia, indústrias, fumaça, metrópoles, máquinas, estradas, emprego, renda, poluição, etc. O atual sistema ou modelo de crescimento econômico tem gerado diversos desequilíbrios no planeta. Se por um lado existe riqueza e fartura, por outro existem as consequências, ou seja, a forma desordenada e imediatista adotada para atender aos apelos do progresso, pioneirismo, lucro, conquista de mercado, destruindo o meio ambiente e conseqüentemente, diminuindo as chances de sobrevivência na Terra por mais tempo, desconsiderando os cuidados necessários à conservação de recursos indispensáveis às necessidades futuras.

Tomando como norte a poluição desordenada e o descaso com os recursos naturais, é desenvolvida a concepção de desenvolvimento sustentável, o qual segundo a Comissão de Brundtland (SCHARF, 2004), “é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”.

Segundo Moura (2009, p. 83), o que todos brasileiros desejam para as gerações presentes e futuras é um ambiente saudável, um governo comprometido com o capital natural e cidadãos responsáveis em proteger o meio ambiente. Cabe ao governo obrigatoriamente promover a gestão ambiental das espécies, dos ecossistemas, da biodiversidade e definir os territórios a serem preservados, pois esta não é uma questão eletiva e sim um mandato que o poder público é obrigado a cumprir.

Do ponto de vista de Heiderman (2009, p. 25), não era comum no Brasil, antes do século XX, a definição de desenvolvimento no sentido abrangente e integrador, em suas acepções atuais familiares de desenvolvimento político, econômico, social, sustentável e humano, pois o foco na época era o progresso a todo custo. A ideia de desenvolvimento, ainda segundo Heiderman (2009, p. 26), só foi semeada e cultivada como projeto político no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, o que na época desenvolver um país significava, e ainda

significa, implantar uma economia de mercado que inclua pelo menos a maior parte de seus cidadãos.

Para se chegar ao desenvolvimento sustentável deve-se proteger o meio ambiente e compreender que o ser humano é parte integrante do processo de desenvolvimento e não considerar a natureza isoladamente. Economistas do mundo inteiro têm se preocupado com as questões ambientais, principalmente no que diz respeito à economia e aquecimento global. Tema este bastante discutido atualmente juntamente com o mercado de carbono, hoje visto como um negócio altamente lucrativo e em ascensão.

Para Cavalcanti (1995), uma questão sobre a qual economistas do mundo inteiro vêm discutindo é a diferença entre *crescimento* e *desenvolvimento*. A diferença é que o *crescimento* não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida, a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O *desenvolvimento*, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas, porém tem o objetivo de distribuí-las igualmente, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração o meio ambiente.

Ainda segundo Cavalcanti (1995), a ideia do desenvolvimento sustentável serve justamente para alertar o mundo de que a natureza tem limites e é finita e que se deve buscar conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, dessa forma podendo-se adiar as catástrofes ambientais vivenciadas no cotidiano.

Para discutir a sustentabilidade no mundo, várias conferências, simpósios e congressos foram e vêm sendo realizados, buscando alertar as autoridades dos graves problemas que o planeta terra pode enfrentar nos próximos anos. Entre as mais importantes têm-se a Conferência de Estocolmo (1972), a Rio 92 (1992), o Protocolo de Kyoto (1997), a Convenção da Desertificação (1999), Conferência de Johannesburgo (2002), Copenhagen (2009) e a Rio+20 (2012).

Dentre os vários instrumentos e protocolos ambientais elaborados nestas conferências está a Agenda 21 que foi elaborada na Cúpula da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, com o objetivo de integrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Dentre os vários objetivos que a Agenda 21 apresenta para o Ministério do Meio Ambiente (2000, p. 11), elencam-se:

A agenda não enfoca apenas situações voltadas à preservação e conservação da natureza. Considera questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão. [...] A formulação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental. (MMA, 2000, p.11).

Há uma intensa necessidade de estados e municípios elaborarem sua própria Agenda 21, como afirma Moura (2009, p. 92), citando Pernambuco (2002) e Santa Catarina (2004) como os únicos estados brasileiros a concluírem sua Agenda 21 dentro dos padrões e normas nacionais e internacionais. Dentre as várias atribuições da Agenda 21 do Estado de Pernambuco destacam-se a adoção do ICMS Ambiental - ICMS-E, condicionamento de crédito às empresas sujeitas à adoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável e incentivos fiscais para a reciclagem de resíduos sólidos.

O Município em estudo infelizmente não possui uma Agenda 21 local, porém, durante a visita in loco à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura, Pesca e Políticas Sociais da Ilha de Itamaracá- PE, o secretário do Meio Ambiente em exercício, Jean Carlos Leitão Batista, citou a importância crucial de uma Agenda 21 local, colocando-a como meta prioritária para o próximo mandato, uma vez que a secretaria está com as verbas voltadas para o projeto de urbanização da Orla da Ilha, mostrado a perspectiva na figura 2 abaixo, este projeto Orla² resultou no uso de grande parte das receitas demandadas para a secretaria.

² As fotos e fontes do projeto orla foram gentilmente cedidas pela secretaria de meio ambiente da Ilha de Itamaracá.

Figura 2 - Projeto Orla Jaguaribe

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente da Ilha de Itamaracá, 2012.

O Projeto Orla está diretamente interligado com a pesca artesanal e, conseqüentemente, com os pescadores que a executam. É primordial para o êxito do projeto, no âmbito do desenvolvimento sustentável, estabelecer essa relação de parceria, portanto, os pescadores aprovam a ideia, pois irá favorecer de forma efetiva não só os pescadores como também o turismo e a economia do município de Itamaracá.

3.1.1 A arte de ser um pescador artesanal e sustentável

Desde os primórdios da humanidade, a pesca é parte fundamental da cultura dos povos, não só como meio de obtenção de alimentos, mas também como meio de sobrevivência. Antes mesmo do desenvolvimento das formas tradicionais de cultivo da terra e da criação de animais, a prática pesqueira tornou-se opção de vida para muitas pessoas ao redor do mundo. No Brasil, muitas comunidades fazem desta atividade sua fonte de renda, seja para venda ou para consumo próprio, a exemplo das comunidades de pescadores da Ilha de Itamaracá.

O conceito de desenvolvimento sustentável na pesca vem ganhando múltiplas dimensões e aplicações. A sustentabilidade ecológica visa à utilização dos bens naturais de maneira controlada, possibilitando o crescimento e, conseqüentemente, a manutenção dos recursos naturais utilizados com fins produtivos, sejam estes voltados para atividades pesqueiras, agrícolas e/ou industriais.

A pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas encontradas na Ilha de Itamaracá-PE principalmente nas duas comunidades analisadas além de ser uma importante atividade de subsistência para estes e de ter uma notada relevância para a sustentação das comunidades.

Para ALMEIDA, H. (2004, p.) “Onde a pesca é tipicamente artesanal, encontra-se diversos elementos que garantem a sustentabilidade da atividade, tais como o uso predominante de recursos naturais renováveis, a diversidade de espécies capturadas, a divisão solidária dos frutos do trabalho e o baixo custo econômico de operação. Além disso, iniciativas de gestão participativa da pesca no entorno das comunidades mostram que não só é possível, mas necessária, a descentralização da gestão pesqueira no Estado, que deve contar com ampla participação dos pescadores.

Ainda segundo Almeida, H. (apud MSC, 1998), entende-se por pesca sustentável como sendo a extração responsável e sustentável do recurso marinho que assegure a capacidade de seguir proporcionando benefícios às gerações presentes e futuras, matendo a alta produtividade e a diversidade biológica das comunidades marinhas ecológicas.

Para Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (2007), a grande diversidade de espécies capturadas nas atividades pesqueiras e sua vasta distribuição requerem o desenvolvimento de diferentes equipamentos e métodos que tornem a pesca mais eficiente. Estas tecnologias variam ao redor do mundo e de acordo com as tradições locais elas podem ser categorizadas em diferentes níveis de classificação que, em sentido amplo, podem ser definidas como de larga (industrial), média (comercial), pequena escala (de subsistência, artesanal e/ou tradicional) e recreativa (desportiva).

A tecnologia pesqueira engloba o processo de captura do animal, usando variados tipos de métodos de pesca. O uso de tais métodos varia dependendo do tipo de pescaria, indo desde um simples anzol em vara de pesca até uma embarcação pesqueira de grande porte, capaz de albergar grande quantidade de pescado. A pesca tradicional foi estabelecida há muitos anos, especialmente em comunidades que desenvolveram seus padrões operacionais próprios. No Brasil, este tipo de pesca reflete os traços culturais e atitudes de uma população, influenciados diretamente pelas suas condições socioculturais, onde o conhecimento adquirido é transmitido através das gerações (FAO, 2007).

Ainda segundo FAO (2007), a pesca caracteriza-se pela atividade de extração de organismos aquáticos do meio onde habitam, ou seja, a exploração destes em sua origem, seja esta mar, rios ou lagos/lagoas, e de todos os animais criados pelo homem até a atualidade,

com o objetivo de produção em larga escala para sua subsistência ou venda, o pescado é sem dúvida o produto de maior produtividade. A capacidade dos peixes em transformar alimentos de baixo valor nutritivo (organismos aquáticos de menor porte) ou subprodutos (detritos orgânicos) em proteína animal de alta qualidade torna o pescado uma importante fonte de abastecimento alimentar mundial.

A sustentabilidade ambiental, apesar de relacionar-se diretamente com a capacidade de suporte que um ecossistema possui, está intimamente ligada com uma gestão ativa e eficiente do mesmo, incorporando todos os indivíduos no processo, desde o responsável pela extração do recurso em sua fonte até o responsável pela indústria de beneficiamento do bem adquirido. Isso requer planejamento e investimento dos setores públicos e privados.

Nessa perspectiva, quaisquer subsídios que possibilitem a elaboração de uma política pública de desenvolvimento sustentável para a pesca são primordiais. Uma visão da pesca artesanal no âmbito socioeconômico, cultural e ambiental são imprescindíveis para possibilitar ações de diferentes segmentos, tanto privados, como governamentais.

Para ser um pescador hoje não basta apenas saber pescar e conhecer seu ambiente de trabalho. O pescador atual tem de ser mais que um mestre na arte de pescar. A tecnologia e as ferramentas modernas estão presentes na vida dos pescadores que agora convivem com formas mais modernas de coleta. Para Ramalho (2009, p. 265), o pescador mestre e artesanal deve possuir além do domínio, um profundo saber da sua complexa cadeia de componentes socioambientais e ser, acima de tudo, sustentável, preservando o meio ambiente e as técnicas de manejo na gestão do mar, assim como passar esses talentos para as futuras gerações.

Segundo RAMALHO (2009, p. 268):

O mestre é praticamente uma instituição, pois armazena em si um patrimônio societário. Ele é o responsável pela prévia-ideação da arte, o planejamento de todas as etapas, a organização do grupo de trabalho e nascimento da obra. [...] Além de todo domínio da arte de pescar, um item assume valor preponderante para que um pescador torne-se mestre: saber o sistema de marcação. A marcação é uma forma de mapeamento do mar, seus caminhos e rotas mais seguras para se atingir os pesqueiros. Sem a marcação, o mar assumiria ares de impessoalidade, território sem nexos, jornada sem direção. (RAMALHO, 2009)

A pesca no estado de Pernambuco é uma atividade social e economicamente importante, principalmente no tocante aos empregos gerados e ao pescado ser a única fonte de renda em muitas comunidades a exemplo das comunidades investigadas, Jaguaribe e Pilar.

Na Ilha de Itamaracá, em particular no nosso ambiente de estudo, as comunidades de Jaguaribe e Pilar, a forma como a pesca vem sendo feita está afetando as características particulares do mar, ou seja, alguns agentes podem não respeitar a época do defeso, segundo relataram alguns pescadores.

Estamos perdendo nosso espaço para empresas de grande porte. Temos que lutar para defender nossa classe e principalmente nosso modo de pescar, que é mais correto e digno, estas empresas estão acabando com o pouco de peixe que nos resta. O governo pede para sermos sustentáveis, e somos, mas estas empresas estão levando toneladas de peixes. E nós? Como ficamos? (SILVA, 2012)

Aqui cabe frisar o que Ramalho aborda (2009, p. 277), as práticas de uso costumeiras dos pescadores ainda sobrevivem e são regulamentadas pela ordem da embarcação, as ditas “direito a vez” e algumas comunidades pesqueiras em parceria com centros de pesquisas, universidades e instituições governamentais vêm compreendendo e aperfeiçoando melhor o seu ambiente de trabalho graças aos resultados desses estudos, que procuram maneiras mais eficientes de melhoramento das tradições costumeiras de pesca que são utilizadas de forma sustentável. Seria como se por meio destas pesquisas os pescadores passassem a entender as “manhas do mar” e saber até o lugar onde estão os peixes. A pesca nesta situação seria não apenas artesanal, mestra e sustentável, seria uma arte por completo.

“Qualquer política pública que negue esse potencial e não compreenda essa arte como aliada estará desafirmando usos sustentáveis dos recursos pesqueiros” (RAMALHO, 2009, p. 277).

A pesca de curral que é muito comum na Ilha de Itamaracá, principalmente nas duas comunidades em estudo, é caracterizada por uma armadilha fixa, construída em geral por estaqueamento, com o objetivo de reter os peixes no seu interior. Vulgarmente conhecido como “armadilha fixa”, o curral de pesca é um marco da atividade pesqueira na região nordeste, formando verdadeiras “fazendas” nas áreas costeiras da região. Os currais têm atuação passiva e seletiva quanto às espécies pesqueiras costeiras, capturando uma grande variedade de peixes devido ao seu mecanismo de funcionamento: os peixes são direcionados ao seu interior (“grande sala”, progredindo da salinha até o “chiqueiro”, sem qualquer chance de escape). Na ocasião da maré baixa, os currais são despescados com rede de malha 30 mm (CEPNOR, 2001).

O número de pessoas que são beneficiadas de forma direta e indiretamente agregadas aos currais (como proprietários, comerciantes de peixe, prestadores de serviços de reparo de

embarcações, redes, velas, etc.) ultrapassa o número de 1.600 pessoas em toda a Ilha, que é um número significativo na economia do Município, a qual é formada pela pesca, construção civil e turismo (SILVA, 2012).

Ainda segundo Silva (2012), a pesca artesanal é a principal fonte de renda e de alimento de inúmeras famílias na Ilha, que comercializam o produto da pesca junto à colônia de pescadores ou mesmo em pequenas peixarias pertencentes às próprias famílias dos pescadores da região. Os currais são considerados uma das principais fontes de renda dos pescadores artesanais de Itamaracá e esta forma artesanal de pescar é passada de geração em geração, como ainda ocorre hoje. Os principais tipos de pescados capturados nos currais são: bicuda, espada, camurim robalo e camurim pim, galo, guarajuba, pampo cabeça-mole, pampo aribebel, paru branco, sardinha, serra, tainha, arachimbola e xaréu amarelo.

3.2 Políticas Públicas: Federalismo e Capacidade Institucional

Para dar continuação a este estudo, é preciso esclarecer que o termo federalismo possui significados diferentes para a cultura política. O primeiro significado está vinculado ao Estado Federal e em uma segunda visão refere-se à sociedade em suas subdivisões de Estado (BOBBIO, MATTEUCCI, & PASQUINO, 2000).

Arretche (1999) cita que no regime militar as relações no estado brasileiro eram unitárias [] Medeiros, (apud ARRETECHE, 1999) “onde grande parte das atividades do plano local eram concentradas na formulação de projetos para solicitação de recursos do governo federal e deveriam estar nos termos exigidos pela agência federal financiadora.”

Para se entender a formação de políticas públicas no Brasil faz-se necessário compreender como se deu o federalismo no país e, neste trabalho, as subdivisões de Estado na sociedade, por meio do pacto federativo do Brasil. Após várias tentativas e fracassos ocorridos entre as décadas de 40 a 80, foi na década de 80 que os movimentos da sociedade, através dos sindicatos, partidos e imprensa influenciaram as mudanças governamentais (CARVALHO, J. 2007).

É importante salientar que o modo do pacto federativo no Brasil, do qual se descentraliza a gestão entre estados e municípios ou diz-se governo regional e governo central, não é comparável a nenhum outro modelo internacional. De modo que, segundo Cireno (2012, p. 77), a visão de Riker (1974) (apud ARRETECHE, 2001, p. 23) dá um conceito básico onde federação supõe “uma forma específica de Estado em que cada um tem autoridade em sua área de atuação”.

Em relação à subdivisão existente entre Estados, a descentralização governamental e a repartição de poderes entre as esferas estadual e federal implicam em uma autonomia para a gestão de estados e municípios. De acordo com Lima (2008), isto devido à reestruturação da Constituição Federal (CF) 1988, onde a autoridade política dos representantes passa a ser derivada do voto da sociedade e, a complementar, há uma cláusula pétreia em que em hipótese nenhuma pode se propor emenda constitucional à base do pacto federativo da CF/88.

Segundo Cireno (apud ARRETCHE, 1999, p. 114):

A recuperação das bases federativas do Estado Brasileiro tem impacto sobre o processo de descentralização das políticas sociais no país pelo fato de que, resguardados pelo princípio de soberania, estados e/ou municípios assumem a gestão de políticas públicas sobre a prerrogativa de adesão, precisando, portanto, serem incentivados para tal. (CIRENO, 2012, p. 78 apud ARRETCHE. 1999 p. 114).

Muitas políticas públicas no Brasil são formuladas em esfera federal e depois repassadas aos entes federativos. A execução destas políticas com êxito indica que os entes federativos possuem estrutura para executá-las, no entanto, nem todos os municípios estão capacitados institucionalmente a gerirem estas políticas, sendo, desta forma, necessários maiores investimentos em capacitação das estruturas bases que irão gerenciar os repasses de verbas financeiras do orçamento federal.

Para políticas principalmente de distribuição de renda, precisa-se de instrumentos de comando e controle os quais envolvam os recursos distribuídos aos entes federativos Pimentel e Furlan (2011, p. 13) (apud PERMAN et. al., 1999, p. 303), seguindo o exemplo do Programa Bolsa Família, o controle federal realizado quanto ao êxito do programa está no acompanhamento geral das condicionalidades (condições das quais o indivíduo deverá cumprir para manter-se no programa recebendo os recursos), o que reflete em um acompanhamento contínuo daqueles que são beneficiados, enquanto a fiscalização de repasses financeiros está diretamente ligada ao OGU.

Segundo Arretche (1999), o Estado Federativo Brasileiro é caracterizado por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa de seus governos.

Souza (2001) observa que o modelo do pacto federativo para os municípios brasileiros colabora com a organização do Estado e do sistema tributário que, segundo o autor “foram concentrados em atender as demandas locais, regionais e individuais dos entes federativos”, mas que não foram programados para a implementação e monitoramento de políticas públicas.

Cireno (apud SOUZA, 2001) observa que:

A autonomia política e fiscal dos entes federativos, governos e municípios permitem que estes adotem agenda própria, independente da agenda do executivo federal. Em complemento a observação de ARRETCHE (1999), SOUZA (2001) diz que a época da formulação da nova Constituição Federal de 1988, período que a autora cita como terceira onda de democratização veio acompanhada da descentralização política e financeira para os governos subnacionais. (CIRENO. 2012, p. 82, apud SOUZA, 2001).

Weaver e Rockman (1993) citado por Arretche (2004), afirmam a gestão concentrada com autoridade financiadora no governo federal, apresentando vantagens na coordenação de políticas de âmbito nacional, sendo este o caso do Programa Bolsa Família que repassa os valores aos municípios, sendo estes responsáveis pela distribuição do recurso e monitoramento. O que reflete redução de desigualdades horizontais na distribuição dos recursos e capacidade de gastos dos municípios conforme Banting; Cobertt, (2003) (apud ARRETCHE, 2004).

A discussão sobre a capacidade institucional dos municípios reflete em parte o modelo de federalização ao qual o Brasil passou. Muitos dos municípios não possuem autonomia de recursos, sendo estes dependentes dos repasses dos recursos federais. Quanto às exigências legais, a capacidade de autogoverno, autogestão, competência legislativa, os municípios apresentam todas estas características (REIS, 2000 apud LIMA, 2008).

Salienta-se que, apesar de apresentar as características acima citadas o município não pode participar ou requerer receitas alheias (Lima, 2008), mesmo que isto garanta sua autonomia financeira. O município deve se apresentar capaz legalmente e institucionalmente para requerer recursos diretos da União.

Isto estará ligado diretamente a capacidade do município de planejar, implementar e gerir determinada política pública e oferecer monitoramento adequado.

O que dificulta a interpretação do que se trata o planejamento de políticas públicas está nas várias visões deste processo, uma primeira escola apontaria o planejamento de políticas públicas associadas às atividades de elaboração de planos (tomada de decisões políticas, reuniões temáticas de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação, distribuição de responsabilidades), uma vez elaborado, iniciam-se as ações a serem implementadas pelo plano. (PUPIM e SCHIEDT, 2006, p. 284).

Dentre as teorias sobre a formação de políticas públicas, é válido diferenciar o percurso percorrido entre os poderes para o surgimento de uma política. O início da agenda pública política aos planos de implementação são de suma importância, dando força à difusão de uma política. Assim explicam os autores Najan (1995) (apud PUPIM e SCHIEDT, 2006,

p. 276): “Nesta visão, o importante a ser analisado é como os assuntos chegam à agenda política, quais os processos legislativos de aprovação das leis, como eleições são ganhas ou perdidas, como órgãos burocráticos são criados, etc.”.

Para uma sociedade viver e alcançar o seu bem estar é necessário o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e eficazes a fim de promover a sustentabilidade, portanto as políticas públicas podem ser definidas da seguinte forma SEBRAE (2008): “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”.

Ainda segundo o SEBRAE (2008) a função que o estado desempenha na sociedade sofreu várias modificações e atualmente a principal função do estado é promover a segurança e o bem estar da população. As políticas públicas servem para promover as potencialidades e desenvolvimento dos estados e dos municípios, gerando emprego e renda. Para que estas políticas se desenvolvam eficientemente são necessárias decisões que resolvam os diversos problemas enfrentados pela sociedade, pois é sempre o governo quem define o bem estar público e não a sociedade, uma vez que fica difícil para o poder público absorver a demanda de pedidos da população. Para que estas políticas funcionem seria importante também uma descentralização do poder público, fazendo com que o ente federativo que se encontre mais perto do problema, neste caso os municípios, tome e formule a política mais adequada. Entretanto, é função crucial do formulador dessas políticas enxergar, compreender e atender as expectativas de interesse do povo, promovendo e garantindo assim o bem estar social.

Atualmente, o município de Itamaracá possui uma secretaria de políticas públicas e assistência social, localizada no bairro de Baixa Verde. Esta secretaria é responsável por assistir toda população da Cidade.

3.2.1 Políticas tradicionais de manejo na pesca

As políticas públicas voltadas para os pescadores possuem características muito particulares, pois dependem da peculiaridade de cada modo de pesca, ou seja, se ela é artesanal, é feita geralmente por mão de obra familiar ou se é pesca comercial, neste caso, os sistemas empresariais são à base desta atividade. Para Pedrosa (2009, p. 175), um dos grandes problemas enfrentados pelos administradores pesqueiros está em como transferir incentivos políticos de eficiência econômica, ambiental e sustentável aos produtores, de modo que a população social de peixes se mantenha ótima e as políticas públicas mais utilizadas são as de comando e controle, o que faz com que os estoques pesqueiros em níveis sustentáveis

mantenham-se equilibrados, proporcionando estabilidade na quantidade e na qualidade de vida da população envolvida na pesca.

Conforme cita Pedrosa (apud MMA, 2009, p.177):

As medidas de ordenamento pesqueiro hoje adotadas no Brasil, embora contemplem um amplo espectro de objetivos, não vêm surtindo os efeitos desejados, como a manutenção dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis, a rentabilidade do setor e estabilidade na quantidade e qualidade de vida da população envolvida na pesca. As principais causas da ineficiência da gestão pesqueira atual são as dificuldades de aplicação da legislação, decorrentes da fiscalização deficiente; a ausência de mecanismos de gestão participativa; os conflitos de interesse, a falta de informação dos diversos usuários sobre os recursos e a integração dos conhecimentos biológicos, econômicos e sociais; e a desestruturação do Estado, entre outros fatores amplos ou localizados (PEDROSA apud MMA, 2009, p.177).

O tipo de política pública adotada pela associação e comunidade pesqueira influi bastante no processo de captura máxima sustentável, a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável neste processo, um exemplo a ser apresentado é o que encontramos nas Comunidades de Jaguaribe e Pilar, como é o caso do Chapéu de Palha e o PRONAF.

3.2.2 O Crédito Rural PRONAF

As políticas públicas que foram destinadas para combater a pobreza no campo são recentes e se desenvolveram devido à falta de uma política agrícola efetiva para o país. Até o início de 1990, não havia nenhuma política pública com abrangência nacional que atendesse as necessidades específicas do pequeno pescador artesanal, este inserido na classe agrícola. Esta realidade só mudou com a publicação da Nova Constituição em 1988, que objetivou a democratização do acesso aos benefícios públicos. Foram introduzidos novos mecanismos de gestão social e criados diversos Conselhos gestores para administrar as políticas federais, estaduais e municipais (Mattei, 2006: 13).

E foi neste contexto, que foi fundado em 1996 o primeiro programa de crédito rural voltado exclusivamente para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). HAMPF (2012) cita que a finalidade do PRONAF é promover o desenvolvimento sustentável do meio rural constituído pelos agricultores familiares, bem como propiciar condições necessárias para o aumento da capacidade produtiva, gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida aos agricultores familiares. Além de adaptar as políticas de acordo com a realidade dos agricultores, o programa dispõe de uma infraestrutura para o progresso da atuação dos agricultores, através da

profissionalização, do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social, e, por fim, facilita o acesso dos agricultores aos mercados de insumos e produtos.

As ações têm como finalidade a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, a introdução e difusão de novas tecnologias e técnicas que fortalecem o aumento da produtividade e a implantação de uma infraestrutura física e social adequada para o desenvolvimento das atividades do produtor. O programa fornece também financiamento aos produtores rurais com o objetivo de fortalecer a integração da agricultura familiar na cadeia de agronegócios e garantir a permanência e a competitividade do agricultor familiar no mercado. O programa também busca estimular a criação de parcerias entre o poder público e o setor privado, fomentar processos descentralizados e incentivar a participação dos agricultores familiares nas decisões e iniciativas (Decreto nº 1.946).

Para Mattei et. al., (2007) o PRONAF vem sendo uma escolha positiva para os agricultores familiares do Brasil devido ao seu efeito multiplicador, especialmente a partir do ano de 2003, quando começou a fazer parte da vida de vários cidadãos residentes dos 5.300 municípios brasileiros.

Embora seja um programa nacional, nos primeiros anos a maior parte dos recursos do PRONAF foram aplicadas no sul do país, devido a um conjunto de motivos: os agricultores familiares eram mais integrados aos mercados e dependiam de aquisição de insumos agrícolas para garantir a produção; a estrutura de divulgação e operacionalização montada pela assistência técnica oficial e pelo movimento sindical; a pressão do movimento sindical junto aos governos e aos bancos; a existência da assistência técnica pública na maioria dos municípios (Emater e Epagi); o surgimento do cooperativismo de crédito; a fonte de recursos (tesouro nacional) que garantia maior facilidade para operacionalizar o financiamento e o fato das empresas integradas do fumo (nos anos em que o PRONAF financiou a atividade) avaliar os financiamentos, facilitando as operações de crédito, etc. (NUNES, 2007).

Segundo a Lei. 11.326 de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar rural aquele que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo e quem dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2006).

De acordo com as informações coletadas pelo Fundo das Nações Unidas para a agricultura e alimentação (FAO), no período entre 1989 e 1999, a produção agrícola familiar aumentou 3,8% ao ano, mesmo o setor tendo uma queda de 4,75% ao ano nos preços

recebidos. Esses resultados foram alcançados mesmo com o baixo acesso ao crédito rural, pois somente 23% dos estabelecimentos familiares tiveram acesso ao crédito rural nos anos entre 1996 e 1999. Cabendo aqui salientar que na década de 90 a agricultura familiar foi o segmento que mais cresceu.

Para Nunes (2007), no início dos anos 90, a ocasião que antecedeu a origem do PRONAF, a agricultura brasileira passou por um procedimento que incrementou a abertura comercial, colocando os produtos brasileiros sob a concorrência do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que o crédito rural se tornou escasso, foi desativada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a inflação apresentava uma curva crescente. Nunes (2007) ainda complementa dizendo que era um cenário diferente do período que foi até início dos anos 80, quando o Estado Nacional desenvolveu sua política de modernização agrícola, baseado em crédito abundante e em investimentos em pesquisa e assistência técnica. (RODRIGUES; SANTOS, 2011).

A seção abaixo sobre o PRONAF tem parte adaptada do texto de HAMPF (2012)³.

Também são considerados agricultores familiares e favorecidos pelo programa de transferência de renda PRONAF, os beneficiários os quais destinam algum tipo de atividade produtiva agropecuária ou não agropecuária que não ultrapassem R\$ 110 mil de renda familiar bruto anual (Banco do Brasil, 2012), classificados na categoria de extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e pescadores artesanais, que segundo MPA (2012) temos:

O pescador (a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes. (MPA, 2012.)

Há algumas modalidades que precisam ser consideradas no PRONAF de acordo com Magalhães et. al., (2005), entre elas estão:

³ A autora Ana Cláudia Hampf autorizou a adaptação dos textos apontados.

- a) Modalidade “financiamento da produção”, que fornece crédito rural aos agricultores familiares os quais aspirem realizar investimentos que utilizam o crédito para cobrir os custos correntes da produção. A modalidade de capacitação e profissionalização financia cursos e treinamentos tanto para os agricultores familiares como para os técnicos, atuando na implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural.
- b) A segunda modalidade, o PRONAF - Infraestrutura que visa apoiar financeiramente aos municípios que possuem um grande número de agricultores familiares e que têm uma infraestrutura precária. São financiados investimentos em infraestrutura e serviços básicos voltados para a agricultura familiar. O objetivo desta modalidade é também o financiamento de pesquisa e extensão rural, visando à transferência de conhecimentos e tecnologias para o meio rural (IBASE, 2006). Menos os créditos de infraestrutura que são distribuídos entre os municípios, todos os recursos dirigem-se diretamente ao produtor, às cooperativas ou à assistência técnica, somando 90% do total dos recursos.

Desde que foi constituído, o PRONAF passou por diversas mudanças institucionais e financeiras. Logo no ano de 1999, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura e foi incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ganhando assim mais credibilidade e projeção com a fundação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). No início de 2003, a linha do PRONAF que financia obras infraestruturais e serviços municipais ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), aumentando o financiamento de todo tipo de projeto que incorpora o conceito do “desenvolvimento territorial” ou que deslocou o enfoque de iniciativas do nível municipal para o nível regional. Além disso, ocorreu uma série de mudanças financeiras a fim de atender um maior número de beneficiários, tais como alterações no modo de pagamentos e nas taxas de juros. (IBASE, 2006: 10).

Existe um consenso na área acadêmica de que o PRONAF é nos dias de hoje, um dos mais importantes órgãos da política agrícola (Mattei, 2006:7). Na safra 2010/2011 o Governo Federal liberou R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio e investimento do PRONAF (MDA, 2011b: 10). No estado de Pernambuco, a agricultura familiar teve um beneficiamento de R\$ 600 milhões, estes recursos financeiros foram suficientes para firmar 150 mil contratos, ou seja, para mais da metade de todos os agricultores familiares neste Estado MDA (2012). Além disto, o programa possui as menores taxas de juros dos financiamentos rurais, além das mais baixas taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país MDA (2012). Após o

surgimento do PRONAF, o Governo Federal demonstrou reconhecimento para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento local e na segurança alimentar do país.

Das diversas finalidades do PRONAF, estão o financiamento do custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, instigação dos investimentos rurais, sobretudo para armazenamento, melhoramento e industrialização dos produtos agropecuários, impulsionamento da indução de métodos racionais no sistema de produção, este com o intuito de aumentar a produtividade, bem como melhorar o padrão de vida das populações rurais. Um objetivo crucial do PRONAF é o de fortalecer o setor rural e estimular a geração de renda e emprego entre os agricultores. São financiados projetos que mostram capacidade de retorno financeiro, o que indicam para a manutenção do agricultor e sua família. Este tipo de crédito rural encontra-se em praticamente todos os municípios do país e durante a análise dos nossos dados na pesquisa foram encontrados nas comunidades investigadas alguns pescadores artesanais recebendo este crédito, uma vez que o pescador artesanal é um dos beneficiários do programa. (MDA, 2011a: 12-13).

O PRONAF se constitui como uma das mais importantes políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, disponibilizando cerca de 16 bilhões de reais na safra 2010/2011. Este programa atende em torno dois milhões de agricultores em todo o país. A importância desta política está manifestada na vida dos agricultores, agentes financeiros, extensionistas e movimentos sociais que incorporaram o programa no seu cálculo cotidiano.

Segundo Mattei (2006: 7), é uma política de elevada importância tanto por seu alcance e sua dimensão territorial, como por sua importância na literatura e nos estudos científicos. Desde o início do programa foram elaborados inúmeros trabalhos acadêmicos em todo o território nacional, abordando diversos aspectos e analisando a política sob vários ângulos.

Ainda há de se levar em conta que o PRONAF é um programa de alta relevância social. Segundo escritos de HAMPF (2012), ao facilitar o acesso ao crédito para um determinado grupo social que se viu historicamente excluído do sistema financeiro, o programa leva a aumentar a inclusão social e reduzir a pobreza rural. O acesso a recursos financeiros pode contribuir também para a modernização e a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva, o que por sua vez gera renda e emprego, melhorando assim a vida dos agricultores familiares. Em sua origem, o PRONAF seguia as seguintes modalidades: crédito rural, com apoio financeiro (custeio e investimento) aos agricultores familiares, crédito rural rápido, crédito e investimento especial e crédito agroindústria; infraestrutura e

serviços municipais voltados para a melhoria de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar; capacitação proporcionando novos conhecimentos aos agricultores familiares e as suas organizações sobre processos de produção e gestão das propriedades.

O PRONAF atende quatro diferentes grupos de agricultores familiares, que são identificados através da condição do agricultor (proprietário, parceiro, assentado etc.), da área da propriedade, da predominância do trabalho familiar e da renda bruta anual. A renda bruta anual familiar calcula-se somando o valor de todas as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas nos últimos doze meses pela unidade de produção familiar. A classificação dos agricultores familiares em grupos permite que as condições de financiamento sejam de acordo com a realidade de cada um desses grupos (Banco do Brasil, 2012). No que diz respeito à análise dos grupos e tipos de PRONAF existentes é destacado, segundo o MDA (2011):

- a) O grupo A, ou primeiro grupo, abrange todos os agricultores familiares que foram acolhidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que são beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e que não foram contemplados pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Além destes, também fazem parte do grupo A todos os agricultores familiares que foram reassentados em consequência da construção de barragens hidroelétricas, no caso em que não detenham área superior a um módulo fiscal e que tiveram no último ano uma renda bruta familiar inferior a R\$ 14 mil. Estes agricultores podem solicitar crédito de investimento até R\$ 21,5 mil em, no mínimo, três operações, sendo que a segunda e terceira operação só serão liberadas mediante comprovação da capacidade de pagamento. Os financiamentos têm juros de 0,5% ao ano e o bônus de adimplência é de 44,186% sobre cada parcela, caso o produtor pague as parcelas de financiamento em dia. O prazo para o reembolso do crédito é de até 10 anos com três anos de carência.
- b) No grupo B encontram-se todos os agricultores familiares, que residem na propriedade ou em local próximo, que são proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros da terra e que não disponham de uma área maior a quatro módulos fiscais. Ademais devem obter no mínimo 30% da renda através da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, utilizando predominantemente o trabalho familiar e não ultrapassar uma renda bruta anual familiar de R\$ 6.000,00. O valor máximo de crédito é de R\$ 2.000,00

por operação com o prazo de reembolso de dois anos e um ano de carência. A taxa de juros é de 0,5% ao ano e há um bônus de adimplência de 25% aplicado a cada parcela (MDA, 2011:15/18).

- c) No grupo A/C, enquadram-se todos os agricultores familiares assentados pelo PNRA ou PNCF, que já tenham contratado a primeira operação no grupo A e que não tenham recebido financiamento de custeio exceto no grupo A/C. Cada agricultor deste grupo pode contratar no máximo três operações de crédito com um valor de R\$ 5.000 cada, pagando juros de 1,5% ao ano. O prazo de amortização é de dois anos para custeio agrícola e de um ano para custeio pecuário e agroindustrial (MDA, 2011: 15/18).
- d) Os demais agricultores, que antigamente foram subdivididos nos grupos C, D e E, fazem parte do grupo Agricultores Familiares. Este grupo inclui todos os produtores que residem na propriedade ou em local próximo, que são proprietários, arrendatários, posseiros, parceiros ou assentados pelo PNRA, que não dispõem de área superior a quatro módulos fiscais, que usam principalmente o trabalho familiar na exploração do estabelecimento e que obtêm no mínimo 70% da renda familiar através da produção agropecuária ou mediante atividades não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento. Entendem-se como atividades não agropecuárias todas as atividades relacionadas com a natureza ou serviços prestados no meio rural, tais como turismo rural ou produção artesanal, que visam ao melhor emprego da mão de obra familiar (BCB, 2010). A renda bruta anual familiar deste grupo deve estar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 110.000,00, não incluindo os benefícios sociais como bolsa-família ou bolsa-escola. Os créditos de investimento e custeio com um valor máximo de R\$ 50 mil devem ser reembolsados dentro de dez anos no caso de se tratar de crédito de investimento, dentro de três anos no caso de custeio agrícola e dentro de um ano no caso de custeio pecuário. Os juros variam entre 1% e 4,5% dependendo da finalidade e do valor do crédito (MDA, 2011: 15/18).

Os dados do anuário estatístico do Banco Central do Brasil evidenciam que o PRONAF conseguiu, ao longo do tempo, aumentar eficientemente o número de contratos firmados e o volume de recursos liberados. Apesar de ser uma importante ferramenta para acabar com a pobreza no campo, o PRONAF é frequentemente criticado por ser uma política pública que mantém a concentração de recursos financeiros nas regiões mais favorecidas do país, ou seja, em 1999, a região Sul recebeu 47% de todos os recursos liberados pelo programa, enquanto o Nordeste ganhou apenas 18% do total dos financiamentos, embora o

nordeste concentre o maior número de agricultores familiares no país. A região com a menor participação era o Centro-Oeste com apenas 6%. O Sudeste e o Norte receberam, respectivamente, 17% e 12% dos financiamentos (MATTEI apud GUANZIROLI, 2007).

Segundo a tabela 2 abaixo, entre os anos 2005 e 2011 é percebido claramente que a concentração do PRONAF na região nordeste recebeu no ano 2011 apenas 13% de todos os créditos destinados a custeio e investimento, sendo a região sul beneficiada com 51% de todos os recursos. Isto contrasta com a participação da agricultura familiar nestas regiões, que chega a 49% no nordeste e a 21% no sul. Os dados mostram que o crédito rural proveniente do PRONAF beneficia, sobretudo, os agricultores familiares do sul, enquanto os agricultores familiares do nordeste, que tem os índices mais altos de pobreza rural permanecem excluídos do acesso ao crédito, o que demonstra um quadro preocupante.

Tabela 2- Distribuição regional do crédito rural proveniente do PRONAF em 2004 e 2011

Região	Percentual de Recursos (%) 2005	Valor dos Recursos (R\$) 2005	Percentual de Recursos (%) 2011	Valor dos Recursos (R\$) 2011	Percentual de agricultores familiares, 2006.
Norte	5	311.968.907	6	85.651.765	9,2
Nordeste	25	1.432.021.053	13	1.659.650.994	49,7
Centro Oeste	7	418.147.990	7	886.377.492	3,9
Sul	43	2.482.245.220	51	6.537.619.516	21,9
Sudeste	20	1.141.362.636	23	2.957.165.245	15,3
Total	100	5.785.745.806	100	12.826.465.012	100

Fonte: Elaborado por Anna Cláudia Hampf (2012) a partir do anuário estatístico de crédito rural do Banco Central do Brasil.

Ainda espelhando na tabela e comparando os dados de 2005 com os de 2011, nota-se que a evolução da distribuição dos recursos foi desfavorável para os agricultores familiares do nordeste. A participação desta região no total dos créditos liberados pelo PRONAF caiu de 25% em 2005 para 13% em 2011. Em contraste, a participação dos agricultores familiares da região sul, onde houve um incremento de 43% para 51% no mesmo período de tempo.

Há distintos agentes financeiros que operacionalizam o PRONAF, sendo estes de natureza pública e privada. Dos agentes que possuem volumes consideráveis na aplicação do PRONAF destacam-se:

- a) Banco do Brasil S/A (BB),
- b) Banco do Nordeste Brasileiro (BNB),

- c) Banco da Amazônia S/A (BASA),
- d) Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL),
- e) Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI),
- f) Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB),
- g) Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

O BB é o grande financiador do agronegócio, sendo responsável por cerca de 65% de todo o volume de recursos desembolsados no PRONAF. Dos R\$ 16 bilhões que foram permitidos no Plano Safra 2011/12, R\$ 10,5 bilhões estão sendo operados pelo BB. Os beneficiários consistem em pequenos produtores e grandes empresas agroindústrias que usam os recursos com a finalidade de financiar os diversos segmentos e etapas da cadeia produtiva. O BB atende 1,3 milhões de agricultores familiares e 240 mil clientes médios e grandes produtores rurais em todo o Brasil. No caso da região nordestina, a instituição financeira que opera com o PRONAF é o Banco do Nordeste (BNB), este também atua no norte de mineiro e no Espírito Santo. Banco do Brasil (2012).

Almeida, P. (2012), informa que o BNB tem atuação junto aos agricultores familiares e pescadores artesanais através do Programa Agroamigo, destinado a produtores com enquadramento no PRONAF tipo B. O que evidencia este programa é a forte presença local do assessor de microcrédito e sua capacidade de avaliar o cliente, o que resulta na elaboração de propostas conforme as necessidades de cada produtor. O Agroamigo só fornece o crédito, ou seja, o dinheiro. Ações como assistência e acompanhamento são realizadas e mais detalhadas pelo IPA, este monitoramento é realizado em até 02 anos.

Almeida, P. (2012) destaca ainda, que o PRONAF tipo B é na verdade o Agroamigo, o termo “PRONAF tipo B” não é muito citado nas reuniões com os pescadores devido a um histórico que fez este crédito gerar certa desconfiança, implicando na ausência de credibilidade entre os pescadores, logo, o banco do nordeste resolveu criar o Programa Agroamigo como forma de contornar esta situação, que nada mais é do que uma versão moderna do PRONAF tipo B. Outras instituições financeiras, como o Banco do Brasil, ainda utilizam o termo PRONAF tipo B.

Em entrevista realizada com ALMEIDA, P. (2012), funcionário do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) na Ilha de Itamaracá foi destacado que, a instituição

financeira a qual atua diretamente junto aos agricultores, pescadores, artesãos e outros, é o Banco do Nordeste do Brasil - BNB em parceria com o IPA. O Papel do IPA consiste em fornecer acesso ao PRONAF na região tornando esta política ainda mais eficiente.

[...] Estamos em parceria com o banco do nordeste a fim de prestar assistência técnica aos agricultores familiares, pescadores artesanais e outros, no que trata de investimentos voltados a gerar alguma fonte de renda ao beneficiado. O papel do IPA é levar informações às comunidades sobre o que é necessário para obter tal financiamento. Temos também a missão de emitir DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), esta que é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar, pescador artesanal, entre outros, a fim de ter acesso às políticas públicas, como o PRONAF. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, de posse do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo) [...]. (ALMEIDA,P 2012).

[...] No processo de emissão da DAP estão incluídas visitas técnicas para avaliação e enquadramento do beneficiado. Após entrega de toda documentação necessária (RG, CPF, comprovante de residência, DAP e cópia de uma de uma conta bancária do cliente, caso seja casado será necessário uma cópia da certidão de casamento) o cliente responderá um formulário de perguntas que é sua proposta de empréstimo para o banco, executadas pelo agente do banco no município através de entrevista, em seguida, o agente irá encaminhar a proposta ao banco para ser avaliada, em um período de um mês, sendo aprovada, a proposta o banco estipula um prazo de um mês após a aprovação para o dinheiro cair na conta do cliente. A informação sobre a aprovação ou não da proposta será fornecida pelo agente do BNB, ou pelo técnico do IPA, ou se o cliente desejar, pelo serviço de atendimento do BNB ou ir pessoalmente na agência central do BNB, em Recife, na Boa Vista. Ao IPA, cabe fazer visitas de acompanhamento para fiscalizar se o investimento foi feito como contratado [...]. (ALMEIDA,P. 2012).

[...] Outra função do IPA é buscar e prestar informações sobre os enquadramentos/tipos de PRONAF: no caso da Ilha de Itamaracá, o PRONAF mais aprovado é o PRONAF B, que trata de créditos referentes a investimentos para atividades agropecuárias e não agropecuárias geradoras de renda para família, possui limite de até 3 operações sendo R\$ 2500,00 por operação a juros de 0,5% a.a, apresenta ainda bônus de adimplência 25% até os primeiros R\$ 7500,00, o governo ainda dá um prazo de até dois 2 anos para pagar. Sendo 50% da renda familiar proveniente da agricultura familiar na propriedade rural. Renda anual de até R\$ 10.000,00. Para obter o acesso ao PRONAF tipo B é necessário que os pescadores entreguem aos agentes financeiros a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), o CPF e uma proposta simplificada de crédito [...]. (ALMEIDA,P. 2012).

[...] Outra modalidade de PRONAF aprovado na Ilha de Itamaracá – PE é o PRONAF VARIÁVEL, que diz respeito a custeios de atividades agropecuárias e não agropecuárias, de modo que até R\$ 10.000,00 tem-se

juros de 1,5% a.a e de 10.000,00 a 20.000,00 R\$ 3,0% a.a assim como o de R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00 4,5% a.a [...]. (ALMEIDA,P 2012).

E ainda, para Almeida, P (2012), existem algumas restrições que impedem a não liberação do benefício e entre elas estão: carteira de trabalho assinada, não pode ser funcionário ou servidor público político, o fato do beneficiário ter de residir na propriedade ou em local próximo, ser proprietário, posseiro, arrendatário ou concessionário, assentado nacional de reforma agrária, dispor de área inferior a quatro módulos fiscais, ou seja, varia de 5 a 110 hectares de acordo com cada estado, ter renda anual bruta entre R\$ 10.000 a R\$ 110 mil reais com pelo menos 50% proveniente da exploração agropecuária e não agropecuárias do estabelecimento. É também necessário ter no máximo 02 empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Também é exigido ter em época de colheita e plantio 50% da mão de obra da agricultura familiar.

Almeida, P. (2012) ressalta que desde 2008 até os dias atuais, o IPA, em parceria com o Banco do Nordeste, vem beneficiando o município de Itamaracá. O número de beneficiados até o presente momento é exatamente 468 segundo o IPA. Alguns problemas que vem sendo enfrentados pelo IPA e BNB diz respeito à inadimplência, que no início das ações chegava a aproximadamente 300 pessoas, hoje o número foi reduzido para 64 inadimplentes no município de Itamaracá, número este considerado pequeno, mas que ainda preocupa quando comparado a outros municípios devido ao número de transações e inadimplentes. O IPA em parceria com o Banco do Nordeste vem tomando as medidas cabíveis através de uma fiscalização eficiente, assim como também executa um monitoramento dos beneficiários para que estes números sejam ainda mais reduzidos. As causas mais comuns de inadimplência são: falta de fidelidade do cliente, carência de assistência por determinado tempo, má escolha das pessoas que serão beneficiadas com o financiamento e a falha de um melhor conhecimento das pessoas que irão ser beneficiadas.

A Finalidade dos créditos do PRONAF recebidos é para investimento ou custeio. Os beneficiários do PRONAF em sua totalidade têm automaticamente acesso à assistência técnica com objetivo de garantir o acompanhamento dos agricultores tanto no diagnóstico, como na orientação e avaliação dos projetos. O IPA e o BNB na figura de seus técnicos e colaboradores devem orientar as famílias em escolher atividades que busquem auferir renda, gerar produtividade e acima de tudo, garantir a segurança alimentar. Estes técnicos devem ser facilitadores e buscar informar aos beneficiários que além do PRONAF existem outras políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também

controlar tudo para que o projeto seja implantado da forma mais rentável, obtendo maior garantia, credibilidade e satisfação do beneficiário. Todas as ações dos assistentes técnicos dirigidas aos beneficiários do PRONAF devem ser registradas no sistema SEAF/Ater do MDA, bem como serem efetuadas de forma eficiente e eficaz.

A dificuldade a ser enfrentada pelo PRONAF é a inadimplência. Segundo Freitas (2009: 86), quem analisa os dados é o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), publicados em maio de 2008, a inadimplência entre os beneficiários muda consideravelmente, dependendo do grupo de beneficiário da linha de crédito. O nível mais elevado de inadimplência apresenta o crédito de investimento contratado pelos beneficiários do PRONAF Grupo B. Entre estes agricultores a taxa de inadimplência chega até 19% com saldo devedor de R\$ 1,4 bilhão e saldo vencido de R\$ 275,64 milhões. O nível considerado mais inferior de inadimplência está presente entre os agricultores familiares do grupo C, D e E. Os créditos de custeio efetuados até 30 de junho de 2006 têm neste grupo um nível de inadimplência de 1%, saldo devedor de R\$ 13,74 bilhões e saldo vencido de R\$ 136,64 milhões. Portanto, o monitoramento dos produtores rurais é um fator essencial minimizador de riscos e garantia de reembolso dos recursos emprestados. A carência de um bom atendimento bancário pode comprometer o retorno dos créditos, colocando em risco não apenas o banco, mas, sobretudo o agricultor e grande parte da comunidade envolvida.

Contudo, o Banco do Brasil permite contratar e renovar operações somente nas agências que possuem um percentual de inadimplência abaixo de 2%. As agências que possuem um índice de inadimplência entre 2% e 5% são aprovadas a contratar novos clientes apenas com a autorização da superintendência e renovar as operações daqueles produtores que pagaram em dia. Quando o nível de inadimplência no PRONAF for superior a 5%, as agências podem apenas renovar os contratos dos agricultores que pagaram em dia. Nesta situação, não será permitido aprovar e firmar novos contratos. Uma ferramenta bastante utilizada para evitar altos níveis de inadimplência é o prolongamento das dívidas. Porém, este procedimento exige uma análise cuidadosa da real capacidade de pagamento do produtor, a fim de evitar o não recebimento dos créditos no futuro. Segundo o BB, hoje em dia os créditos liberados no âmbito do PRONAF trazem um risco reduzido para o banco (Banco do Brasil, 2012).

3.2.3 O Seguro Defeso

Em razão das dificuldades sofridas pelo setor pesqueiro artesanal, devido a algumas restrições deste setor, o governo federal criou em 2003 a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) que, segundo a FUNDAJ (2010), garante uma compensação à renda do pescador artesanal durante o período da proibição da pesca, para garantir a reprodução das espécies.

O defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis a captura por estarem reunidos em cardumes, ou seja, contribuem para a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros. Para o MPA (2012) a política Seguro Defeso:

É uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. (MPA, 2012)

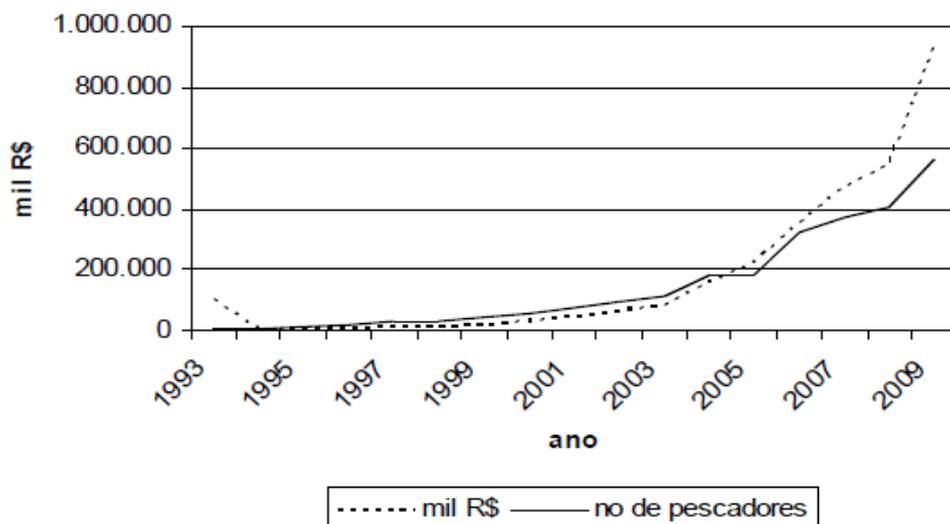
Ainda segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2012) é necessário os seguintes requisitos para receber o benefício:

- a) Ter registro como pescador profissional devidamente atualizado no Registro Geral da Pesca - RGP como pescador profissional, classificado na categoria artesanal, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, com antecedência mínima de 1 (um) ano da data do início do defeso;
- b) Possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como segurado especial;
- c) Possuir comprovação de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou cooperativa, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;
- d) Na hipótese de não atender ao inciso III e ter vendido sua produção à pessoa física, possuir comprovante de ao menos dois recolhimentos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em sua própria matrícula no Cadastro Específico - CEI, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;

- e) Não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;
- f) Comprovar o exercício profissional da atividade de pesca artesanal, objeto do defeso, e que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, e;
- g) Não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho, tampouco outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Para FUNDAJ (2011), durante o período de reprodução de algumas espécies consideradas sobre-exploradas, o Governo estabelece a paralisação da pesca para parte das espécies de pescado em proteção e, como compensação, disponibiliza o valor de 1 (um) salário mínimo/mensal para o pescador, como forma de compensação pelo período em que não pode pescar. Em 2011 estão sendo estimados gastos na ordem de R\$ 1,3 bilhões, oriundos do Ministério do Trabalho, como explica o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Relação entre anos e gastos nos Seguro Defeso



Fonte: FUNDAJ, 2011.

A política do defeso é um programa de transferência de renda que alcança um grande número de pescadores artesanais no Brasil e absorve uma enorme demanda de recursos do governo federal. Em média quarenta espécies de peixes, crustáceos e moluscos são protegidas por essa política. O camarão e suas diversas espécies são os mais protegidos, sendo as regiões Sul e Sudeste onde existe mais ênfase na aplicação da Lei da política de defeso. No Nordeste, as principais espécies protegidas são o camarão, caranguejo e as lagostas, sendo esta última a

mais abundante no Município de análise. O defeso mais importante no estado de Pernambuco é o da lagosta, tanto pela sua importância econômica como pelo pagamento do seguro-defeso. O defeso é estabelecido pelo IBAMA e pelo Ministério da Pesca (a partir de sua criação) e conjuntamente deve ser baseado nas necessidades de proteção das espécies. Além disso, o MTE também participa ativamente dessa política, sendo o responsável pelo pagamento do seguro-defeso, instituído pela Lei n.º 8.287 de 20 de Dezembro de 1991 (FUNDAJ, 2011).

Em relação à quantidade de recebimentos do seguro, é importante frisar que o pescador recebe tantas parcelas quantos forem os meses de duração do defeso, esta regra foi firmada pelo IBAMA. Além disso, o valor de cada parcela é de um salário mínimo. O benefício será requerido a partir do trigésimo dia que anteceder o início do defeso até o seu final, não podendo ultrapassar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pois este é o prazo máximo para o pescador receber o seguro. Nos casos em que o defeso for antecipado, o prazo de requerer também será antecipado. O pescador na posse do seu cartão do cidadão poderá receber seu defeso nas agências da Caixa Econômica Federal ou nas casas lotéricas, a primeira parcela estará disponível a partir de 30 (trinta) dias da data do início do defeso. Nos casos de indeferimento da concessão do benefício, o pescador poderá interpor recurso junto ao MTE, por intermédio das delegacias regionais do trabalho, no prazo de até 12 (doze) meses, contados da data do início do período do defeso, bem como nos casos de notificações e remissões. MTE (2012).

De acordo com o MTE (2012), o seguro desemprego para o pescador artesanal profissional será requerido na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ou no Sistema Nacional de Emprego (SINE), ou ainda, nas entidades credenciadas pelo MTE, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Formulário de requerimento, em modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, preenchido em duas vias;
- b) Carteira de identidade ou carteira de trabalho;
- c) Comprovantes de inscrição no PIS/PASEP e no Cadastro de pessoa Física - CPF;
- d) Carteira de registro de Pescador Profissional devidamente atualizada, emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, cuja data do primeiro registro, no RGP, comprove a antecedência mínima de 1 (um) ano da data do início do defeso;

- e) Declaração pessoal de que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira;
- f) Cópia de, pelo menos, dois comprovantes de venda de pescado ou comprovante de recolhimento, ao INSS, de, pelo menos, duas contribuições previdenciárias, na forma do disposto nos incisos III e IV do art. 2º;
- g) Comprovante do número de inscrição do trabalhador - NIT/CEI, e;
- h) Quando pescador profissional que opera, com auxílio de embarcação, na captura de espécies marinhas, apresentar cópia do Certificado de Registro da Embarcação, emitido pela SEAP/PR, comprovando que a permissão de pesca concedida é direcionada para a captura da espécie objeto do defeso.

Segundo a FUNDAJ (2011, p. 36):

Hartmann (2010) ao discutir instrumentos econômicos de gestão ambiental fala que o seguro-defeso pode ser interpretado como um desses instrumentos, apesar da literatura especializada no Brasil não o interprete dessa forma. Lessa (2009) e Freire (2005), por exemplo, argumentam que essa política tem sido ineficiente para a conservação dos recursos, o que a transforma em política social, desvirtuando seu principal objetivo. De fato, o seguro-defeso apresenta grande dificuldade de operacionalização, tendo dificuldade de atingir os beneficiários em potencial e conseqüentemente os objetivos de conservação. Apesar do grande crescimento do volume de recursos e do número de pessoas atingidas, a operacionalidade dessa política tem sido criticada por permitir a entrada de pessoas não pescadoras na atividade, os chamados falsos pescadores. São pessoas com envolvimento na comunidade como atravessadores de pescado, parentes de lideranças, políticos locais, os quais mantêm relações sociais com as comunidades de pescadores. (FUNDAJ, 2011).

Atualmente, o Ministério da Pesca tem duas políticas consideradas importantes para os pescadores artesanais em termos de relacionamento com as instituições: primeiro uma atenção especial precisa ser direcionada ao RGP e também à política de territórios da pesca, por ser uma política de planejamento. O Registro Geral é a base para o planejamento de todas as políticas do governo direcionadas à atividade da pesca artesanal. São com essas estatísticas e dados que o governo estima outras políticas, assim como as sociais, importantes para a manutenção de uma atividade com pouca geração de renda. É por meio desse cadastro, intermediado em quase sua totalidade pelas colônias de pescadores, que o Ministério da Pesca aplica suas outras políticas: seguro-defeso, políticas sociais, planejamento de manejo pesqueiro e outras. Pode-se dizer que as colônias de pescadores ganham apoio governamental,

pois são elas que indicam se o cidadão é pescador ratificando àquela pessoa perante o governo. (FUNDAJ, 2011).

Como órgão de fiscalização, cadastro e fornecimento desta política, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, além destas finalidades tem-se também o objetivo de aproveitar o potencial brasileiro da pesca e da aquicultura, gerando emprego e renda em todo o país. Estas secretarias são lotadas em todas as capitais brasileiras, no caso do estado de Pernambuco está localizada no bairro de San Martin, na sua capital Recife. Por meio da SEAP, pretende consolidar essa nova realidade, dando prosseguimento a uma série de investimentos e pensando em novas saídas para o setor, tendo sempre como base as propostas apontadas pelos pescadores e aquicultores. (MPA, 2012).

Segundo o RGP em, 10 de maio de 2012, foram verificados 991.641 pescadores profissionais artesanais, 8.270 pescadores profissionais industriais. (MPA, 2012).

De acordo com o Portal da Transparência (2012) os números de pagamentos referentes ao recebimento do Seguro Defeso atingiu em 15 de outubro de 2012, no âmbito nacional, o total de R\$ 1.649.335.337,00 destes, R\$ 12.291.876,00 são para o estado de Pernambuco e R\$ 576.456,00 destinados aos pescadores artesanais da Ilha de Itamaracá. Portanto, 230 pescadores artesanais recebem o Seguro Defeso na Ilha de Itamaracá atualmente.

3.2.4 Chapéu de Palha e o Chapéu de Palha Pesca

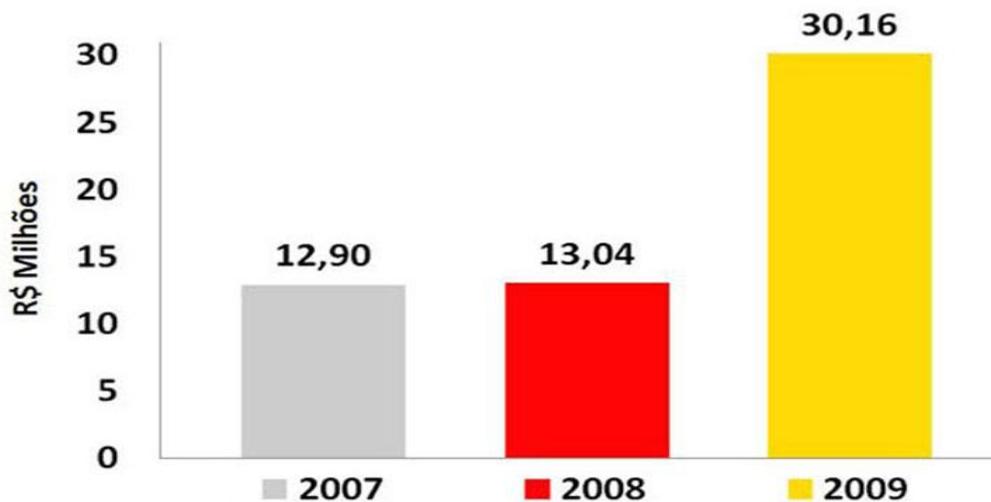
Nos estados em geral, a gestão da pesca geralmente está inserida nas Secretarias de Agricultura, como é o caso de Pernambuco, onde existe apenas uma unidade de pesca e aquicultura ligada à gerência de produção rural. Administrativamente essa é a instância estadual de gestão da pesca. (FUNDAJ, 2011).

A atual história da afinidade do Governo de Pernambuco com a pesca mostra uma ação forte do Governo Estadual desde a década de 1990, onde alguns planos foram implementados, como o projeto Prorenda, que realizou ações de capacitação e organização das comunidades com a parceria da Agência Alemã De Cooperação GTZ; além de uma série de financiamentos (a maioria a fundo perdido com recursos do Banco Mundial) para equipar colônias e associações de pescadores (Prorural. In FUNDAJ, 2011).

Ainda segundo a FUNDAJ (2011), nos últimos dez anos surgiram alguns projetos do Banco do Nordeste que financiaram barcos a motor, estruturas de frio, de beneficiamento e transporte para grande parte das colônias de pescadores de Pernambuco, inclusive na Ilha de Itamaracá, contando também com o apoio do Governo do Estado. Esses projetos, em sua maioria são superdimensionados, deixaram um passivo financeiro e moral que até hoje não foi absorvido pelas instituições de crédito. Outro projeto a nível estadual foi o financiamento do Fundo do Amparo do Trabalhador, ou seja, o Projeto Peditec, que realizou capacitações no setor pesqueiro ao longo de todo o estado de Pernambuco.

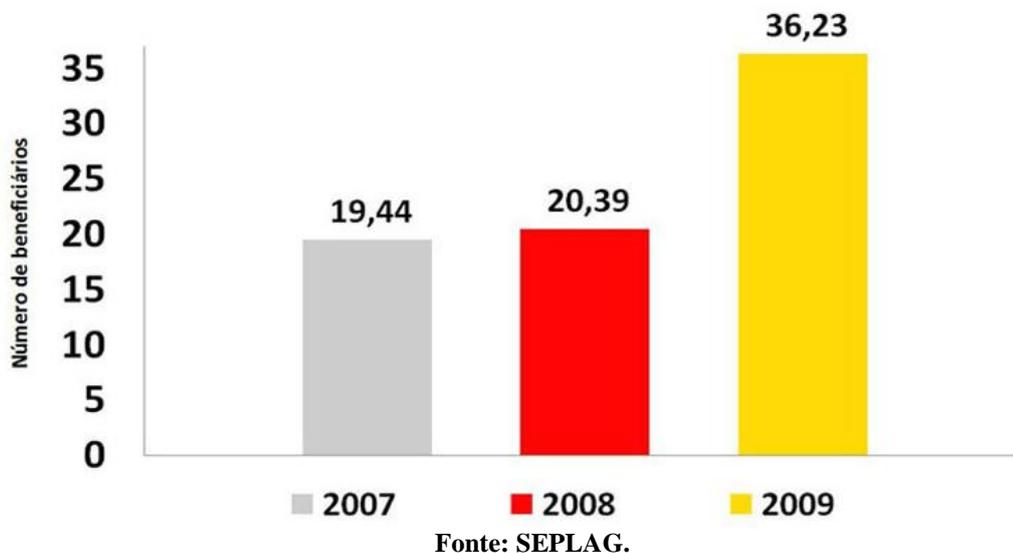
Considerado por muitos como um dos programas mais inovadores do Estado de Pernambuco, o Chapéu de Palha foi criado na gestão do ex-governador Miguel Arraes, sendo este retomado em 2007, o qual voltou a fazer parte da vida de milhares de agricultores do interior do Estado e com o objetivo inicial de atender 20 mil famílias da zona canavieira desempregadas durante o período da entressafra da cana. Ainda em 2007, o programa passou por um avanço na forma de fazer política pública. Ele deixou de ser apenas um repassador de recursos e passou a cobrar a contrapartida do beneficiário, exigindo a participação do mesmo, ou de alguém da sua família, nas diversas oficinas e capacitações realizadas pelas Secretarias de Estado envolvidas. Governo do Estado de Pernambuco (2012).

Ainda segundo o Governo do Estado pernambucano (2012), no ano de 2009, o programa ampliou a abrangência e passou a atender, também, a região do Vale do São Francisco, beneficiando agricultores de sete municípios que trabalham com a fruticultura. Em 2010, o Programa investiu na zona canavieira 179% a mais com relação a 2007. Já para a Região do São Francisco, foram atendidos 77% a mais de agricultores com relação a 2009, quando o Chapéu de Palha começou a atender as cidades dessa região. Em valores, isso significa que na zona canavieira o montante de investimentos passou de R\$ 12,8 milhões para R\$ 35 milhões e, no São Francisco, de R\$ 5 milhões para R\$ 11 milhões. Abaixo, temos o gráfico 2, mostrando a evolução do valor concebido de bolsas no Programa Chapéu de Palha, no período de 2007 a 2009.

Gráfico 2 - Programa Chapéu de Palha, valor concedido das bolsas

Fonte: SEPLAG, 2012.

O programa Chapéu de Palha visa além da geração e distribuição de renda, o reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e suas famílias. Além do pagamento do benefício, ainda são realizadas atividades educativas, de reflorestamento e emissão de documentos. O Chapéu de Palha tem como meta fortalecer a cidadania do homem do campo, investindo na alfabetização, no reforço escolar para jovens e adultos, na educação ambiental e na recuperação de áreas ambientalmente degradadas por meio do plantio de mudas e da recomposição da mata ciliar. Realiza também cursos de capacitação profissional para mulheres, além do pagamento de uma bolsa que pode chegar a R\$ 232,50, valor complementar ao Bolsa Família, programa do Governo Federal. Para receber, o agricultor tem que participar ou indicar alguém da família para algumas das ações desenvolvidas e sua periodicidade é anual. Governo do Estado de Pernambuco (2012). Abaixo ainda, o gráfico 3 detalha o demonstrativo quantitativo de beneficiários no Programa Chapéu de Palha, no período de 2007 a 2009.

Gráfico 3- Programa Chapéu de Palha, demonstrativo dos beneficiários.

Em novembro de 2011, o programa Chapéu de Palha ganhou mais uma extensão, ampliou seus horizontes, ou seja, além de auxiliar os canavieiros e produtores da fruticultura irrigada, passou desde então a atender também os pescadores artesanais de 57 municípios do estado de Pernambuco. Surge, a partir daí, o programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, assegurado por Lei estadual (Lei nº 14.492, de 29 de novembro de 2011). O cadastro dos beneficiários foi realizado em 91 polos e primeiramente foram destinados aos pescadores que vivem na região metropolitana do Recife e nas zonas da mata norte e sul. Nesta primeira etapa atingiu em maio de 2012 o número de 7 mil pescadores artesanais cadastrados. (LOPES, 2011).

O beneficiário que for escolhido para participar do programa irá receber um auxílio de até R\$ 242 (complementar ao Bolsa Família). Após receber o auxílio, o selecionado deverá participar de cursos de capacitação ou de qualificação profissional, que serão oferecidos pelas secretarias de educação; trabalho; qualificação e empreendedorismo; meio ambiente e sustentabilidade; agricultura e reforma agrária e mulher, sendo a coordenação geral feita, também, pela secretaria de planejamento e gestão. A contrapartida do pescador ou da pessoa por ele indicada no ato do cadastramento, é participar de algumas das ações oferecidas por estas secretarias do estado que estão envolvidas diretamente com o programa. O modelo adotado para a realização das atividades e cursos oferecidos no programa segue as mesmas bases implantadas no Chapéu de Palha da zona canavieira e da fruticultura irrigada, que já contam com seis e quatro edições, respectivamente. As atividades contemplam cursos de

pequena duração com foco na geração de renda e no fomento à cidadania. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2012).

De acordo com os dados do Governo do Estado (2012), atualmente o Programa Chapéu de Palha da pesca artesanal atende cerca de 57 municípios, que estão distribuídos da seguinte forma:

- a) Região Metropolitana do Recife (12 Municípios) – Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.
- b) Zona da Mata Norte (04 Municípios) – Carpina, Goiana, Lagoa do Carro e Paudalho.
- c) Zona da Mata Sul (06 Municípios) – Barreiros, Gameleira, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré.
- d) Agreste Setentrional (06 Municípios) – Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, Lagoa de Itaenga, Limoeiro e Surubim.
- e) Agreste Central (07 Municípios) – Belo Jardim, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Pesqueira e Riacho das Almas.
- f) Agreste Meridional (03 Municípios) – Águas Belas, Pedra e Venturosa.
- g) Sertão do Moxotó (02 Municípios) – Custódia e Ibimirim.
- h) Sertão do Pajeú (03 Municípios) – Afogados da Ingazeira, Igaraci e Serra Talhada.
- i) Sertão Central (02 Municípios) – Parnamirim e Serrita.
- j) Sertão do Araripe (03 Municípios) – Araripina, Bodocó e Ouricuri.
- k) Sertão do São Francisco (05 Municípios) – Afrânio, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista.
- l) Sertão de Itaparica (05 Municípios) – Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba, Jatobá e Petrolândia.

Para obter o benefício é necessário se cadastrar, portanto, é imprescindível que os pescadores artesanais tenham em mãos os originais e as cópias da Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, comprovante de residência, Registro Geral da Pesca, que tenha sido emitido pelo

Ministério da Pesca, e Cartão Cidadão ou do Bolsa Família (número do NIS e PIS). Quem não possuir esse registro do ministério pesqueiro, deverá apresentar também uma declaração da colônia de pesca ou associação de pescadores assinada pelo presidente e por mais três membros, relatando que o interessado pratica a pesca a mais de seis meses. Além disso, o candidato deve ser maior de 18 anos, não pode ser aposentado ou receber algum benefício do INSS. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2012).

Segundo o Governo do Estado de Pernambuco (2012), a comunidade pesqueira também contará com cursos de alfabetização e de capacitação nas áreas de saúde preventiva, meio ambiente, geração de renda, cidadania, além de participar de atividades relacionadas à preservação do meio ambiente. Poderão se cadastrar no programa, famílias em situação de pobreza, segundo parâmetros do Programa Bolsa Família e que tenham renda familiar per capita de até R\$ 70. Também serão beneficiadas as famílias com renda familiar mensal per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140, que sejam compostas por gestantes, mães que esteja amamentando e/ou menores até 15 anos.

3.3 O Bolsa Família como fator de crescimento e desenvolvimento da Comunidade de Jaguaribe e Pilar

Antes de falar do Programa Bolsa Família faz-se necessário estudar o que vem a ser pobreza. Segundo (GUTIERREZ, 2007), pobreza é:

[...] para o Estado Brasileiro pobreza é a carência de renda para adquirir uma cesta básica de alimentos e outros serviços e indigência é a carência de renda para garantir o consumo de alimentos. A renda, no entanto, expressa uma das dimensões da pobreza e não a única. Por estar focada nas rendas auferidas, a linha da pobreza enquanto método de investigação não considera que os recursos podem ser distribuídos de formas diferentes, de acordo com gênero, idade, papéis sociais, por exemplo. Também não permite tomar conhecimentos das várias estratégias de vida encontradas pelas famílias para sobreviver a pobreza. Enfim, não permite conhecer todas as extensões da pobreza, nem apreender os múltiplos aspectos que irão interferir no bem-estar da família. (GUTIERREZ, 2007)

Embora a pobreza rural tenha diminuído pela metade nas duas últimas décadas, os índices permanecem altos. A região com a maior concentração de pobreza no Brasil é a Nordeste. Nesta região concentram-se 53% dos domicílios rurais classificados como pobres,

assim como 70% do total dos agricultores familiares considerados extremamente pobres (MDS).

A pobreza rural no Brasil se deve a uma série de fatores históricos, tais como a alta concentração fundiária, a modernização da agricultura e da pesca, o deslocamento de muitas pessoas para a área de concentração em construção civil e o uso intensivo de tecnologias modernas que desempregaram os trabalhadores rurais e principalmente os pescadores artesanais, sujeitos de nossa pesquisa.

Atualmente, as dificuldades que os pescadores artesanais enfrentam são diversas, a exemplo da falta de incentivos e dificuldade para ter acesso aos programas de transferência de renda. Infelizmente estes programas, a exemplo do PRONAF, estão concentrados nas mãos de poucas pessoas e em muitos casos o pescador não tem sequer conhecimento da existência do mesmo (ALMEIDA, P. 2012).

Grande parte dos pequenos pescadores artesanais nas comunidades visitadas sofre da carência da posse de instrumentos de trabalho básicos e essenciais, como arrastão de praia, caçoeira, compressor, covo, espinhel, linha de vara, linhas, mangote, manzuá, redes de arrasto, de cerco e de espera e tarrafa, barcos e motores para barcos, pois estes instrumentos serviriam para aumentar a sua produtividade, mas infelizmente a precariedade e escassez destes instrumentos poderiam ser sanadas com o incentivo do PRONAF, mas as ações e benefícios deste programa ainda estão sendo utilizados para outros fins, conforme afirma o funcionário do IPA:

O PRONAF é um benefício que realmente gera e aumenta a produtividade do pescador, porém muitos pescadores utilizam este benefício do governo que inicialmente seria para comprar um motor a fim de aumentar a sua produtividade e utilizam o crédito para outra finalidade como, por exemplo: comprar uma moto. Estamos buscando o maior controle e realizando auditorias frequentes para que fatos como esses não aconteçam. (ALMEIDA, P. 2012)

Outra questão levantada em relação à pobreza seria as relações de trabalho que muitas vezes são precárias, o que provoca a migração da população rural para a cidade grande em busca de melhores condições de trabalhos e salários mais altos. Outro fator importante que explica a prevalência da pobreza na Ilha é a falta de acesso à educação e o baixo nível de ensino. Além disto, os pescadores sofrem da carência de uma infraestrutura adequada, tal como saneamento básico, transporte, lazer e cultura, o que contribui para a exclusão social deste grupo.

A pobreza é um fenômeno social complexo, multidimensional e relativo e que, por isso mesmo, permite diferentes formas de conceitos e interpretações. Para DEMO (2001), defini-la acarreta sempre a escolha de certos elementos a serem privilegiados, em detrimento a outros. Dentre as suas dimensões, é comum focar no elemento renda e segurança alimentar para definir quem é ou não pobre. No caso deste trabalho, o foco está na categoria de análise da segurança alimentar, verificando o impacto que esta promove nas comunidades de pescadores de Jaguaribe e Pilar, locais determinados para esta investigação. Sendo assim, a forma mais comum de mensuração da pobreza é através do estabelecimento das linhas da pobreza e indigência. Mas, para além do quesito econômico vale destacar que, a pobreza tem dimensões políticas e culturais.

Ainda segundo DEMO (2001:13):

A dimensão política da pobreza se torna mais clara à medida que admitimos que ser pobre não é não ter e possuir ou ser carente de algo (renda, acesso a bens públicos e a capital social/cultural), mas ser coibido de ter. A pobreza seria, em sua essência, repressão, o resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens, a saber, a não posse de dois bens escassos: o dinheiro e o poder. (DEMO, 2001)

A pobreza também está intimamente conectada com outros processos sociais ligadas à organização da estrutura social, ao grau de desigualdade existente em determinada sociedade, isto é, a forma em que está distribuída a riqueza (renda, propriedade de ativos, acesso a bens públicos, ao mercado de trabalho e a direitos sociais e políticos, bem como as diferentes formas de acesso aos capitais culturais e sociais). Nesse sentido, Souza (2006) afirma que compreender a pobreza em determinado país, requer a análise da forma como esse fenômeno está relacionado com os demais processos de empobrecimento (exclusão e vulnerabilidade social) e com a maneira que a sociedade como um todo julga esse problema. Aqui, o aspecto cultural é muito importante. Assim, há maior ou menor tolerância com relação à existência da pobreza e desigualdade, bem como diferentes explicações e modos de resolução.

O Brasil não possui um histórico muito positivo em relação à distribuição de renda, por isso a necessidade frequente do poder público em criar políticas sociais para melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos para um melhor funcionamento da sociedade. Neste sentido alguns programas de transferência de renda que antecederam o PBF, a exemplo o programa Fome Zero, criado no Governo do presidente Lula, que enquadrava quatro programas estratégicos, sendo dois destes condicionados: o Bolsa Escola e o Programa Bolsa Alimentação (voltados para educação e saúde respectivamente) e outros dois não

condicionados: o auxílio gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), mais conhecido como cartão alimentação. Para este último, a única condição era que as famílias gastassem a transferência exclusivamente com comida. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que era o programa de transferência de renda condicionada mais antigo do Governo Federal, criado em 1996, foi integrado ao PBF somente a partir de 2006. O programa de transferência de renda Bolsa Família, no âmbito de estratégia do Fome Zero, foi criado para integrar estes quatro programas federais de renda em prol das famílias mais pobres do país (MDS, 2012).

O Programa de transferência de renda Bolsa Família foi criado em 2003, pela medida provisória n° 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, com o intuito de resolver o problema da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Ele é considerado um programa de bem estar social e foi desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro como integrante do Fome Zero. Dentre as suas finalidades, podemos destacar a ajuda financeira a famílias de baixa renda e indigentes do país com filhos na escola (condição mínima necessária para o recebimento da mesma) e uma alternativa de política de segurança alimentar, direcionados pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. O impacto que esta política vem gerando seja na condição de vida, seja no bem estar dos beneficiários, são os mais diversos e no meio acadêmico tem despertado o interesse e o estudo de várias situações, como a desta dissertação, que é avaliar o impacto em relação à segurança alimentar e nutrição. (MDS, 2012).

O Bolsa Família integra o plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, segundo o MDS (2012), o programa visa ainda reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital que, por sua vez, visam acabar com a transmissão da miséria de geração a geração. Além disso, o Bolsa Família é considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo.

O programa de transferência de renda Bolsa Família atualmente é considerado um importante mecanismo para o enfrentamento da pobreza e como potencial dinamizador da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil, a exemplo da Ilha de Itamaracá. Partindo desse referencial, os programas de transferência de renda são considerados como eixo prevalente no atual sistema brasileiro de proteção social, situado no âmbito das transformações econômicas e societárias, o qual vem marcando um aprendizado das diferenças (e semelhanças) sobre o impacto do Programa Bolsa Família na condição de vida, bem-estar e segurança alimentar dos beneficiários, o foco da análise incide no alívio e combate da pobreza e/ou miséria entre populações ou comunidades consideradas pobres ou extremamente pobres.

De uma forma geral, o PBF nesses seus 9 anos de funcionamento vem modificando o extrato social, o mesmo se transformou na principal política social de combate à pobreza e miséria no Brasil desde a sua fundação. O grande destaque do Bolsa Família é a sua dimensão, atualmente ele beneficia aproximadamente 13 milhões de famílias em todo território brasileiro (MDS, 2012).

Segundo o MDS (2012), o Bolsa Família apresenta uma gestão descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do programa, instituído pela Lei n.º 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209/04.

Por um longo período histórico, o Brasil vem sendo considerado um país de extrema desigualdade social, com isso uma das maiores preocupações enfrentadas pelas autoridades, sem dúvida, é o combate à fome e à pobreza.

No quadro 1 a seguir, podemos observar que os valores pagos aos beneficiários do Bolsa Família variam de acordo com a renda per capita, situação econômica, perfil da bolsa, idade do beneficiário e quantidade máxima de crianças e adolescente de até 17 anos por família. Segundo os dados obtidos, os valores pagos variam de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com a renda mensal de cada família e também estão diretamente relacionados à totalidade de crianças e adolescentes de até 17 anos. O programa ainda oferece cinco modalidades de recebimentos, ou seja, bolsa básica, bolsa variável, Bolsa Jovem, Bolsa Nutriz e Bolsa Gestante, tudo dentro de suas especificidades.

O benefício básico no valor de R\$ 70,00 é pago a família em caráter de extrema pobreza, o que significa que esta família tem uma renda per capita de R\$ 0,01 a R\$ 70,00, o comprovatório deste valor de renda na família acarretará no recebimento automático da bolsa, pois caracteriza uma família em estado de extrema pobreza, mesmo que estas famílias não tenham filhos. O benefício básico no valor de R\$ 70,00 ainda pode ser acrescido a cada filho de 0 a 15 anos matriculados na escola onde não pode ultrapassar o limite máximo de 5 bolsas por família.

O benefício variável no valor de R\$ 32,00 é pago à família caracterizada como pobre, ou seja, com renda de R\$70,01 até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos regularmente matriculados e frequentando a escola, e assim o benefício básico não pode ultrapassar o total de 5 bolsas. Já o Bolsa Jovem no valor de R\$ 38,00 é pago a toda família que possui adolescentes de 16 a 17 anos frequentando a escola, neste caso, cada família pode receber no máximo dois benefícios variáveis ligados ao Bolsa Jovem , ou seja, até R\$ 76,00.

Já o Bolsa Nutriz é característico das mães com renda per capita de até R\$ 272,50 com crianças recém-nascidas de 0 a 06 meses e recebe o valor de R\$ 32,00, no caso de gêmeos a mãe recebe duas bolsas, este mesmo valor também é pago às gestantes em seu acompanhamento pré-natal até os 09 meses, caracterizando-se como Bolsa Gestante, que a partir de maio de 2012 foi incluído no Programa Bolsa Família. As mães autorizadas a receberem este benefício devem também possuir renda per capita no intervalo de R\$ 0,01 a R\$ 272,50.

Quadro 1 - Aptidão ao Bolsa Família

Faixa de Renda per Capita	Situação Socioeconômica	Perfil	Valor da Bolsa	Idade (faixa etária)	Qtd Máxima por Família
R\$ 0,01 a R\$ 70,00	Extrema Pobreza	Básico	R\$ 70,00	0 a 15 anos	5 bolsas
		Jovem	R\$ 38,00	16 a 17 anos	
		Nutriz	R\$ 32,00	0 a 06 meses	
		Gestante	R\$ 32,00	Pré-parto de 0 a 09 meses.	
R\$ 70,01 a R\$ 140,00	Pobre	Variável	R\$ 32,00	0 a 15 anos	5 bolsas
		Jovem	R\$ 38,00	16 a 17 anos	
		Nutriz	R\$ 32,00	0 a 06 meses	
		Gestante	R\$ 32,00	Pré-parto de 0 a 09 meses.	
R\$ 140,01 a R\$ 272,50	Classe “C”	Não recebe, cadastrado no CadÚnico.	R\$ 0,00		

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do CadÚnico e da Secretaria do Centro de Referência e Assistência Social da Ilha de Itamaracá – PE.

A agência executora do PBF é a Secretaria Nacional de Renda para a Cidadania (SENARC) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Uma das mudanças mais importantes no processo de unificação foi à criação de um sistema único para o registro de famílias elegíveis a diversos programas sociais do governo federal, o chamado de Cadastro Único (CadÚnico).

O CadÚnico, que vinha sendo aperfeiçoado e expandido de forma lenta desde sua criação, passou a determinar a partir de 2001 quem deve receber e quem não deve receber as transferências condicionadas de renda dos programas federais. Ou seja, hoje o PBF tem o mandato legal e a estrutura operacional que lhe permitem buscar garantir uma boa focalização do benefício e uma cobertura mais ampla do sistema de transferências permitindo, além disso, um maior controle dos beneficiários e tentando evitar as possíveis irregularidades do programa. (MDS, 2012)

Portanto, segundo o MDS (2012):

O PBF seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) selecionam, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício. (MDS, 2012).

Na seção abaixo será detalhada o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal ou CadÚnico, pois este é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas segundo o MDS (2012) como aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Além disso, o CadÚnico permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, colhendo dados de todo o núcleo familiar, das especificidades do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também, informações de cada um dos componentes da família.

Ainda segundo o MDS (2012):

- a) O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. Atualmente, o Cadastro Único conta com mais de 21 milhões de famílias inscritas.

- b) O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.
- c) Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011, e podem também serem utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

É importante salientar que famílias com renda acima de meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que, sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo (MDS, 2012).

3.3.1 CadÚnico

Como o Brasil é um país federativo, a seleção de beneficiários é realizada em parceria com os governos municipais. O MDS oferece aos mesmos, um formulário padrão de registro, cujo principal objetivo é coletar informações sobre a renda e composição demográfica das famílias elegíveis. Se a família cumpre os requisitos, então ela deve receber o benefício, caso contrário, ela ficaria apenas registrada no CadÚnico, podendo vir a ser beneficiada por outras políticas/programas que utilizem a informação daquele cadastro.

Outro aspecto positivo diz respeito ao empenho na manutenção do Cadastro Único dos Programas do Governo Federal (CadÚnico), No caso da Ilha de Itamaracá, a base de dados atual na prefeitura até o mês de setembro de 2012 é de 4.888 mil famílias cadastradas no CadÚnico, dessas 2.757 mil são beneficiárias do Bolsa Família, ou seja, possuem renda per capita de até R\$140,00, sendo caracterizadas como famílias pobres e extremamente pobres, como mostra a tabela 3. Segundo XAVIER (2012), secretária do programa e responsável pelo centro de referência e assistência social da Ilha de Itamaracá, há variações em relação à quantidade de beneficiados mensais do Bolsa Família, pois o governo federal vem empenhando e combatendo as irregularidades do programa através de uma frequente auditoria, permitindo a frequente análise junto ao CadÚnico das famílias que realmente precisam ser beneficiadas, melhorando a eficiência e eficácia do programa.

Tabela 3 - Relação de beneficiários incluídos no CadÚnico da Ilha de Itamaracá-PE

Mês/Ano	Quantidade de Beneficiários
04/2012	2.713
05/2012	2.746
06/2012	2.720
07/2012	2.689
08/2012	2.787
09/2012	2.757

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do CadÚnico cedidos pela SCRAS da Ilha de Itamaracá, 2012.

O CadÚnico constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades. O cadastramento das famílias é executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda, em formulário específico para esse fim.

Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal (CEF) que, além de operar o recurso financeiro, é também responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS). A utilização de um único cadastro pelas três esferas de governo (união, estados e municípios) permite analisar se todas as famílias de baixa renda são assistidas pelos programas sociais, bem como evita a sobreposição de programas para uma mesma unidade familiar.

O Governo Federal utiliza o CadÚnico para identificar os potenciais beneficiários dos programas sociais Bolsa Família, Pró-Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mais conhecido como Pró-Jovem ou mesmo Bolsa Jovem, Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa, Minha Vida e outros. Da mesma forma, vários estados e municípios já utilizam esse cadastro para identificação do público-alvo dos seus próprios programas. O cadastramento não significa a inclusão automática da família nos programas sociais: a seleção e o atendimento da família por esses programas ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos de cada um deles. Segundo XAVIER (2012), há muitos questionamentos e

críticas da população em relação ao CadÚnico, pois muitos pensam que ao realizar o cadastro automaticamente receberá algum tipo de beneficiamento do governo, porém :

[...] Trabalho há 08 (oito) anos com o CadÚnico, e este cadastro possui um aspecto muito positivo, pois através dele podemos ter informações importantes acerca da população do município como, por exemplo, características do domicílio, composição familiar, qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros) o que ajuda bastante no direcionamento de políticas públicas para melhorar o desempenho econômico e social da Ilha de Itamaracá. (XAVIER, 2012).

No caso do Programa Bolsa Família, as famílias elegíveis são aquelas que possuem renda per capita inferior a R\$140,00. Isto quer dizer que o número de famílias cadastradas não é necessariamente o número de famílias com perfil para o Programa Bolsa Família.

A marca da gestão do Bolsa Família na Ilha de Itamaracá, ainda na entrevista de Xavier (2012), é compartilhada com as outras políticas existentes na cidade, a exemplo do Seguro Defeso, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PRONAF do tipo B que ajuda bastante a classe pesqueira. O Programa Bolsa Família envolve as várias áreas das políticas sociais e tem como objetivo principal operacionalizar a gestão descentralizada e compartilhada por meio da identificação de famílias prioritárias para acompanhamento, bem como a garantia do acesso a direitos sociais básicos (saúde e educação), como também a identificação do público prioritário para o acesso aos serviços e programas sociais ofertados pelo município.

4 METODOLOGIA

A princípio, procuramos fazer um levantamento bibliográfico bem detalhado através de artigos, revistas, fotos e livros sobre o tema. A presente análise é de natureza quantitativa e qualitativa, uma vez que se faz necessário o uso dos dois métodos, a fim de captar melhor o conteúdo dos programas federais nas áreas sociais, educação, saúde, infraestrutura, ambiental e economia. A etapa quantitativa envolveu a coleta de dados em uma amostra nas comunidades de Jaguaribe e Pilar, onde foram realizadas uma seleção estatística, assim como foram explorados dados secundários disponíveis em fontes oficiais do BDE, IBGE, IPEA, MDS, PNAD, PNUD, bem como aplicação de um questionário detalhado abordando as diversas dimensões ligadas ao bem estar das famílias, sempre o relacionando ao programa de transferência de renda Bolsa Família e suas especificidades.

Nesta perspectiva, como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas políticas públicas e meio ambiente no Município, aplicação de questionários direcionados aos beneficiários das políticas, visitas domiciliares, levantamento da literatura direcionada às políticas públicas cobrindo as distintas interpretações na trajetória histórica da política social brasileira. Além disso, teve-se como ponto de partida a revisão e caracterização do Município estudado, a Ilha de Itamaracá, bem como uma abordagem em gestão e desenvolvimento da pesca sustentável e políticas públicas: federalismo e capacidade institucional com destaque, enfim, para o Bolsa Família.

O programa estadual abordado nesta dissertação foi o Chapéu de Palha, e os programas federais foram o PRONAF, Seguro Defeso e Bolsa Família, este último que atualmente é o maior programa de transferência de renda do mundo, em termo de famílias atendidas, ou seja, beneficiando em torno de 13 milhões de famílias em todo território nacional e 2.757 mil beneficiários no município de Itamaracá (MDS, 2012). O Bolsa Família serve de exemplo para alguns países no mundo, a exemplo do Chile.

Para realizar este estudo, foram utilizadas as principais fontes documentais relativas ao Bolsa Família e essas informações contribuíram para o banco de informações constantes deste trabalho.

Utilizamos, além disso, um banco de dados cedidos pelo Instituto Oceanário de Pernambuco sediado na UFRPE, este representado atualmente pelo professor Luiz Lira e equipe, que se mostraram flexíveis, desde o primeiro momento em que estivemos no Instituto, oferecendo de forma altamente disponível e flexível os dados que eles colheram no

diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco realizado entre 2003 e 2009, o qual absorveu dados sobre a Ilha de Itamaracá - PE.

Para representação espacial, se fez uso do software ArcView 3.2 para elaboração dos mapas expostos no trabalho.

Como instrumento estatístico, foi utilizado o Programa de Análise Estatística Social (SPSS). O SPSS é um software idealizado e criado pelos pesquisadores Norman H. Nie, C. Hadlai Hull e Dale H. Bent em 1975 nos EUA.

4.1 População e amostra

Segundo Gil (2010, p. 89), “população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” e “amostra é o subconjunto da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Para seleção da amostra, adotou-se um procedimento amostral intencional que cobrisse aproximadamente 10,0% da população de pescadores das comunidades de Jaguaribe e Pilar que, segundo as informações da Colônia de Pescadores, compreendem no total 470 pescadores, ficando, portanto, a amostra a ser realizada de 47 pescadores. Por questões de segurança amostral, foram aplicados 50 questionários, dispondo-se, portanto, de um total amostral acima dos 10,0% requeridos.

Tomando esses conceitos, esta pesquisa tem como população os pescadores de ambos os sexos residentes nas comunidades de Jaguaribe e Pilar da Ilha de Itamaracá - PE, constituído por 170 pescadores da comunidade de Jaguaribe e 300 pescadores da comunidade de Pilar, que realizam como atividade de subsistência a pesca artesanal.

De acordo com o banco de dados do Instituto Oceanário da UFRPE (2010), a quantidade estimada de pescadores em cada comunidade da Ilha está apresentada na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco

COMUNIDADES	PESCADORES
Chié	28
Jaguaribe	39
Pilar	98
Vila Velha	27
TOTAL	192

Fonte: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.

Segundo dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, escritório de Pernambuco, o número de pescadores (as) cadastrados no RGP na Colônia de Pescadores Z11, Ilha de Itamaracá – PE, em março de 2009 compreendeu 639 pescadores e 343 pescadoras, totalizando 982 pescadores (as) cadastrados no sistema RPG. Portanto, quando fizemos a visita *in loco* a Ilha e, particularmente, nas duas comunidades escolhidas entre junho, julho, agosto e setembro de 2012, pôde-se perceber uma redução na quantidade de pescadores (as) destas comunidades, números inferiores à última análise feita pelo Oceanário em 2010.

Esta pesquisa tem caráter descritivo tendo em vista que, segundo Gil (1991), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Richardson (1999) afirma que:

O estudo descritivo pode abordar aspectos amplos de uma sociedade como, por exemplo, descrição da população economicamente ativa, do emprego de rendimentos e consumo, do efetivo de mão de obra; levantamento da opinião e atitudes da população acerca de determinada situação; caracterização do funcionamento de organizações; identificação do comportamento de grupos minoritários. (RICHARDSON, 1999)

4.2 Técnicas de coleta de dados

Como técnica de coleta de dados, foi adotada a técnica de formulário com questionário estruturado, o qual se constou de perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha, baseadas nas variáveis. A escolha do formulário se deu pelo fato de que, de acordo com Lakatos (2011, p. 100) é um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado. Nesse caso, como a amostra de entrevistados é constituída por um grupo de pescadores (as) com baixo nível de letramento. A leitura e preenchimento dos formulários pelo entrevistador facilita o processo de coleta, além da flexibilidade, por parte do entrevistador, para reformular itens ou ajustar o formulário à compreensão de cada informante.

As perguntas do formulário foram elaboradas tomando como base algumas variáveis que nortearam os objetivos a serem testados. Entende-se por variável, segundo Soriano (2004, p. 129-130) “como característica, atributo, propriedade que: a) pode existir ou estar ausente em indivíduos, grupos e sociedades; b) pode apresentar-se em diferentes matrizes ou modalidades; c) em graus, magnitudes ou medidas distintas ao longo de *um continuum*.”.

O formulário com questionário de perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha facilitou a tabulação e proporcionou uma exploração em profundidade, além do que a combinação desses três tipos de perguntas possibilitou mais informação sobre o assunto sem prejudicar a tabulação (LAKATOS, 2011, p. 92). Este formulário foi estruturado de uma maneira muito detalhada, para que o enriquecimento das informações facilitassem nas variáveis analisadas em partes, sendo a primeira referente aos dados pessoais do (a) entrevistado (a); a segunda com informações socioeconômicas e a terceira com questões relativas às atividades econômicas; uma quarta parte permeando o associativismo, a quinta parte abordou questões relativas ao meio ambiente; a sexta, abordando a comunidade e uma última parte calcada nas políticas públicas praticadas ou vivenciadas, sendo este último bloco direcionado ao programa de transferência de renda Bolsa Família.

A formulação e aplicação do questionário implicaram em um esforço e tempo muito grande, e foi solicitado por várias vezes auxílio de alguns professores (as) da UFRPE para eficiência e eficácia nos resultados desta dissertação. Depois de estruturado e redigido, o formulário-questionário foi testado antes de sua utilização definitiva, aplicaram-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida. A partir dessa aplicação, conforme orienta Lakatos (2011, p. 88), foram “verificadas as falhas, a fim de reformular o questionário, conservando, modificando, ampliando ou eliminando itens; explicitando melhor alguns ou modificando a redação de outros.” Lakatos (2011, p. 88) ressalta ainda que “o pré-teste pode ser aplicado mais de uma vez, tendo em vista o seu aprimoramento e o aumento de sua validade. Deve ser aplicado em populações com características semelhantes, mas nunca naquela que será alvo de estudo”.

A aplicação dos questionários resultou em alguns contratemplos relacionados a alguns dados, principalmente aos antropométricos das crianças, uma vez que as mesmas dificilmente eram encontradas em casa, devido ao horário integral (regime) da escola. Como alternativa para sanar esta dificuldade foi preciso levantar estes dados antropométricos nos fins de semana, porém mais uma vez estas crianças estavam ausentes, pois, ora se encontravam na praia, ora estavam nas casas de parentes. Decidimos, por fim, procurar a secretaria de políticas públicas da cidade que, infelizmente não teve como fornecer essas fontes.

Na pesquisa de campo, ou seja, no momento das visitas às comunidades pesqueiras de Jaguaribe e Pilar, foi utilizado o método de observação assistemática que, segundo Lakatos (2011, p. 77), “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas”. A técnica de observação foi empregada nas visitas preliminares e facilitou muito no reconhecimento e delimitação da

área de trabalho, bem como viabilizou na escolha das duas Comunidades, “nesse primeiro momento, ela serviu também para apurar os dados e adotar estratégias na aplicação das demais técnicas que foram utilizadas na pesquisa definitiva.” (SORIANO, 2004, p. 146). Como forma de registro se fez uso do diário de campo no qual foram anotados os apontamentos e observações realizadas *in loco*.

Pensando melhorar a análise dos dados foi utilizado o *propensity score matching*, pois este modelo é comumente utilizado para avaliar os impactos das políticas públicas. As técnicas relacionadas ao *propensity score matching* pressupõem ao emprego de variáveis que podem determinar a adesão ou não ao programa sob análise. No caso do programa de transferência de renda, o Bolsa Família, a intenção foi congregar os modelos usados no cálculo do *escore* de propensão ao maior número de variáveis que pudessem influenciar ou não, quem recebe e quem não recebe o benefício. (ROSEBAUM & RUBIN, 1983)

4.3 O Propensity Score Matching

Vários trabalhos acadêmicos discorreram sobre a utilização de métodos de avaliação do impacto da implementação de políticas, programas, intervenções, tratamentos ou projetos. Especial ênfase, sobretudo em resultados relacionados à avaliação e impactos de políticas públicas, foi dada a abordagens metodológicas que envolvem a utilização de técnicas de *matching*, também intituladas de métodos de pareamento ou emparelhamento de dados (CASTRO, 2010).

Ainda segundo CASTRO (2010, p.42):

A literatura acerca dos procedimentos de matching corrobora o entendimento de que metodologias relacionadas a propensity score matching são um valioso instrumento de avaliação empírica de políticas públicas. As técnicas de “escore de propensão para pareamento”, tradução para o português do termo propensity score matching, são quase experimentos que utilizam uma variável unidimensional, um escalar, para representar a probabilidade de participar de algum programa, dado um vetor de características observáveis. (CASTRO, p. 4, 2010).

Wooldridge (2006) sustenta que “um experimento natural ocorre quando algum evento exógeno – frequentemente uma mudança na política governamental – altera o ambiente no qual indivíduos, famílias, empresas ou cidades operam. Um experimento natural sempre tem um grupo de controle, que não é afetado pela mudança na política, e um grupo de tratamento que é afetado pela mudança na política. (WOOLDRIDGE, 2006 apud CASTRO, p. 42, 2010).

Segundo este raciocínio, podemos entender que o *Propensity Score Matching* é uma metodologia que se propõe a comparar unidades de um grupo que foi afetado pela

implantação de determinada política (grupo de tratamento) com elementos de um grupo que não foi impactado pela política sob análise (grupo de controle) (CASTRO, 2010).

No caso desta dissertação, a metodologia relacionada ao modelo *propensity score matching* envolveu a utilização de uma amostra de famílias de pescadores artesanais que recebe o Bolsa Família (grupo de tratamento) e de famílias que não receberam esse benefício (grupos de controle).

Segundo Rosenbaum & Rubin (1983) o *escore* de propensão é definido como a probabilidade condicional de adesão a determinado tratamento, dado o vetor de características observáveis. Convencionalmente, o *Propensity Score* é definido como equação 1 a seguir:

$$p(\mathbf{X}) \equiv \Pr(\mathbf{D} = 1|\mathbf{X}) = \mathbf{E}(\mathbf{D}|\mathbf{X}) \quad (1)$$

Em que $\mathbf{D} = \{0,1\}$ indica a participação no programa e \mathbf{X} é o vetor de características observáveis pré-tratamento, ou seja, considera-se uma pessoa i e dois estados possíveis, “1” para a situação de ter recebido o benefício Bolsa Família e “0” para a situação de não ter sido beneficiado pelo programa, onde $\mathbf{D}=1$ indica o primeiro estado e $\mathbf{D}=0$ o estado alternativo.

A abordagem potencial do resultado segundo SIANECI (2011) serve para avaliar o efeito causal de algum tipo de tratamento em alguns impactos, no nosso caso a segurança alimentar Y , resultado experimentado por unidades da população de interesse. O impacto que estas duas situações diferentes tem sobre determinada variável (segurança alimentar, por exemplo) descreve-se como Y , sendo que:

$Y1i \rightarrow$ impacto da segurança alimentar na unidade i se recebe o benefício

$Y0i \rightarrow$ impacto da segurança alimentar na unidade i se não recebe o benefício

$D_i \{0, 1\} \rightarrow$ indicador do tratamento recebido pela unidade i

$Y_i = Y_{0i} + D_i (Y_{1i} - Y_{0i}) \rightarrow$ resultado observado na unidade i

$X \rightarrow$ características da unidade i antes do tratamento

Para Magalhães *et. al.* (2005) diversas políticas públicas são aplicadas de maneira não aleatória, o que envolve um risco de viés de seleção ou participação no programa. Este viés de seleção é causado por diferenças nas características (X) dos indivíduos antes do tratamento (por exemplo, mais motivação *versus* menos motivação) e pode ser tão significativo que não admite extrair conclusões pertinentes sobre a efetividade do programa.

O quadro 2 a seguir, mostra as variáveis, independente e dependente.

Quadro 2 - Variável, independente e dependente

Variável Independente	Variável Dependente
Programa Bolsa Família	Segurança Alimentar

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Para que o PSM avaliasse o impacto do Bolsa Família na segurança alimentar de forma efetiva foram utilizadas algumas variáveis para comparar o grupo de beneficiários com o grupo de não beneficiários conforme quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Descrição das variáveis rodadas no sistema

Variáveis	Descrição
Sexo	Sexo do pescador (a)
Idade	Idade do pescador (a)
Idade_chefe	Idade do chefe do domicílio
Ndom	Número de moradores do domicílio
n-filhos_16m	Número de filhos com menos de 16 anos do pescador (a)
gasto_alimento	Gasto com alimentação
Educ	Nível de escolaridade do pescador (a)
Pluriatv	Outras atividades
renda_principal	Renda Principal

Fonte: Elaboração do autor com base em informações do questionário aplicado.

Em experimentos aleatórios não existe este risco, porque todos os indivíduos têm teoricamente a mesma chance de serem escolhidos, independentemente das suas características. Neste caso o viés na seleção seria igual a zero, demonstrado na equação 2, ou seja:

$$E(Y_0^i | D = 1) - E(Y_0^i | D = 0) = 0 \quad (2)$$

Na literatura existe preferência por este tipo de experimento porque permite a identificação exata do impacto do programa sobre os beneficiados.

Para avaliar o impacto de um programa, calcula-se numa primeira fase a probabilidade $p(X)$ de cada indivíduo receber ou não receber determinado tratamento utilizando um modelo

logit. Cada indivíduo tem sua própria probabilidade dependendo das suas características, mas nenhum indivíduo tem uma probabilidade de 100%. Quanto mais parecidas às características (X) antes do tratamento, mais fácil será a probabilidade destes indivíduos em serem beneficiados pelo programa. Conforme a equação 3 a seguir.

$$\mathbf{\log(p/(1-p)) \text{ (3)}}$$

Em uma segunda fase estimam-se as diferenças entre as médias (ATE=*average treatment effect*) das variáveis de interesse (total gasto com alimentação, atividade principal, outras atividades, idade), admitindo que não há diferenças significativas nas características essenciais entre os beneficiados e o grupo de controle. De acordo com a equação 4.

$$E(Y_1^i | D = 1) - E(Y_0^i | D = 0) = E(Y_b^i) - E(Y_c^i), \quad (4)$$

No caso da nossa pesquisa dividimos em dois estágios, a fim de estimarmos algumas variáveis que afetem o grupo de quem recebe o Bolsa Família para o grupo de quem não recebe o benefício.

Para CASTRO (2010), quando se tem os escores de propensão de cada observação da amostra, podem-se analisar pares compostos por elementos do grupo de tratamento e do grupo de controle com valores similares desses escores. Observações com probabilidades semelhantes de participação no programa devem ter variáveis determinantes similares anteriores ao tratamento.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A proposta desta pesquisa de dissertação foi realizar um diagnóstico sobre os impactos que o Programa Bolsa Família tem no cotidiano das famílias de pescadores artesanais residentes em duas comunidades da Ilha de Itamaracá-PE, Jaguaribe e Pilar. Foram abordadas também, questões relativas ao perfil socioeconômico (caracterização da habitação, posse de bens, condições sanitárias e saúde) dessas comunidades, atividade econômica (atividade principal, atividades extras, instrumentos e tipos de aparelhos utilizados, jornada de trabalho, comercialização da produção, fatores que prejudicam a pesca, possíveis fontes alternativas de renda, treinamento e capacitação, interesses gerais, créditos e incentivos recebidos, renda familiar mensal, renda da atividade principal e participação em organizações representativas) e, por fim, o Bolsa Família (segurança alimentar e nutricional e combate à fome, consumo de alimentos, possíveis sugestões para melhoria da alimentação, tipo de alimento consumido, média de gastos com alimentação, combate à pobreza e recebimento do Bolsa Família) e participação e emancipação social (associativismo). Todos esses questionamentos visavam chegar a um ponto comum, a influência que o Bolsa Família exerce sob tais aspectos cotidianos das famílias entrevistadas.

Ainda estimamos algumas variáveis com o intuito de avaliar os impactos do Bolsa Família sobre a segurança alimentar nas comunidades de pescadores de Jaguaribe e Pilar. Estas análises foram feitas com o uso do *Propensity Score Matching*, e os procedimentos estatísticos dos dados foram realizados com a utilização do *software Stata 9.1* e o SPSS na versão 13.

Para nortear nossas análises utilizamos alguns dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) referentes às repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. (IBASE, 2008, p. 5)

“A segurança alimentar e nutricional, em sua definição mínima, consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente”. (IBASE, 2008, p. 5)

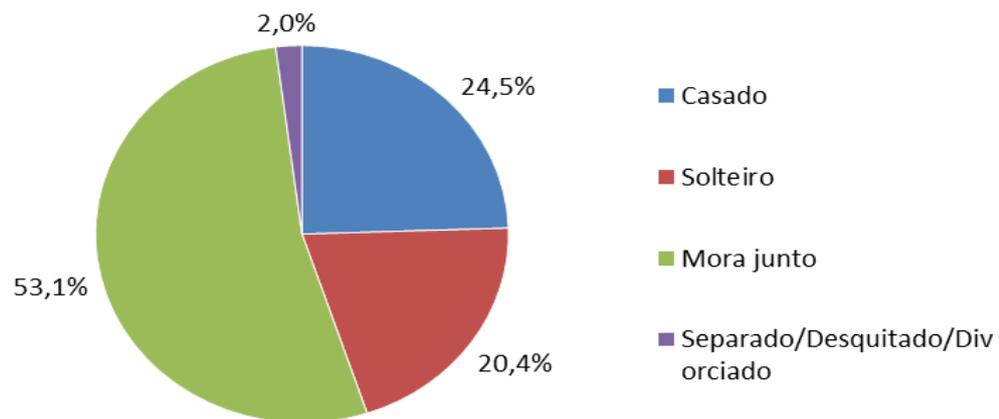
5.1 Perfil Socioeconômico

Como mencionado anteriormente, a pesquisa contou com um total de 50 entrevistados, sendo 100% pescadores artesanais homens e mulheres, onde 40 (80%) dos pescadores eram

homens e 10 (20%) eram mulheres. Dos homens, 37 (92,5%) declararam serem chefes de família, enquanto 6 (60%) das mulheres declararam o mesmo.

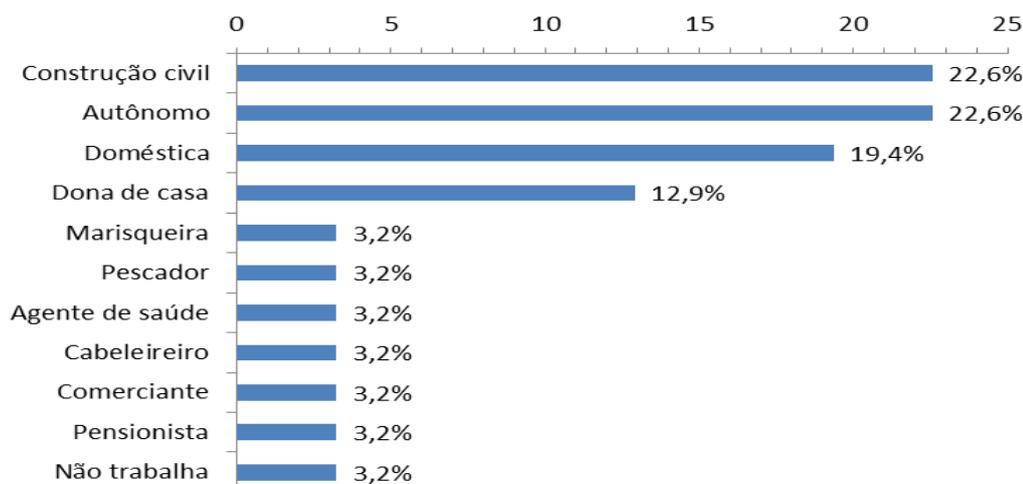
Na questão referente ao estado civil, verifica-se que 53,1% dos entrevistados moram juntos; 24,5% são casados; os solteiros apresentam 20,4% do total e os separados/desquitados/divorciados apresentaram apenas 2% dos casos, conforme mostra o gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 - Estado Civil dos Entrevistados



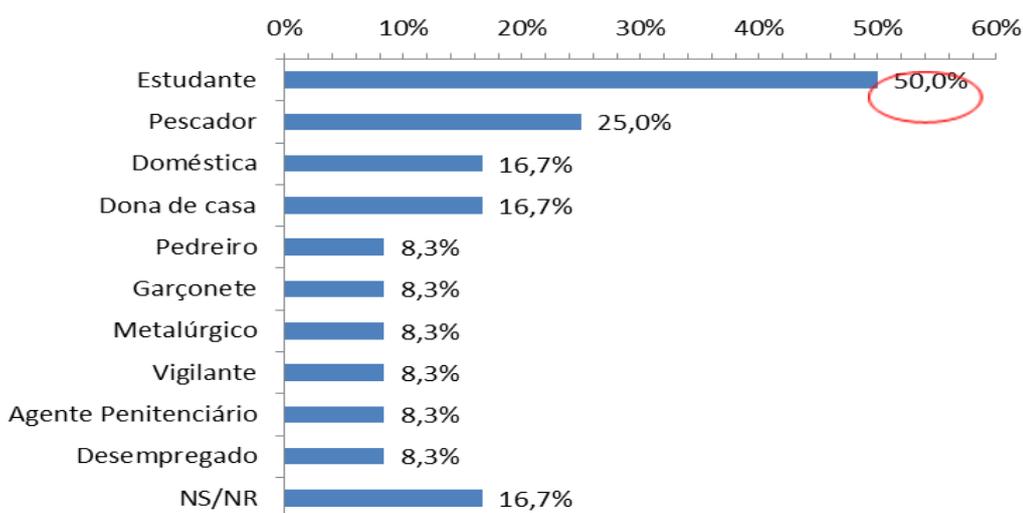
Fonte: Pesquisa de campo 2012.

Ainda seguindo os resultados dos questionários, percebemos que a principal atividade desenvolvida pelos parceiros (as) dos entrevistados (as) está assim distribuída: 22,6% trabalham com construção civil e como autônomos; 19,4% como domésticas; 12,9% como donas de casa. As demais atividades, marisqueira, pescador, agente de saúde e cabeleireiro compreende um universo de 3,2% cada, e 3,2% dos entrevistados possuem um parceiro (a) que não trabalha, conforme mostra o gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 - Referência à atividade do marido/esposa do entrevistado.

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

O gráfico 6 a seguir mostra as atividades exercidas pelos filhos (as) dos pescadores. Nota-se que em 50% das respostas obtidas aparece a atividade de estudante. Seguido por pescador (25%); doméstica (16,7%); dona de casa (16,7%); pedreiro (8,3%); garçonete (8,3%); metalúrgico (8,3%); vigilante (8,3%); agente penitenciário (8,3%); desempregados (8,3%), respectivamente. O índice de NS/NR que aponta as respostas onde não se teve conhecimento das informações ou perguntas que não foram respondidas foi de 16,7%. Uma tabela que possui grande relevância é a que demonstra a atividade dos filhos e a relação que ela possui com o recebimento ou não do Bolsa Família. Isto porque um dos pré-requisitos para a obtenção do Bolsa Família é o filho se encontrar na escola.

Gráfico 6 - Atividade do (s) filho (s)

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

Na tabela 5, notamos que, entre os que recebem o Bolsa Família 55,6% são estudantes

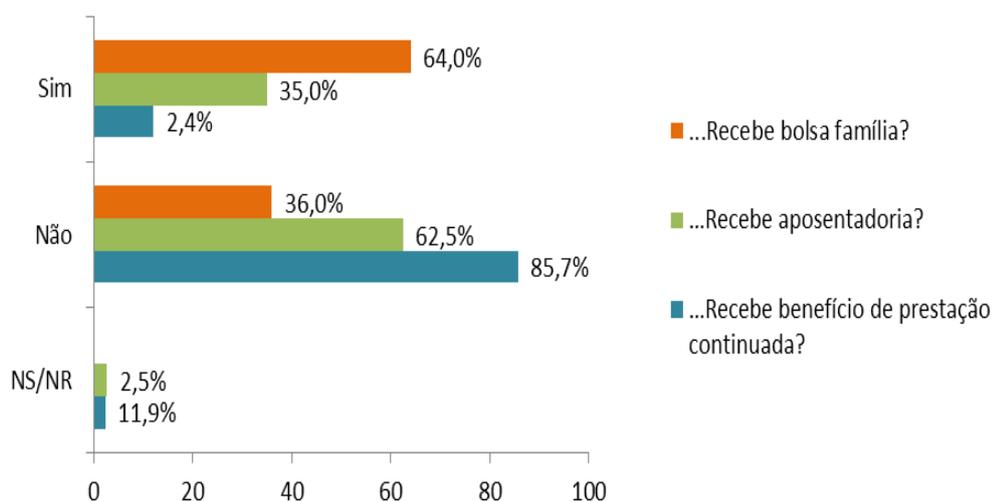
Tabela 5 - Relação das atividades dos filhos (s) com o Bolsa Família

Atividade do filho	Recebe Bolsa Família?	
	Sim	Não
Pescador	22,2%	33,3%
Pedreiro	11,1%	,0%
Doméstica	11,1%	33,3%
Estudante	55,6%	33,3%
Garçonete	11,1%	,0%
Metalúrgico	,0%	33,3%
Dona de casa	,0%	66,7%
Vigilante	,0%	33,3%
Agente Penitenciário	,0%	33,3%
Desempregado	11,1%	,0%
NS/NR	22,2%	,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

Referente aos benefícios recebidos pelos entrevistados, observou-se, conforme o gráfico 7, que o Bolsa Família é o mais recebido (64%), seguido da aposentadoria (35%) e o benefício de prestação continuada (2,4%).

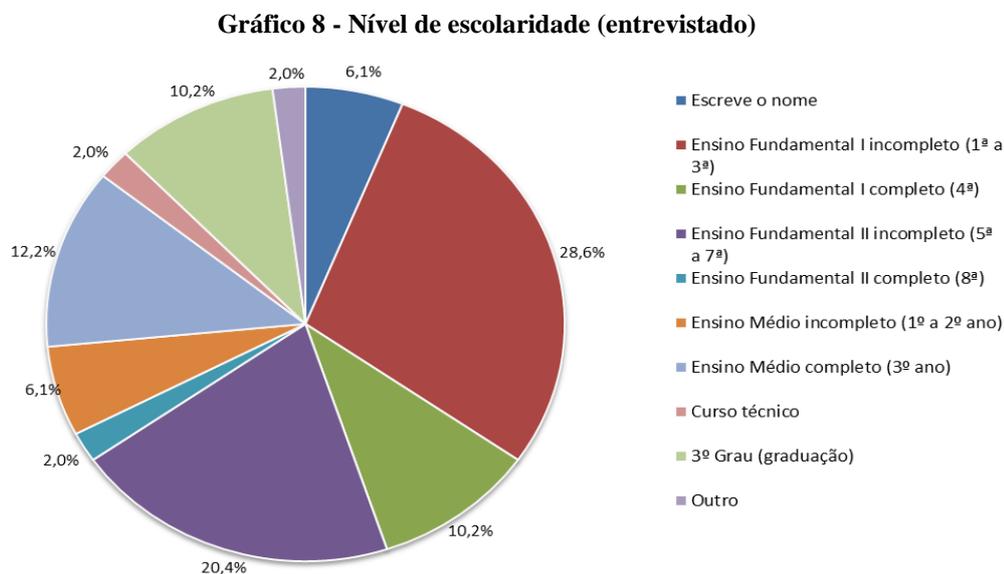
Gráfico 7 - Volume de recebimento dos benefícios



Fonte: Pesquisa de campo 2012.

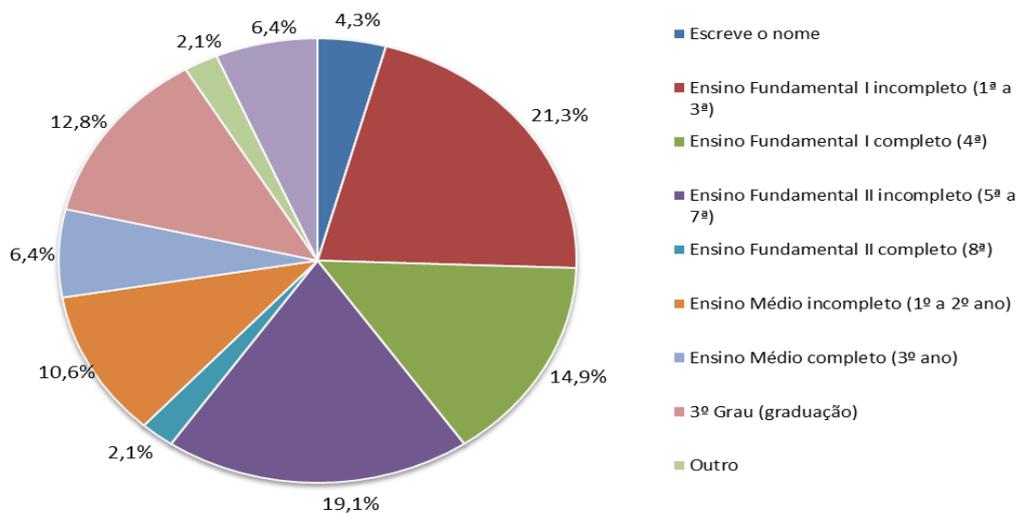
Em relação ao nível de escolaridade do entrevistado, percebemos no gráfico 8, que 6,1% escreve apenas o nome (analfabeto funcional); 28,6% possui o Ensino Fundamental I incompleto (1ª a 3ª série); 10,2% dos casos possui o Ensino Fundamental I completo; 20,4% o

Ensino Fundamental II incompleto, enquanto 2% dos entrevistados o possuem completo; 6,1% possuem o Ensino Médio incompleto, enquanto 12,2% já concluíram o Ensino Médio; 10,2% possuem graduação, o percentual de entrevistados com Curso Técnico e Outros é de 2% cada.



Fonte: Pesquisa de campo 2012.

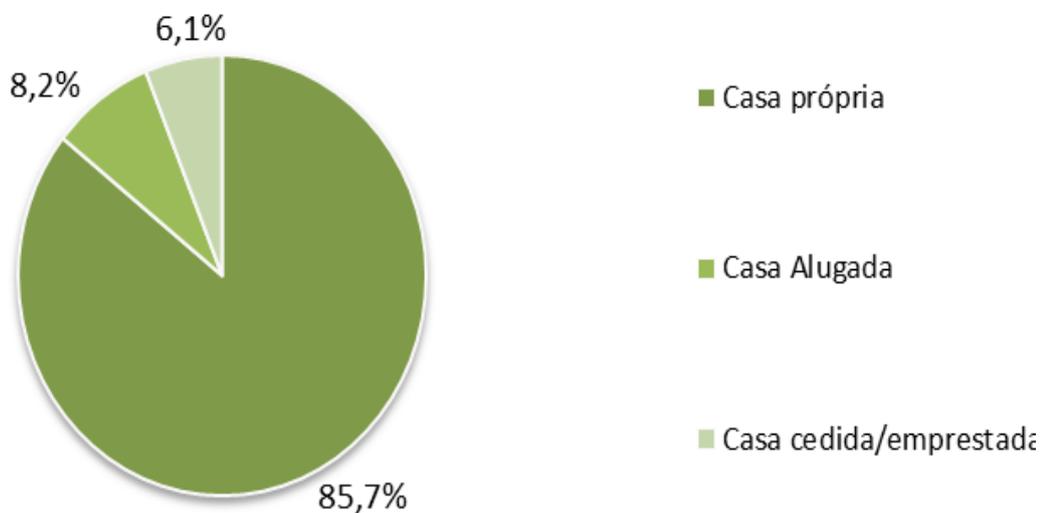
Em relação ao nível de escolaridade do chefe de família foi observado no gráfico 9 que 4,3 % apenas escreve o nome (analfabeto funcional); 21,3% possui o Ensino Fundamental I incompleto (1ª a 3ª série); 14,9% dos casos possuem o Ensino Fundamental I completo; 19,1% o Ensino Fundamental II incompleto, enquanto 2,1% dos entrevistados o possuem completo, 6,1% possuem o Ensino Médio incompleto, enquanto 10,6% já concluíram o Ensino Médio; 12,5% possuem graduação, 2,1% responderam Outros e 6,4% não souberam responder a questão.

Gráfico 9 - Nível de escolaridade (chefe de família)

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

5.1.1 Caracterização da Habitação

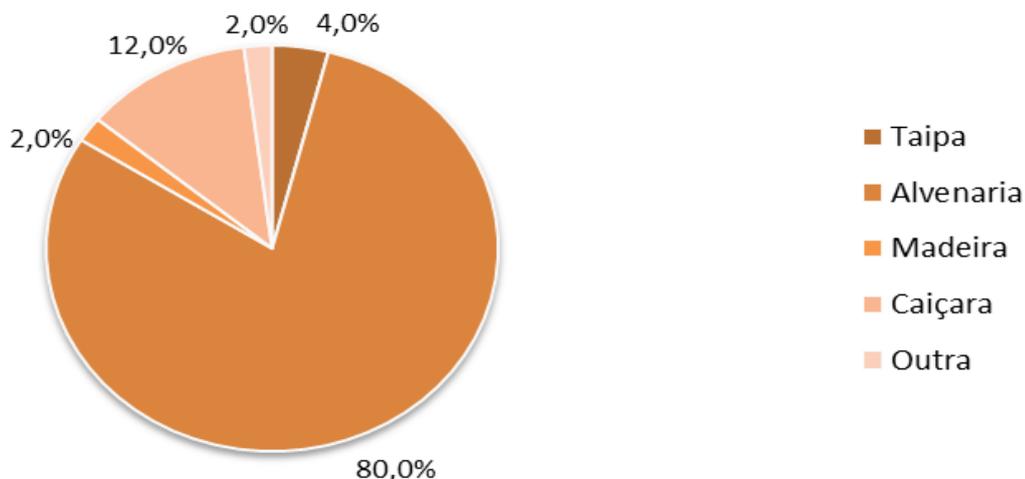
Foi visto que a maior parte do universo pesquisado (85,7%) vive em casa própria. Tal dado verifica-se no gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 - Tipificação da residência

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

As casas são feitas predominantemente de alvenaria (80%). Conforme demonstrado no gráfico 11 abaixo. Ainda, em relação ao tipo de domicílio foi percebido que a maioria é de característica urbana

Gráfico 11 - Material utilizado na construção de residências

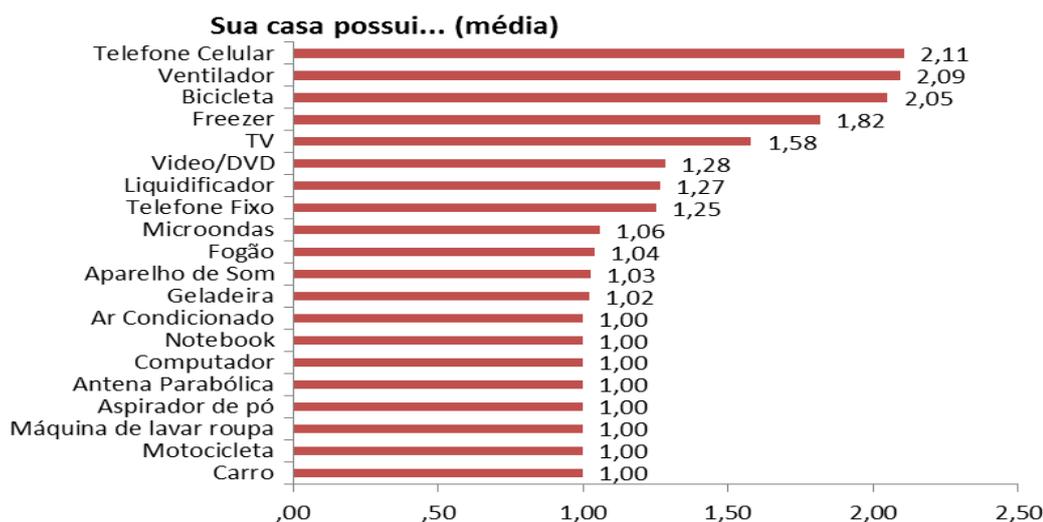


Fonte: Pesquisa de campo 2012.

5.1.2 Posse de bens (telefonia, eletrodomésticos, meios de transporte).

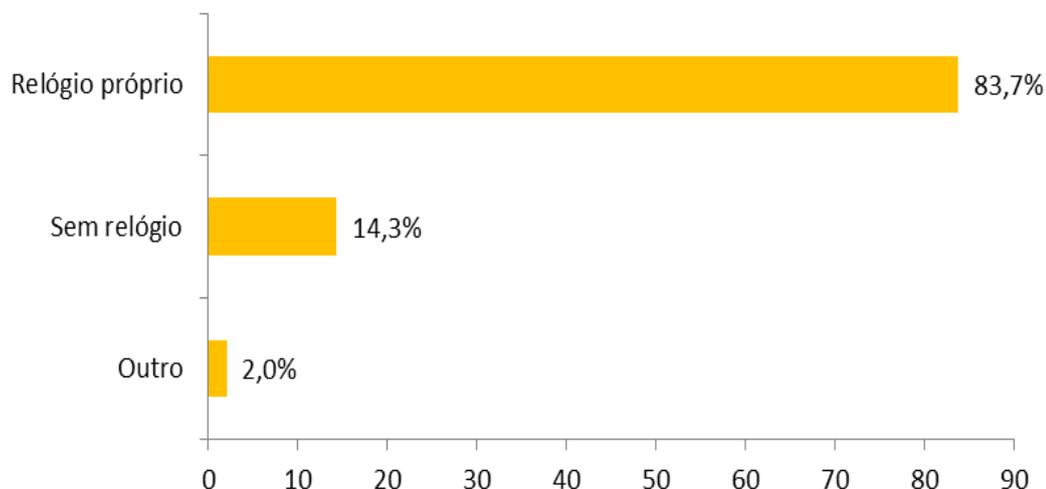
No gráfico 12 a seguir observa-se um detalhamento realizado sobre a situação média encontrada nas residências dos pescadores de Pilar e Jaguaribe. Foi analisada a situação média dentre itens de transporte, telefonia e eletrodomésticos. Concluiu-se que as Comunidades mesmo não tendo um elevado potencial de compra ainda sim possuem, pelo menos, em média 1 (um) item entre todos os discriminados na lista a seguir.

Gráfico 12 - Média de posse de Bens



Fonte: Pesquisa de campo 2012.

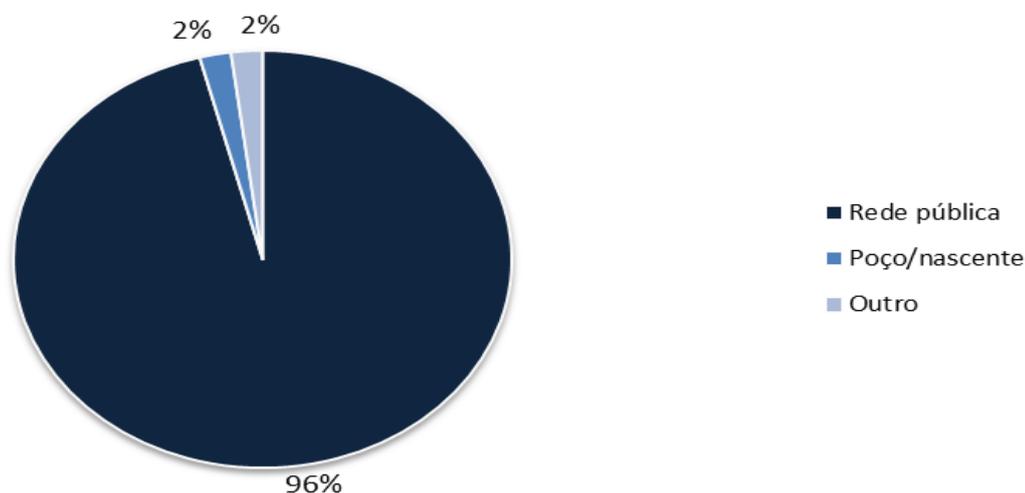
Em relação ao tipo de iluminação utilizada pelos moradores, observou-se no gráfico 13 o seguinte: 83,7% dos entrevistados possuem relógio próprio; 14,3% não possuem relógio de energia em suas residências e 2% possuem outra forma de iluminação.

Gráfico 13 - Tipo de Iluminação Domiciliar

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

5.1.3 Condições sanitárias

Em relação ao abastecimento de água, percebeu-se através do gráfico 14, que 96% é realizado através da rede pública de distribuição de água, 2% por poço/nascente e 2% por meio de outra forma de abastecimento de água.

Gráfico 14 - Abastecimento de água domiciliar

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

Na tabela 6 abaixo foi realizado um cruzamento que demonstra como a água é tratada pelos moradores, de acordo com o tipo de abastecimento que estes possuem em suas casas. Identificou-se que nos domicílios que são abastecidos pela rede pública 6,5%, utilizam a filtração como forma de tratamento; 56,5% utilizam a cloração; 8,7% não tratam a água e os outros 28,3% utilizam outras formas de tratamento. Ainda na tabela 6, entre os que utilizam

poços/nascentes como forma de abastecimento de água 100% utiliza o método da cloração para tratamento de sua água. E entre os que são abastecidos de água de outra maneira, não utilizam nenhum tipo de tratamento na água.

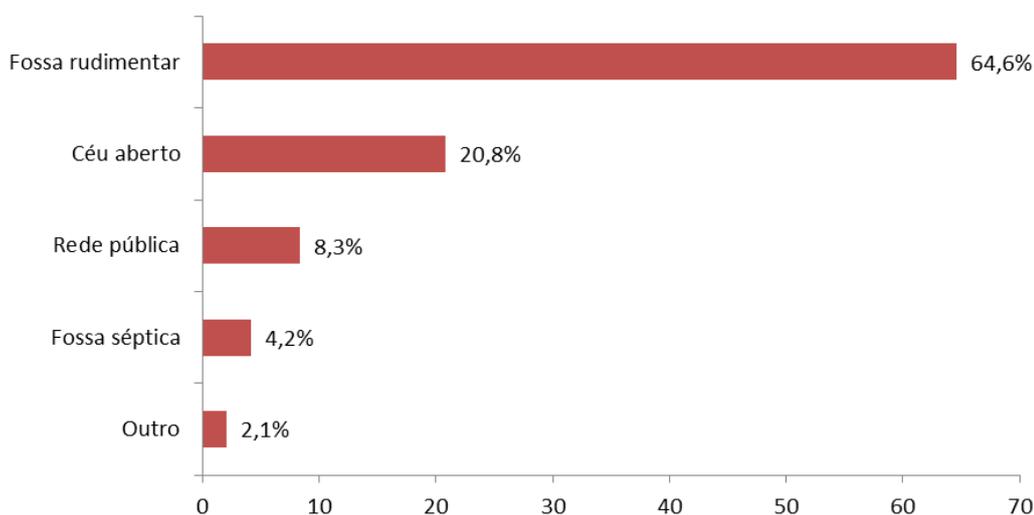
Tabela 6 - Relação entre abastecimento de água e tratamento

	Rede pública	Poço/nascente	CCarro pipa	OOutro
Filtração	6,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Fervura	00%	0,0%	0,0%	0,0%
Cloração	56,5%	100,0%	0,0%	0,0%
Sem tratamento	8,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Outro	28,3%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

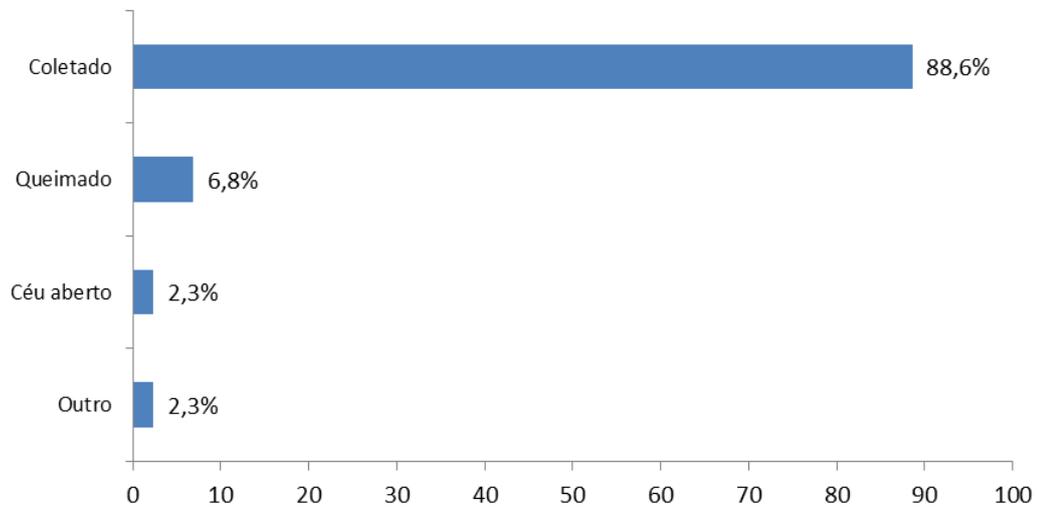
Em relação ao escoamento sanitário, 64,6% ocorre por via de fossa rudimentar; 20,8% acontece a céu aberto; 8,3% através da rede pública; 4,2% utilizam a fossa séptica e 2,1% ocorre por outra forma de escoamento sanitário. Vale ressaltar que apenas 8,3% utilizam do serviço disponibilizado pela rede pública, o que acaba por nos remeter à questão da inclusão social dessas Comunidades. Conforme gráfico 15.

Gráfico 15 - Escoamento Sanitário



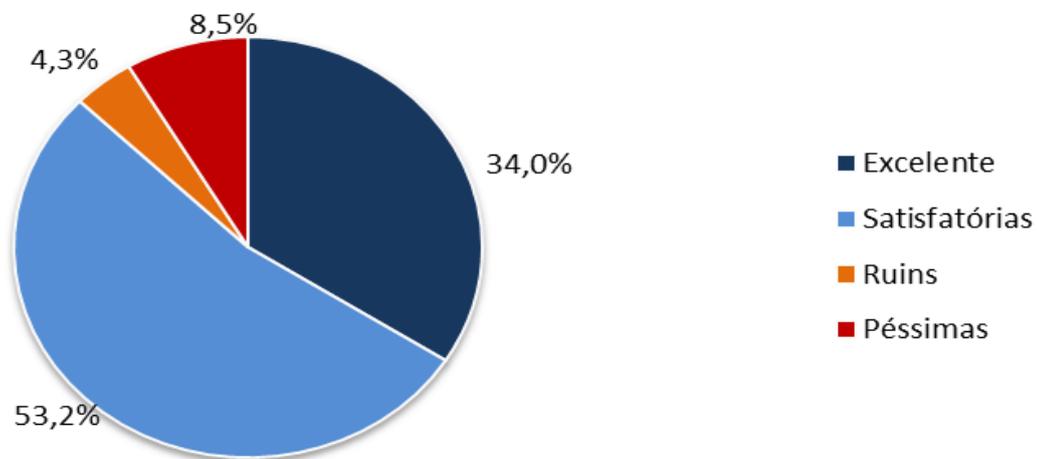
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nos domicílios pesquisados, percebidos no gráfico 16, o destino do lixo é em 88,6% dos casos coletado; 6,8% é queimado; 2,3% do lixo fica exposto a céu aberto e em 2,3% dos casos o lixo recebe outra destinação, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 16 - Destino do lixo

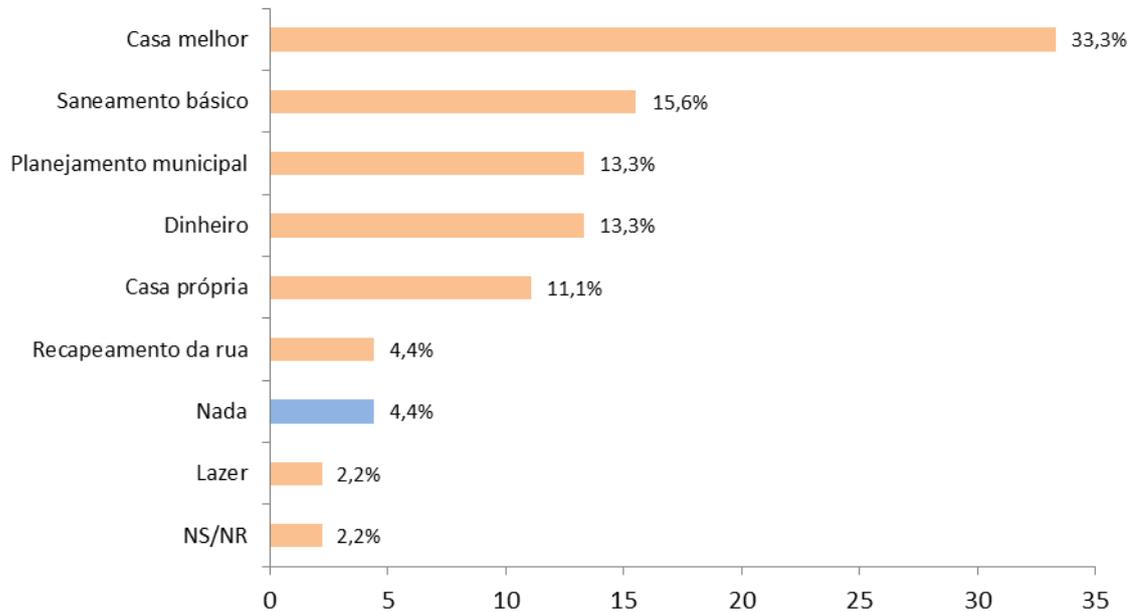
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na percepção dos moradores a respeito de suas condições de moradia da família, em 34% dos casos as condições foram consideradas excelentes; 53,2% satisfatórias; 4,3% ruins e em 8,5% péssimas. Como mostra o gráfico 14

Gráfico 17 - Percepção sobre condições de moradia familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

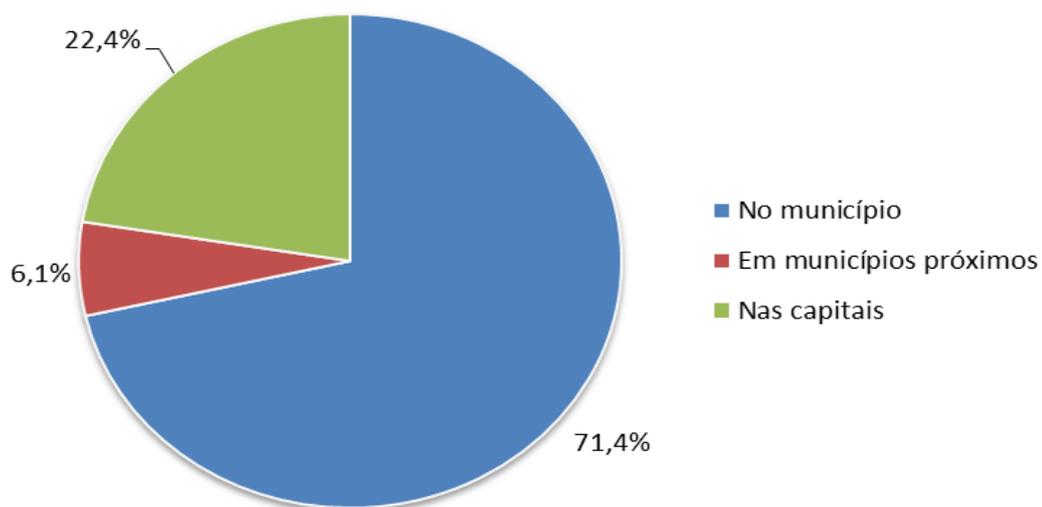
Na opinião dos entrevistados sobre o que falta para melhorar sua condição de moradia, o gráfico abaixo nos mostra que a atividade de campo revelou que 33,3% acreditam faltar uma casa melhor; 15,6% afirmam faltar saneamento básico; 13,3% diz que falta planejamento municipal; assim como o mesmo percentual de entrevistados diz ser a falta de dinheiro; 11,1% a falta de uma casa própria; 4,4% diz faltar recapeamento nas ruas; assim como 4,4% diz não faltar nada; para 2,2% falta lazer e 2,2% não souberam ou não responderam a questão. Como gráfico 18 a seguir.

Gráfico 18 - Perspectivas sobre melhoria nas condições de moradia

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

5.1.4 Saúde

Em relação à saúde foi verificado, conforme o gráfico 19 que, quando alguém fica doente na família dos entrevistados, é de costume levar a pessoa a um hospital ou posto de saúde para ser medicada no próprio município (71,4%); 22,4% levam os doentes para as capitais e 6,1% em municípios próximos.

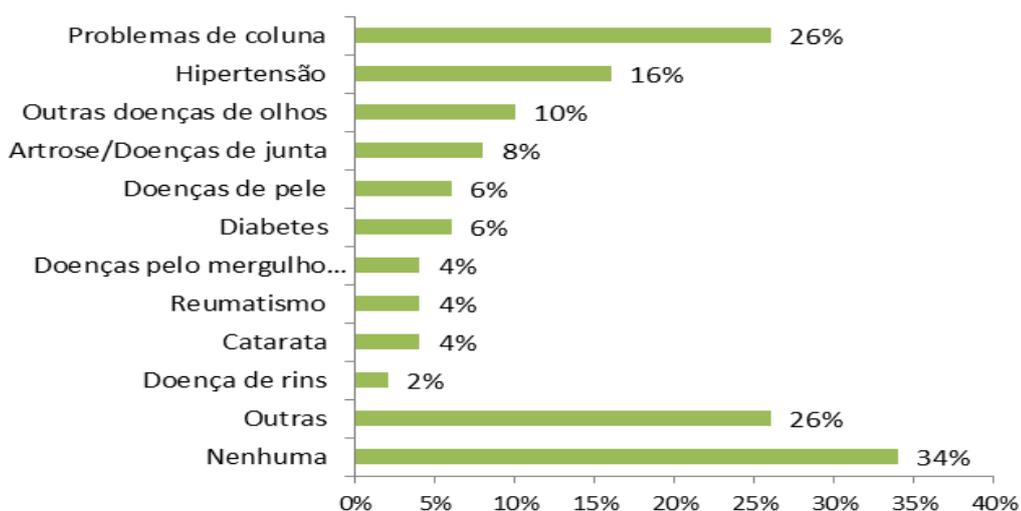
Gráfico 19 - Destino para socorro médico

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

Em relação às doenças mais comuns é observado que têm ou já tiveram problemas de colunas (26%); hipertensão (16%); doença nos olhos (10%); artrose/doenças de junta (8%);

doenças de pele (6%); diabetes (6%); doenças pelo mergulho (4%); reumatismo (4%); catarata (4%); doenças de rins (2%); outras (26%) e nenhuma (34%), respectivamente, como apresentado no gráfico 20. Em relação aos tipos de doenças, podemos identificar algumas relativas à atividade de pescador, como as doenças de coluna, referentes ao fato de ser um trabalho braçal, onde se passa muito tempo em pé; as doenças de pele, causadas pela alta exposição ao sol; os problemas decorridos do mergulho, entre outros.

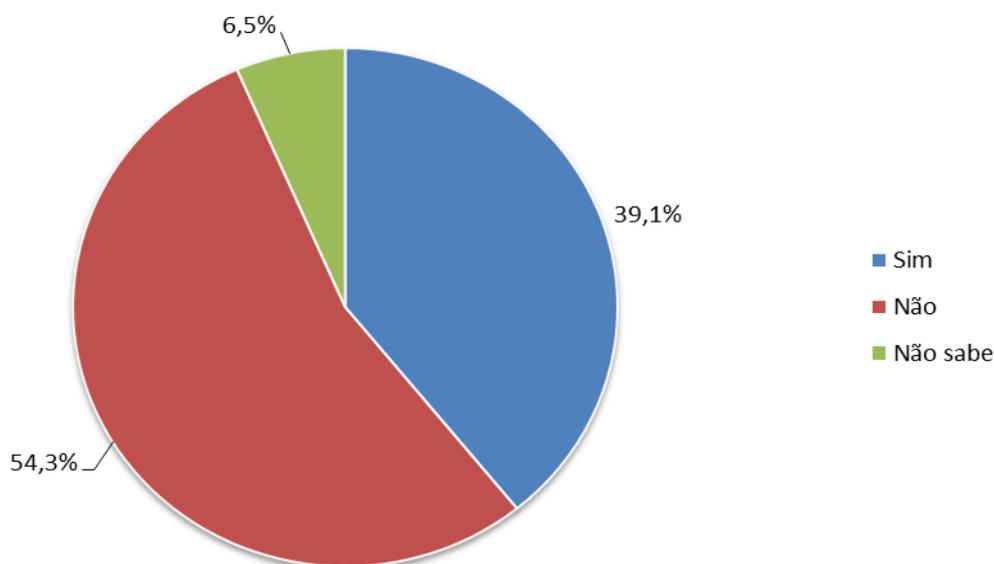
Gráfico 20 - Enfermidades do entrevistado



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre a previdência social, 39,1% dos entrevistados contribuem na previdência social; 54,3% não contribuem e 6,5% não sabem se contribuem ou não. O valor médio da contribuição gira em torno de R\$ 79,19 reais, mostrado no gráfico 21

Gráfico 21 - Contribuição previdenciária

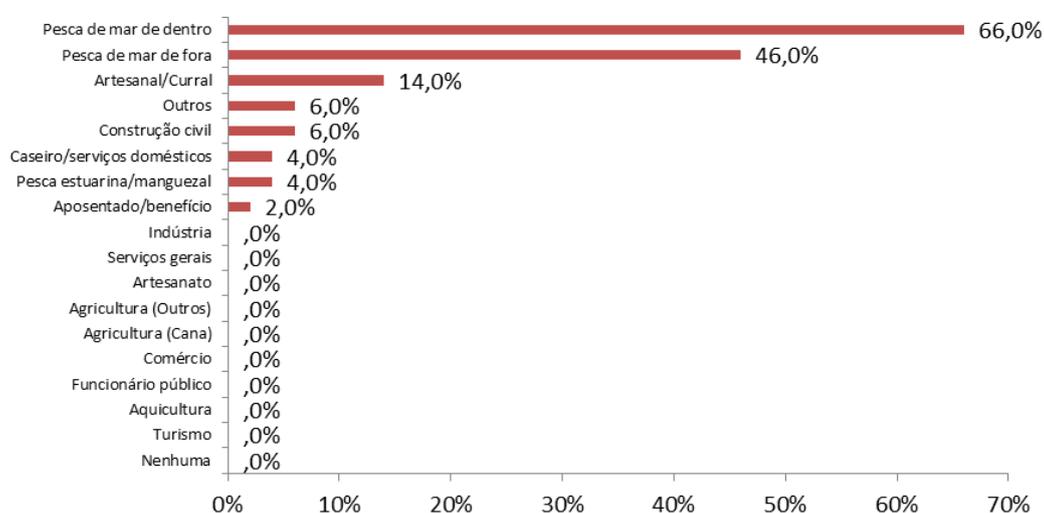


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

5.2 Atividade Econômica

No âmbito econômico, como explicita o gráfico 22, em relação às atividades praticadas pelos entrevistados, a maioria citou atividades ligadas à pesca: 66% afirmaram realizar pesca de mar de dentro e 46% pesca de mar de fora. Em seguida, artesanato cultural (14%); construção civil (6%); caseiro/serviços domésticos (4%); pesca estuarina/manguezal (4%); 2% são aposentados e 6% citaram outras atividades, além de indústria, serviços gerais, artesanato, agricultura, comércio, funcionalismo público, aquicultura e turismo, que não foram citadas.

Gráfico 22 - Principal atividade econômica

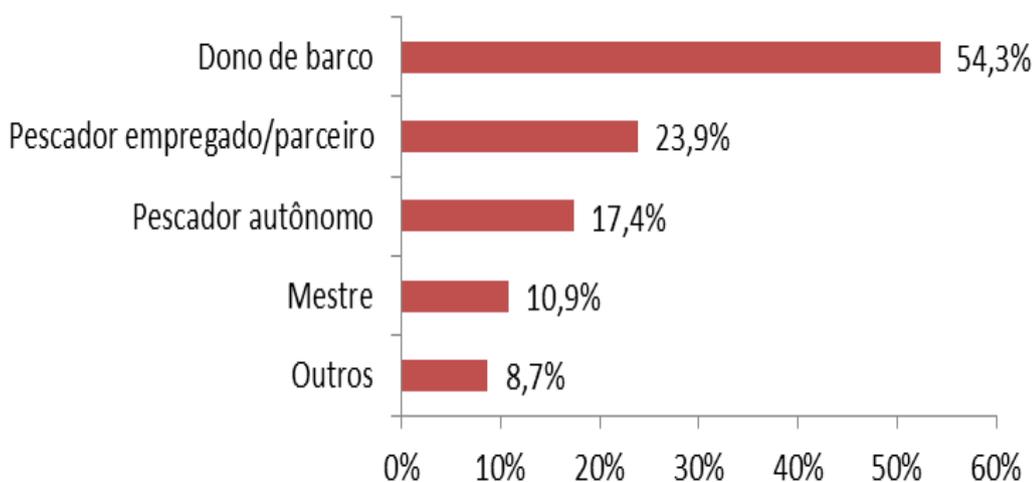


Fonte:

Pesquisa de campo, 2012.

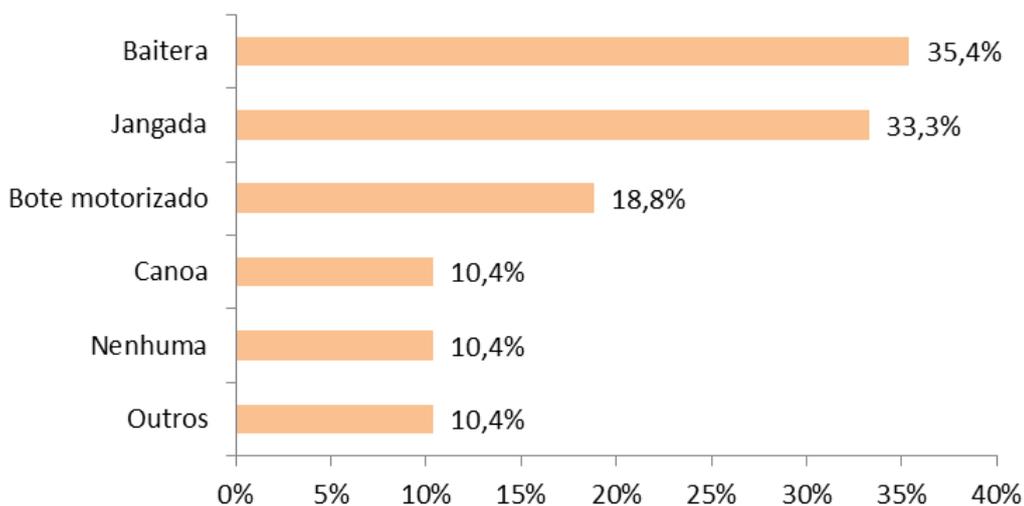
Em relação à atividade pesqueira, mais citada pelos entrevistados, a média de tempo exercendo esta tarefa gira em torno de 18,33 anos.

Ainda sobre a atividade pesqueira, realizada pela maioria dos entrevistados, 54,3% deles são donos de barco; 23,9% são pescadores empregados ou parceiros; 17,4% são pescadores autônomos; 10,9% são mestres e 8,7% se enquadram em outras categorias, como observar-se no gráfico 23 a seguir.

Gráfico 23 - Relação de Patronato

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quanto às embarcações e aos aparelhos de pesca utilizados na atividade pesqueira, observou-se que a embarcação mais utilizada é a baitera, por 35,4% dos pescadores; seguida por pequena diferença da jangada, por 33,3% dos pescadores. São utilizados também o bote motorizado (18,8%); a canoa (10,4%) e 10,4% citaram outros tipos diversos de embarcações, como veremos no gráfico 24 a seguir.

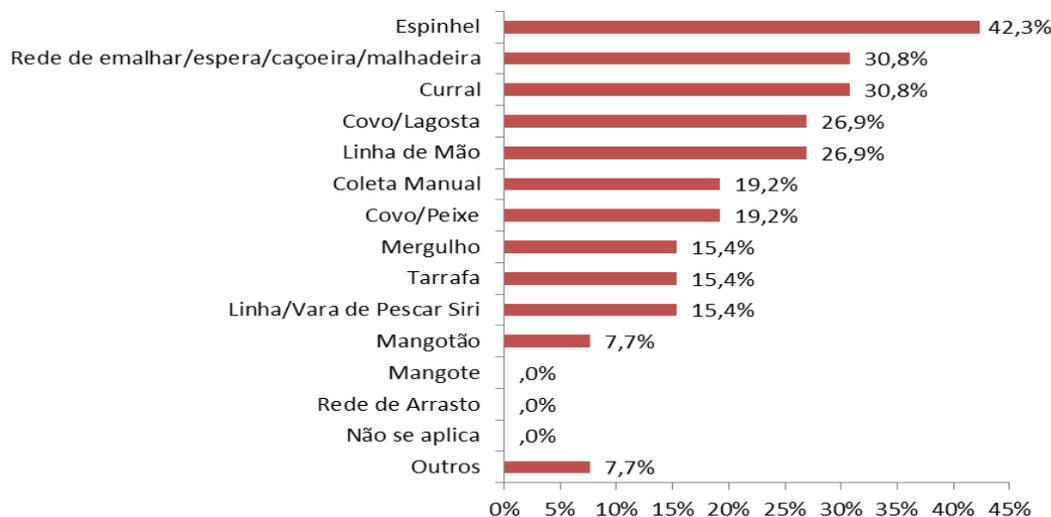
Gráfico 24 - Tipo de embarcação utilizada

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Já quanto aos tipos de aparelho de pesca utilizado pelos pescadores, tem-se que o mais utilizado é o espinhel, por 42,3% dos pescadores entrevistados; seguido por: rede de emalhar/espera/caçoeira/malhadeira e curral, ambos com 30,8% cada; covo/lagosta e linha de mão, 26,9%; coleta manual e covo/peixe, 19,2%; mergulho e tarrafa e linha/vara de pescar

siri, 15,4% e mangotão, por 7,7%. Nenhum deles citou o mangote ou a rede de arrasto, mas 7,7% citaram outros aparelhos de pesca diversos, como demonstra o gráfico 25.

Gráfico 25 - Equipamentos utilizados para pesca

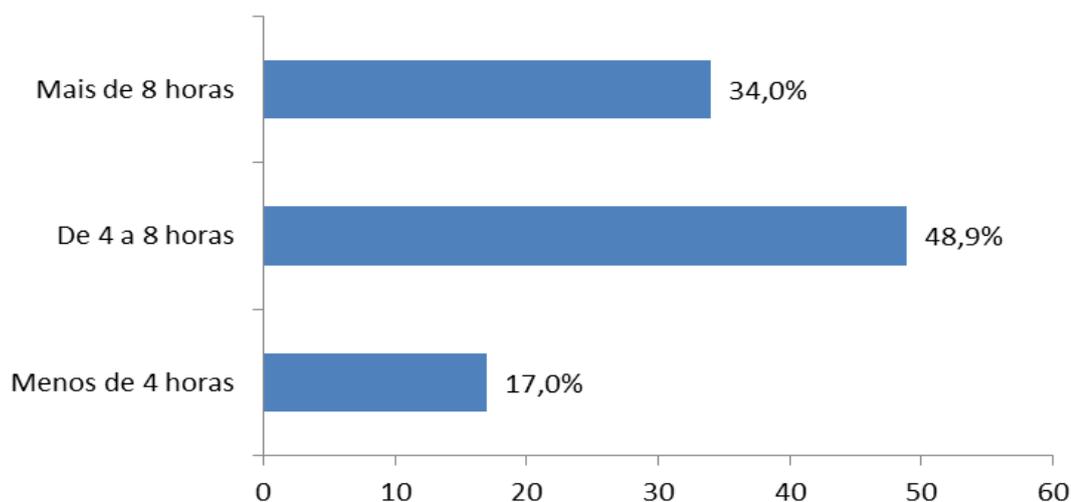


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No contexto da comercialização do pescado, em relação à jornada semanal de trabalho, a média de trabalho semanal dos pescadores é de 4,73 dias, ou seja, quase 5 dias.

Diante o gráfico 26, em relação à jornada diária de trabalho, a média de trabalho diário desses pescadores é de 4 a 8 horas para 48,9% deles, e de mais de 8 horas para 34% deles. Apenas 17% trabalham menos do que 4 horas diárias.

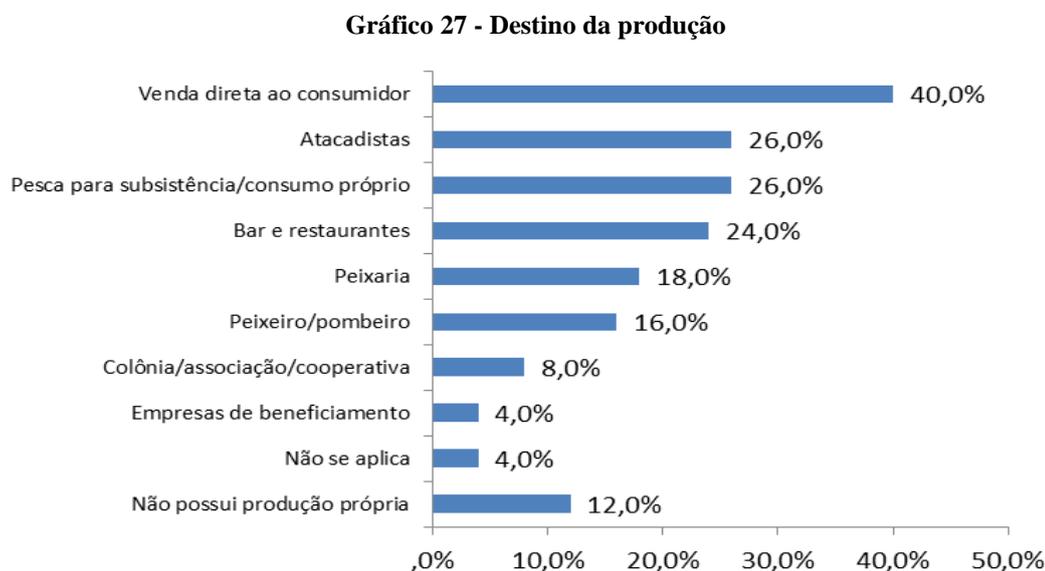
Gráfico 26 - Horas trabalhadas diariamente



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre os impactos da atividade pesqueira, observou-se junto aos entrevistados que 40% deles comercializam sua própria produção para venda direta ao consumidor. Os que são atacadistas ou utilizam a pesca para subsistência/consumo próprio representam 26% cada

categoria. Os que comercializam sua produção para bares e restaurantes representam 24%; para peixaria 18%; para peixeiro/pombeiro 16%; para colônia/associação/cooperativa 8%; para empresas de beneficiamento 4% e 12% sequer possuem produção própria, como vemos no gráfico 27.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

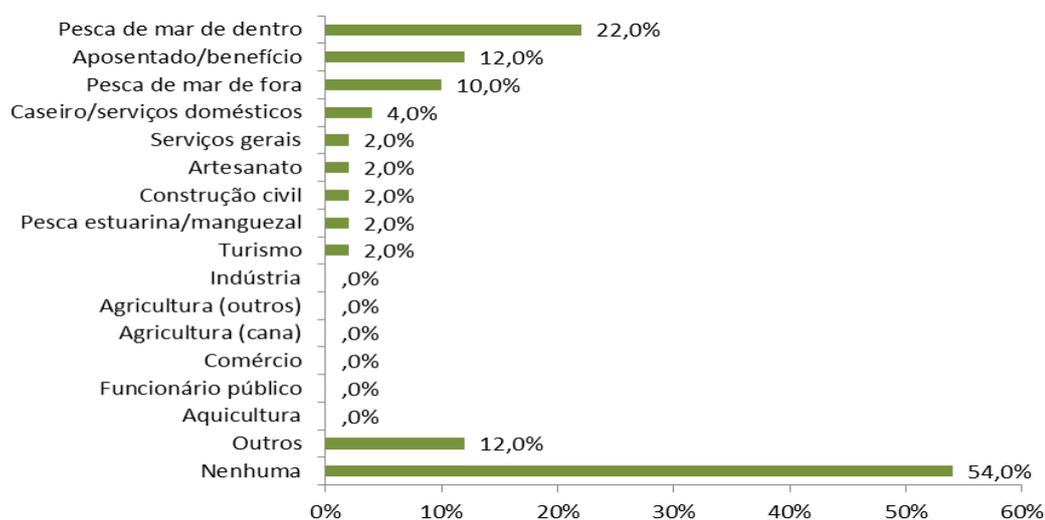
Como vemos no gráfico 28, quando indagados sobre fatores que prejudicam a pesca, o mais citado foi a poluição da água (rios, mares), por 38% dos pescadores entrevistados; 34% alegam ser a falta de organização do setor; 32% o lixo em geral; falta de fiscalização na pesca, falta de saneamento básico/esgoto e barcos/pescadores de outros locais são citados por 20% dos pescadores, cada. 18% mencionaram a diminuição dos recursos naturais; 14% a pesca predatória (bomba/malha fina/veneno); 12% o uso de agrotóxicos; mais 12% a falta de políticas públicas direcionadas ao setor e 4% à indústria. Ninguém citou o turismo, a aquicultura, a monocultura da cana-de-açúcar, embora 18% tenham citado outros fatores variados.

Em relação aos itens citados acima, a carência de acesso a bens públicos básicos, como esgoto, interfere diretamente nas taxas de insegurança alimentar e prejudicam no fator bem estar do Bolsa Família. Saúde e acesso a bens públicos são facetas de uma situação de pobreza que apenas o fator renda não é capaz de superar. (IBASE, 2008 p. 14).

Gráfico 28 - Fatores que prejudicam a atividade pesqueira

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre alternativas de fonte de renda para além da pesca, conforme o gráfico 29, 22% citaram a pesca de mar de dentro; 12% disseram ser aposentados ou ter outros benefícios; 10% citaram a pesca de mar de fora; 4% são caseiros ou executam serviços domésticos e para serviços gerais, artesanato, construção civil, pesca estuarina/manguezal e turismo, 2% dos pescadores para cada categoria. A indústria mais uma vez não foi citada, nem agricultura, nem comércio, nem funcionário público, nem aquicultura.

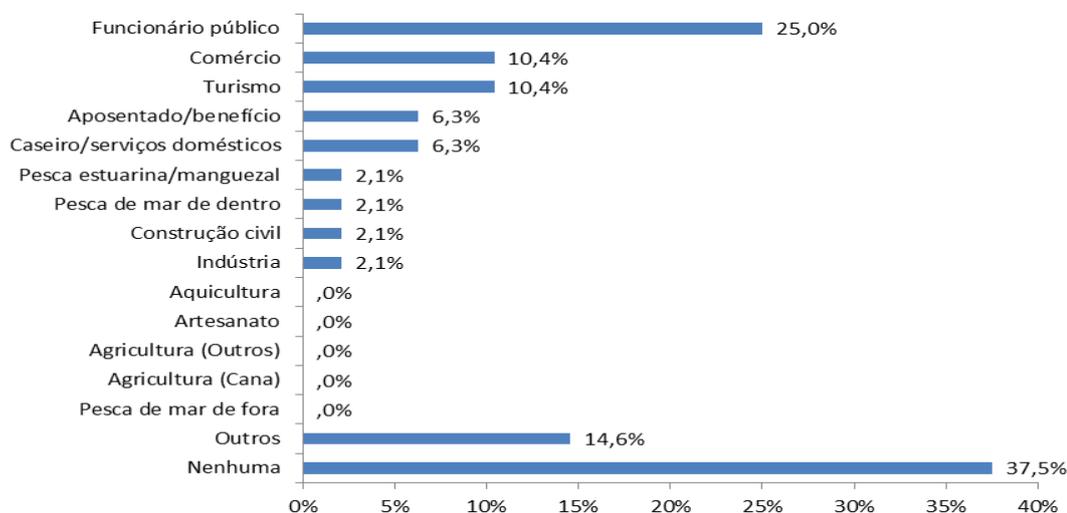
Gráfico 29 - Relação com outras atividades/fonte de renda

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Exibindo o gráfico 30, podemos perceber que independente de realizar ou não outra atividade para ter outra fonte de renda, quando questionados se gostariam de realizar e qual seria, 37,5% disse não ter vontade de exercer nenhuma outra atividade. Já 25% sugeriram funcionário público; 10,4% comércio; 10,4% turismo; 6,3% gostariam de ser aposentados ou

ter outros benefícios; e mais 6,3% gostariam de ser caseiros ou realizar outros serviços domésticos; enquanto pesca/estuarina manguezal, pesca do mar de dentro, construção civil e indústria foram citados por 2,1% cada; e aquicultura, artesanato, agricultura e pesca de mar de fora não foram mencionados por ninguém.

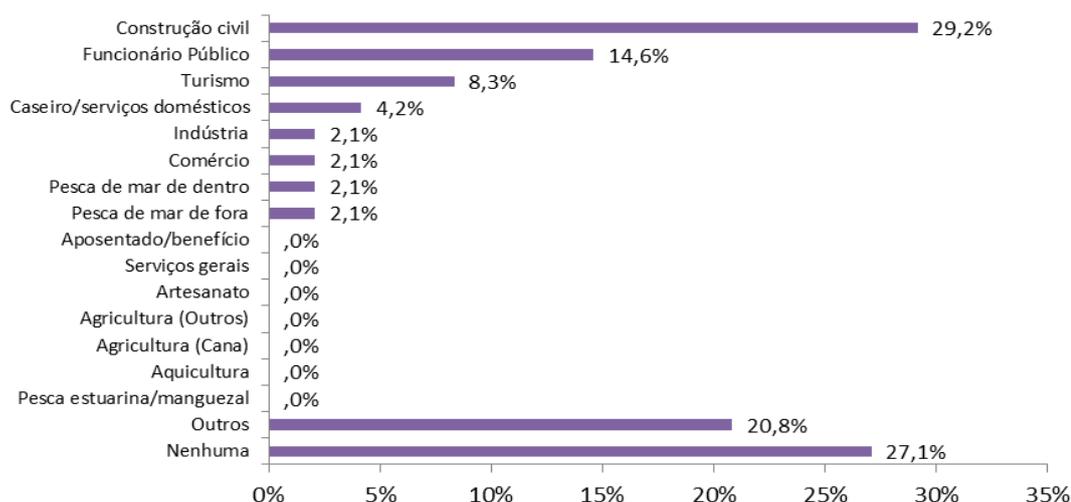
Gráfico 30 - Aspiração a outras atividades econômicas



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

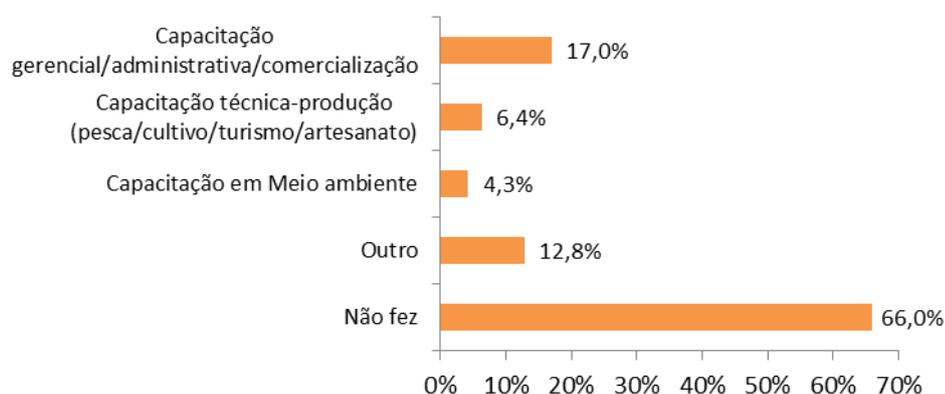
Quando questionados se já trabalharam em outra fonte de renda/atividade, 29,2% disseram ter trabalhado na construção civil, 27,1%; em nenhuma, 20,7% em outras atividades diversas; 14,6% foram funcionários públicos; 8,3% trabalharam com turismo; 4,3% como caseiros ou realizando serviços domésticos; e indústria, comércio, pesca de mar de dentro e pesca de mar de fora foram citados por 2,1% cada, esse resultado é observado no gráfico 31.

Nas conclusões do IBASE (2008), o recebimento do benefício não faz com que as pessoas deixem de procurar trabalho. Grupos focais, como é o caso dos pescadores artesanais, apontaram que há abandono e/ou atividade complementar de trabalho, quando este é de extrema precariedade e não o suficiente, o que incluiu nos relatos, durante a aplicação dos questionários, situações de trabalho análogo à ausência de renda, como confirmadas nos gráficos desta seção. (IBASE, 2008 p. 15).

Gráfico 31 - Relação com outras atividades econômicas

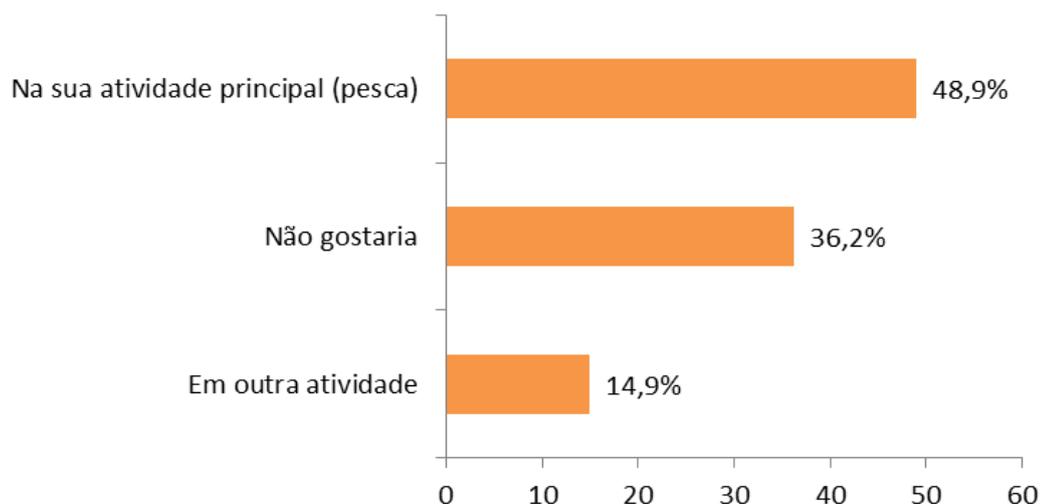
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre capacitações relacionadas à atividade pesqueira, a maioria (66,6%) diz não ter realizado nenhum treinamento ou capacitação; 17% disseram ter tido capacitação gerencial/administrativa/comercialização; 12,7% outro tipo de capacitação; 6,4% capacitação técnica-produção (pesca/cultivo/turismo/artesanato) e 4,3% capacitação em meio ambiente, como explica o gráfico 32.

Gráfico 32 - Treinamento/Capacitação dos Entrevistados

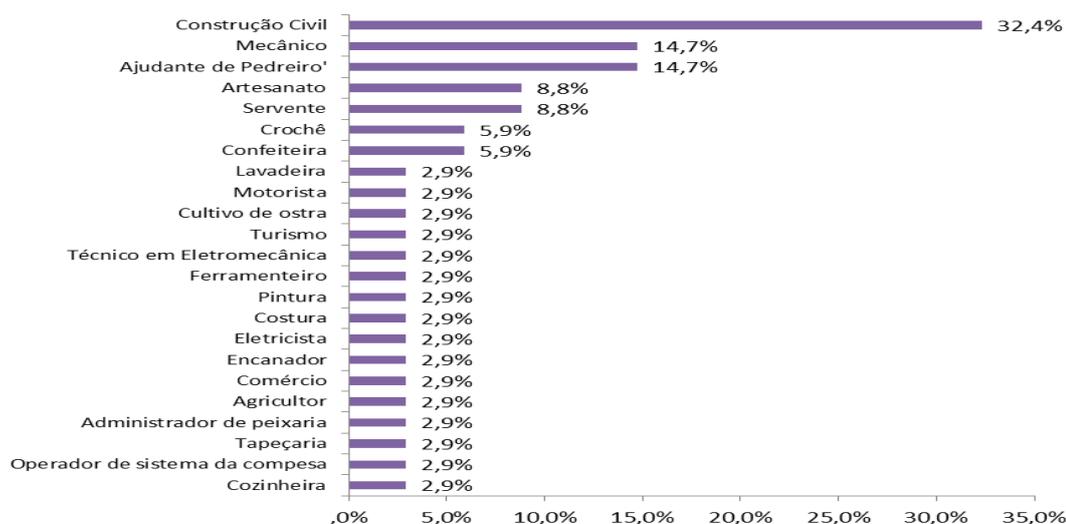
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando questionados se gostariam de se capacitar, quase metade dos pescadores (48,9%) opinou que sim, e na sua atividade principal, a pesca. Outros 14,9% gostariam de se capacitar em outra atividade. E ainda assim, 36,2% afirmaram não ter interesse em nenhum tipo de capacitação, mostrado no gráfico 33.

Gráfico 33 - Perspectiva de capacitação dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

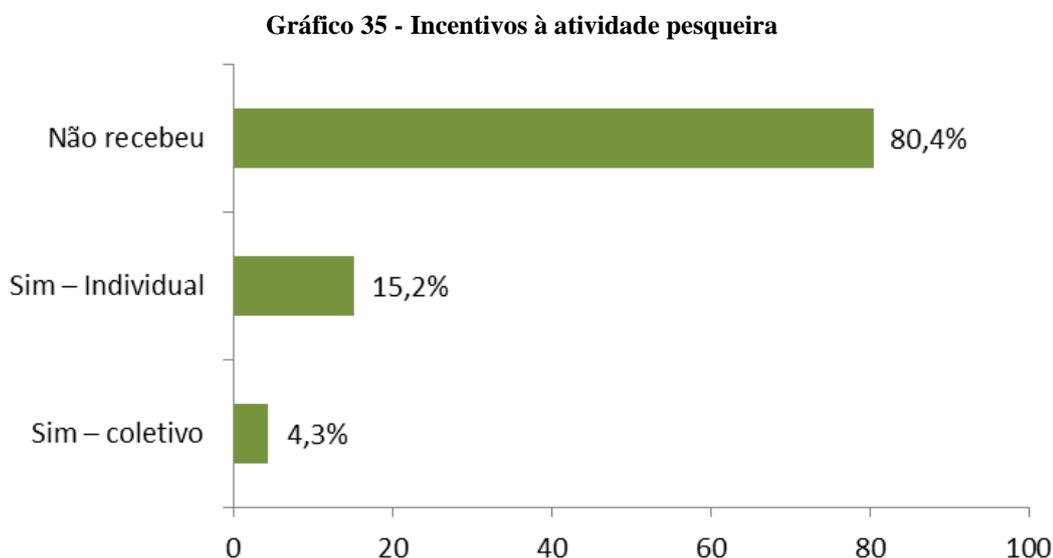
Sobre suas habilidades em desenvolver outras atividades além da pesca, conforme o gráfico 34, 32,4% considera estar apto para a construção civil, 14,7% para ser mecânico e mais 14,7% para ser ajudante de pedreiro, 8,8% tanto para artesanato quanto para servente, 5,9% tanto para crochê quanto para confeitaria, e cada um dos seguintes foi citado por 2,9% cada: lavadeira, motorista, cultivo de ostra, turismo, técnico em eletromecânica, ferramenteiro, pintura, costura, eletricista, encanador, comércio, agricultor, administrador de peixaria, tapeçaria, operador de sistemas da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento de Água (COMPESA) e cozinheira.

Gráfico 34 - Outras atividades alternativas à pesca

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

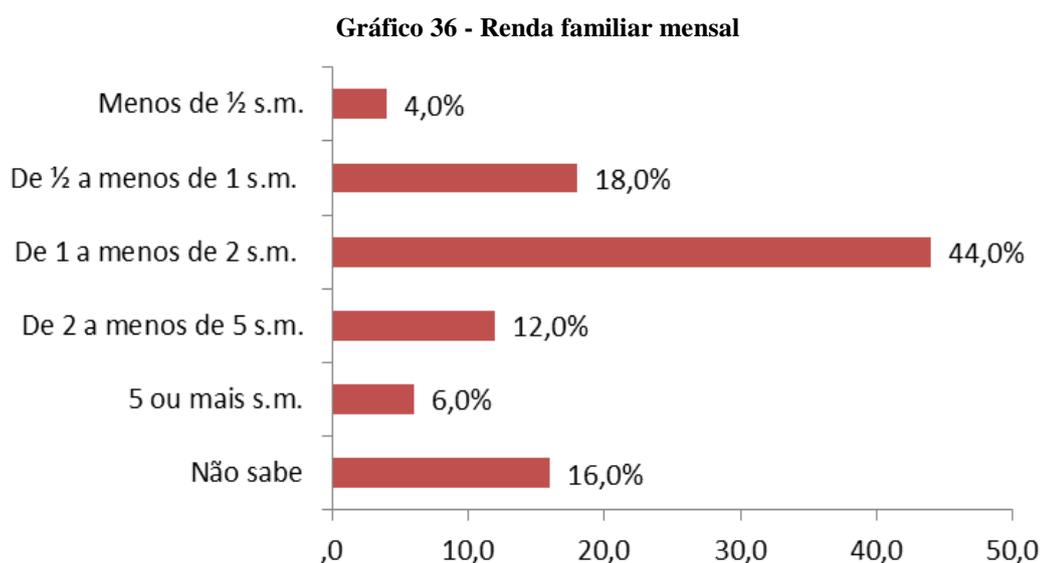
Sobre financiamento na atividade pesqueira e renda, os entrevistados pescadores também foram questionados. Ao serem indagados se já receberam algum

crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência técnica para a sua atividade, a grande maioria (80,4%) alega que não recebeu; 15,2% alega ter recebido financiamento individual e 4,3% financiamento coletivo. Exibido no gráfico 35.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

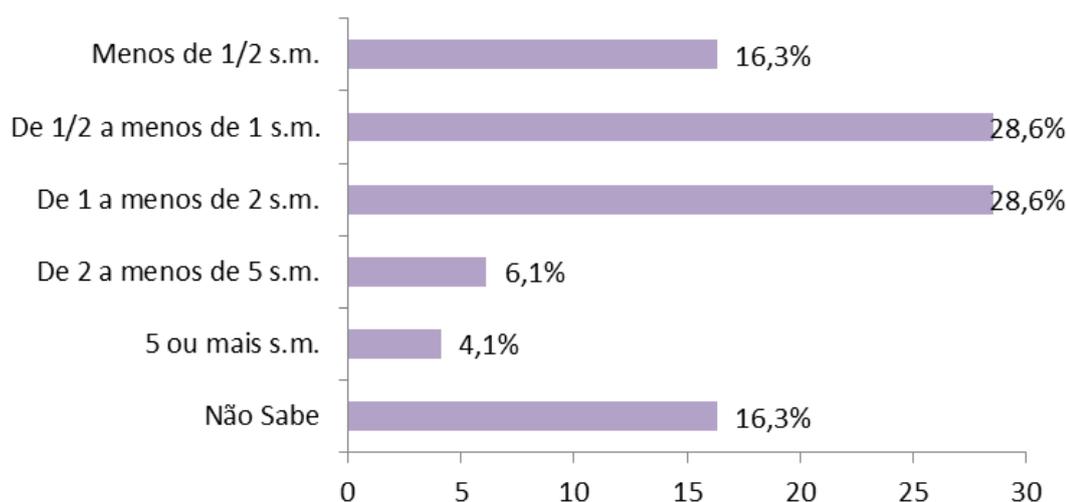
Sobre a renda familiar mensal dos trabalhadores da pesca, como demonstra o gráfico 36, quase metade deles (44%) tem renda entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos; enquanto 18% tem renda entre $\frac{1}{2}$ (meio) e 1 (um) salário mínimo; 12% tem renda entre 2 e 5 salários mínimos; 6% tem renda de 5 salários mínimos ou mais, e 4% tem renda de menos de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre especificamente a renda mensal, como observado no gráfico 37, apenas do próprio trabalhador da pesca entrevistado, tem-se que 28,6% recebem entre $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo e 1 (um) salário mínimo e que também 28,6% recebem entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos; 16,3% recebem menos de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo; 6,1% recebem entre 2 (dois) e 5 (cinco) salários mínimos e apenas 4,1% dos entrevistados recebem 5 (cinco) ou mais salários mínimos.

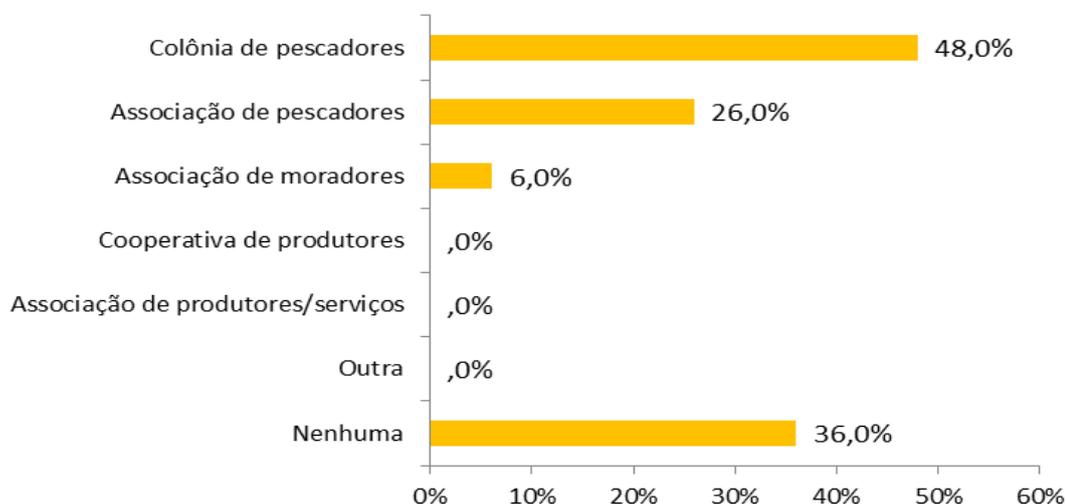
Gráfico 37 - Renda mensal correspondente à sua atividade principal



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação ao envolvimento dos pescadores com organizações representativas, tem-se quase metade deles (48%) vem participando de colônia de pescadores; enquanto 36% não participam de organização alguma; 26% participam de associação de pescadores e 6% de associação de moradores. Como mostra o gráfico 38.

Gráfico 38 - Participação em organizações representativas



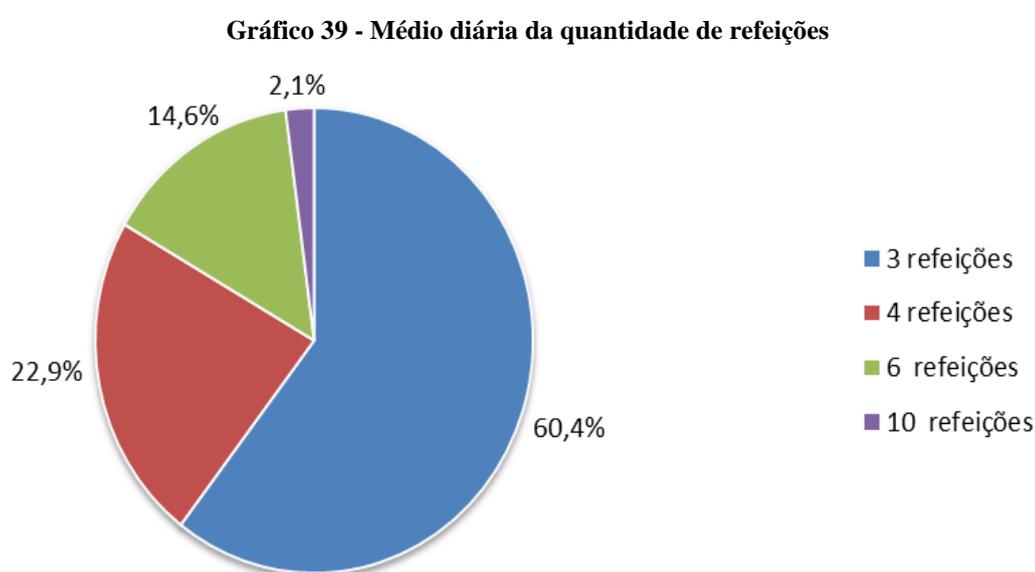
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

5.3 Bolsa Família

Nos gráficos e tabelas a seguir se encontram uma série de resultados sobre segurança alimentar e nutricional e o impacto do Bolsa Família nesta área.

5.3.1 Segurança alimentar e nutricional e combate à fome

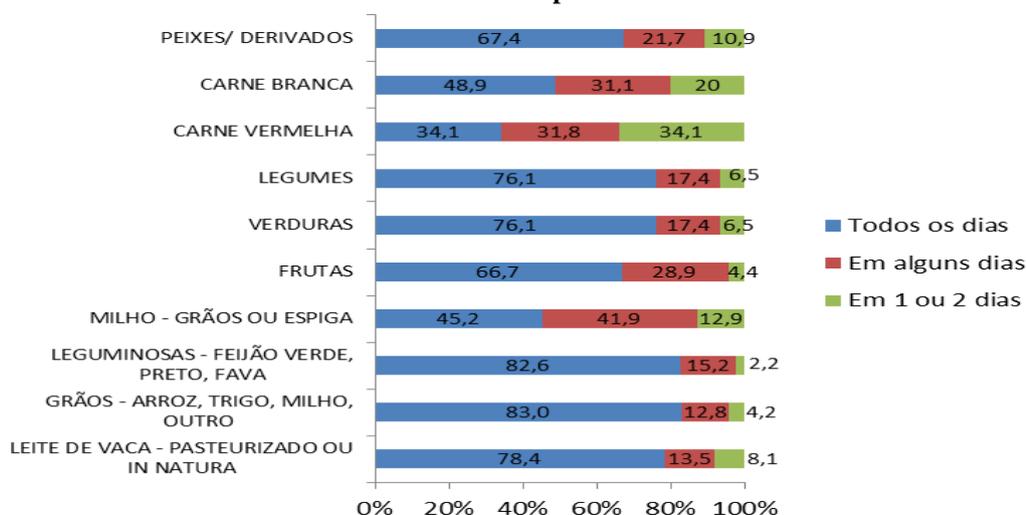
A quantidade de refeições diárias varia entre 3 refeições (60,4%); 4 refeições (22,9%); 6 refeições (14,6%) e 10 refeições (2,1%). A média de refeições diárias é de 3,81. Como refere o gráfico 39.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Para contrastar com a pergunta de refeições realizadas, foi definida outra pergunta, dessa vez questionando o número de dias durante a semana nos quais a família ficava sem comer. Foi visto que, aproximadamente durante 2 dias as famílias ficavam sem comer durante a semana, em média.

Em relação ao tipo de alimento consumido, podemos considerar que a dieta alimentar dos entrevistados e suas famílias é bem completa. Inclui todos os grupos alimentares que foram questionados, como será observado no gráfico a seguir. Dos alimentos, boa parte deles é consumido pela maioria todos os dias: peixes (67,4%); legumes (76,1%); verduras (76,1%); frutas (66,7%); leguminosas (82,6%); grãos (83%) e leite de vaca (78,4%). Os demais alimentos ainda assim são consumidos em sua maioria em boa proporção, por parte dos entrevistados em todos os dias e outra parte significativa em alguns dias. Como bem demonstrado no gráfico 40

Gráfico 40 - Alimentos consumidos pela família nos últimos 7 dias

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Confirmando com o IBASE (2008), as modificações na alimentação das famílias, a partir do recebimento do benefício do PBF, acompanham a tendência nacional (pesquisas de Orçamento Familiar realizadas pelo IBGE em passado recente), no que diz respeito aos itens: aumento no consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados; aumento no consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados; aumento, em menor proporção, no consumo de vegetais e hortaliças.

O IBASE (2008) ainda reforça com as seguintes sugestões:

- Reforço a programas de segurança alimentar que possibilitem a oferta de produtos alimentares adequados e pouco consumidos, como legumes, verduras, frutas e carnes, a preços mais baratos, mediante intervenções que promovam a aproximação de produtores e consumidores, especialmente nas localidades onde há dificuldade de acesso ou preços elevados.
- Implementação de uma política de abastecimento alimentar centrada na valorização da agricultura familiar e nos instrumentos de regularização de preços no atacado e varejo, via estoques de alimentos básicos.
- Articulação e ampliação das ações de fortalecimento da agricultura familiar que passam, necessariamente, pela reforma agrária e regularização fundiária, ampliação do crédito agrícola, mais especificamente do PRONAF B, e assistência técnica. Tais iniciativas devem considerar o perfil das famílias beneficiadas que vivem em áreas rurais e que, em sua maioria, produzem alimentos exclusivamente para consumo próprio.

d) Aumento da demanda por produtos da agricultura familiar, por meio da articulação da produção local com gastos públicos em alimentação (escolas, hospitais, presídios, abrigos, creches etc.), aos moldes do que já vem sendo implementado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do MDS, porém muito aquém da demanda apresentada.

No contexto do Gráfico relacionado ao consumo de alimentos, podemos fazer uma comparação com os dados do IBASE (2008, p. 8), no tocante à segurança alimentar e nutricional, relatando que:

No geral, a dieta das famílias mostra que alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo prevalecem na decisão de consumo. O comportamento desfavorável do padrão alimentar contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e da obesidade, como também de doenças, certos tipos de câncer e outras enfermidades crônicas associadas a dietas com alta densidade energética. (IBASE, 2008, p.8).

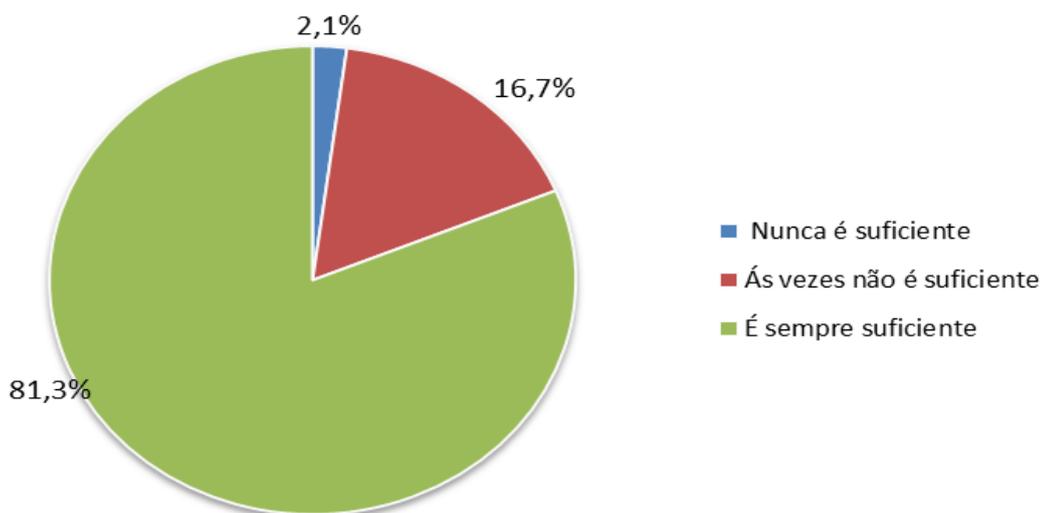
Os grupos focais indicam que as famílias priorizam a compra e o consumo de alimentos considerados básicos e de baixos preços, capazes de propiciar a saciedade e a provisão de energia, pelo consumo de alimentos “fortes” e aqueles mais ligados ao desejo, principalmente aos dos filhos. (IBASE, 2008, p.8).

Famílias que já tinham a alimentação básica “suprida” – programa possibilitou aumento na aquisição de alimentos considerados “complementares”, como frutas, verduras, legumes, alimentos industrializados e outros considerados “supérfluos”, e também da carne, alimento valorizado e de difícil acesso. (IBASE, 2008, p.8).

Famílias que não tinham alimentação básica suprida – programa possibilitou que passassem a comprar mais alimentos considerados básicos, como feijão e arroz. A regularidade no aporte de recursos propiciada pelo programa – possibilita planejar gastos e, conseqüentemente, modificar o padrão de consumo. (IBASE, 2008, p.8).

O gráfico 41 a seguir retrata que, quando questionados se a quantidade de alimentos consumidos pelas suas famílias é suficiente, a grande maioria (81,3%) considera que é sempre suficiente; contra 16,7% que consideram que às vezes não é suficiente e poucos que consideram que nunca é suficiente (2,1%).

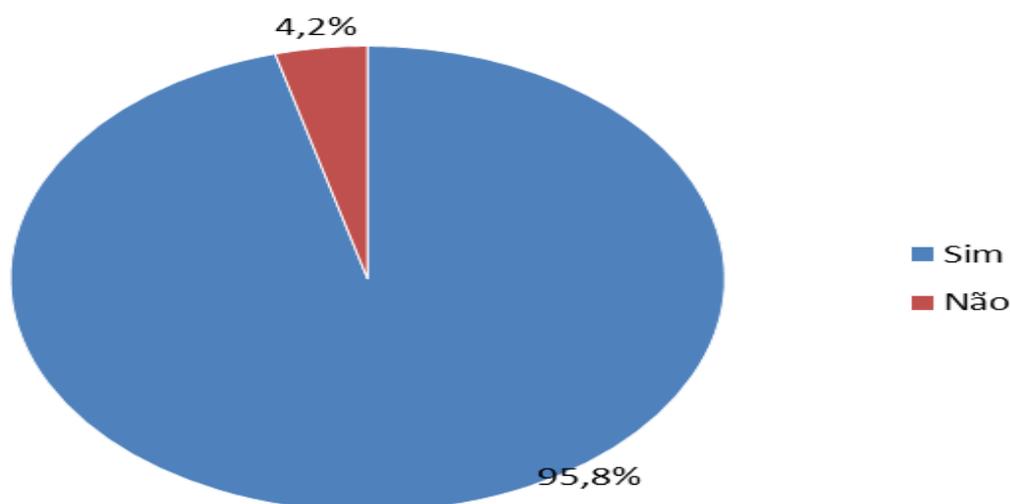
Gráfico 41 - Percepção do consumo alimentar dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

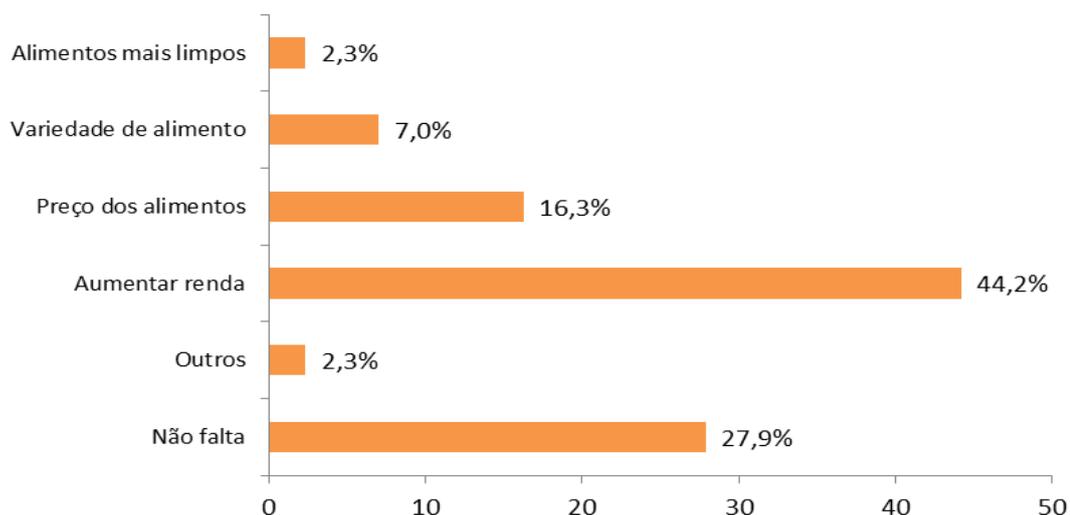
Quando questionados se a família se considera satisfeita com a alimentação, uma esmagadora maioria considera que sim (95,8%); contra uma pequena parcela que considera que não (4,2%). Como percebido no gráfico 42.

Gráfico 42 - Grau de satisfação alimentar



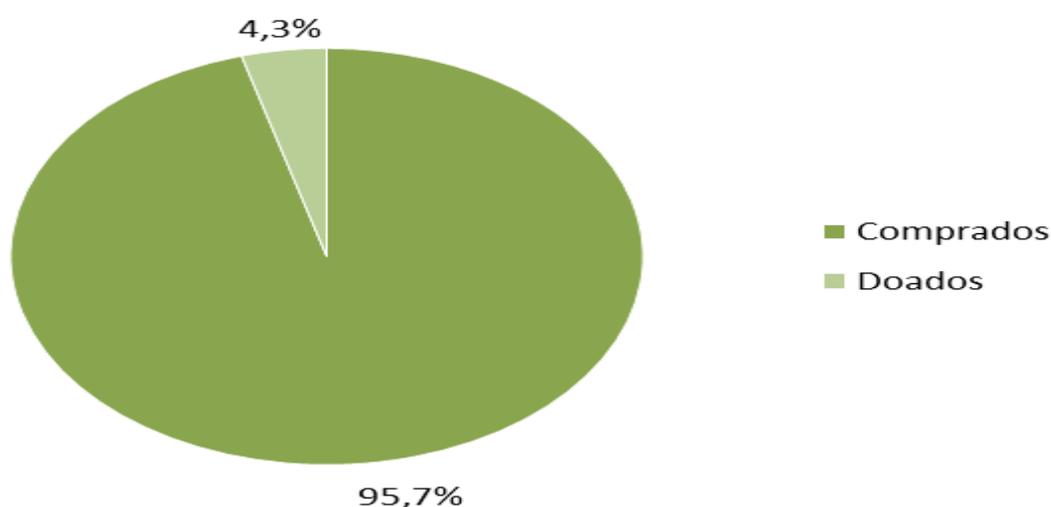
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Podemos observar no gráfico 43, no que se refere ao que faltaria para melhorar a alimentação da família, quase metade considera que faltaria aumentar a renda (44,2%); enquanto boa parte considera que não falta nada (27,9%). Em seguida, considera-se que deveria melhorar: preço dos alimentos (16,3%); variedade de alimentos (7%); alimentos mais limpos (2,3%) e 2,3% citaram outros fatores.

Gráfico 43 - Percepção sobre melhoria alimentar das famílias

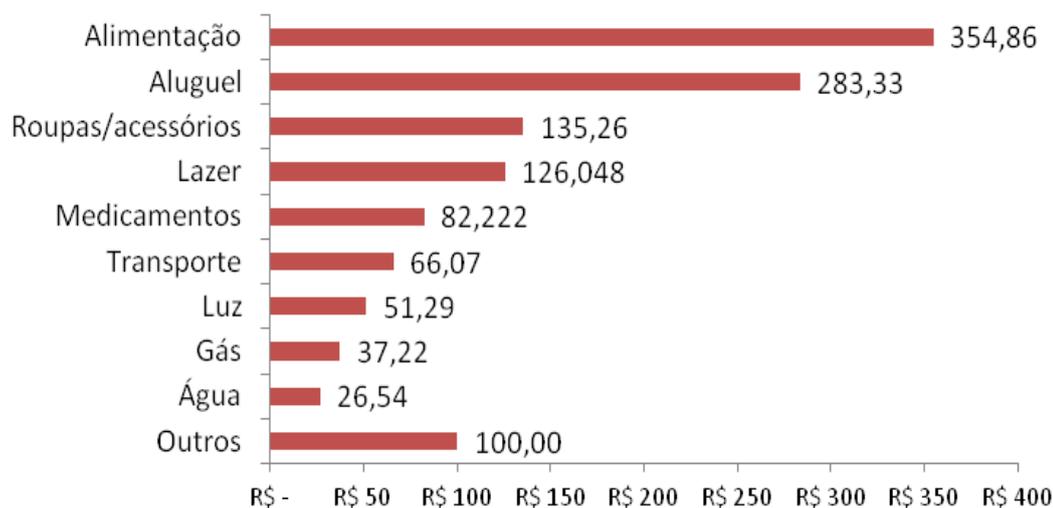
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No que diz respeito aos alimentos consumidos, o gráfico44 expões que a grande maioria são comprados (95,7%) e poucos são doados (4,3%). Ainda foram questionados se a maioria dos alimentos era produzida pela própria família, mas nenhum deles apontou essa realidade.

Gráfico 44 - Procedência dos alimentos consumidos

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre o gasto médio de suas rendas, observa-se, diante o gráfico 45 que os maiores gastos se referem à alimentação, com média de R\$ 354,86 e ao aluguel; com média de R\$ 283,33. Em seguida, tem-se roupas/acessórios (R\$ 135,26); lazer (R\$ 126,04); medicamentos (R\$ 82,22); transporte (R\$ 66,07); luz (R\$ 51,29); gás (R\$ 37,22); água (R\$ 26,54); além de uma média de R\$ 100,00 com outros gastos.

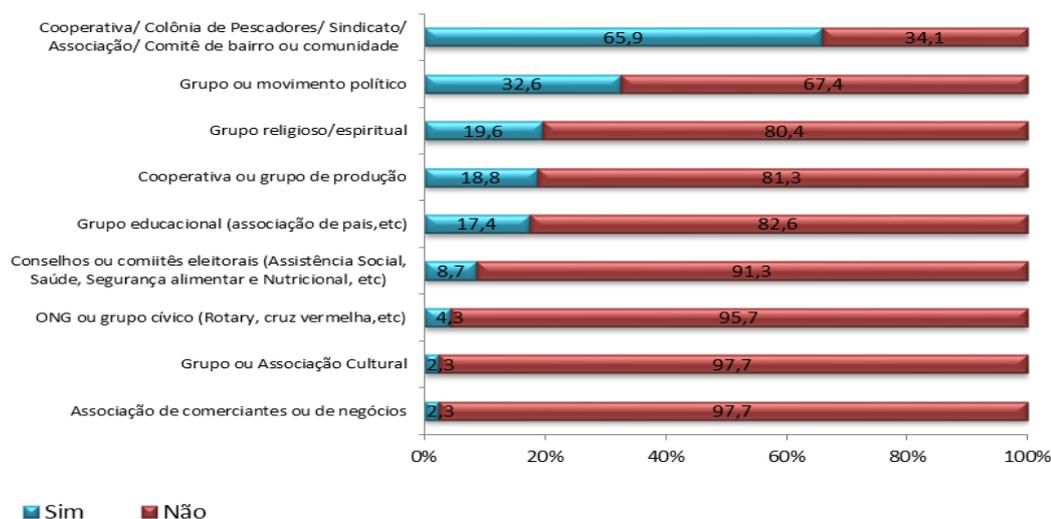
Gráfico 45 - Procedência dos alimentos consumidos

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Para o IBASE (2008), as famílias beneficiadas pelo PBF, no ano de 2008 gastavam em média, R\$ 200,00 mensais com alimentação, o que representa 56% da renda familiar total. O que percebemos nesta análise é que neste item houve um aumento significativo. Quanto mais pobre a família, maior a proporção da renda gasta com alimentação.

5.3.2 Participação e emancipação social

O objetivo desta seção foi analisar os estímulos à emancipação das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Quando questionados sobre grupos, organizações, redes, associações que a família participa, tem-se que: sobre Cooperativa/Colônia de Pescadores, Sindicato, Associação/Comitê de bairro ou comunidade, como mostra o gráfico 46, a maioria diz que participa (65,9%); no Grupo ou movimento político (32,6%); Grupo religioso/espiritual (19,6%); nas Cooperativa ou grupo de produção (18,8%); no Grupo educacional (associação de pais, etc.) (17,4%); Conselhos ou comitês setoriais (Assistência Social, Saúde, Segurança alimentar e Nutricional, etc.) (8,7%); nas ONGs ou grupo cívico (Rotary, cruz vermelha, etc.) e sobre Associação de comerciantes ou de negócios, 4,3% cada. Lembrando que esses grupos podem ser formalmente organizados, ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, pelo menos, duas vezes por ano.

Gráfico 46 - Participação em grupos, redes, associações.

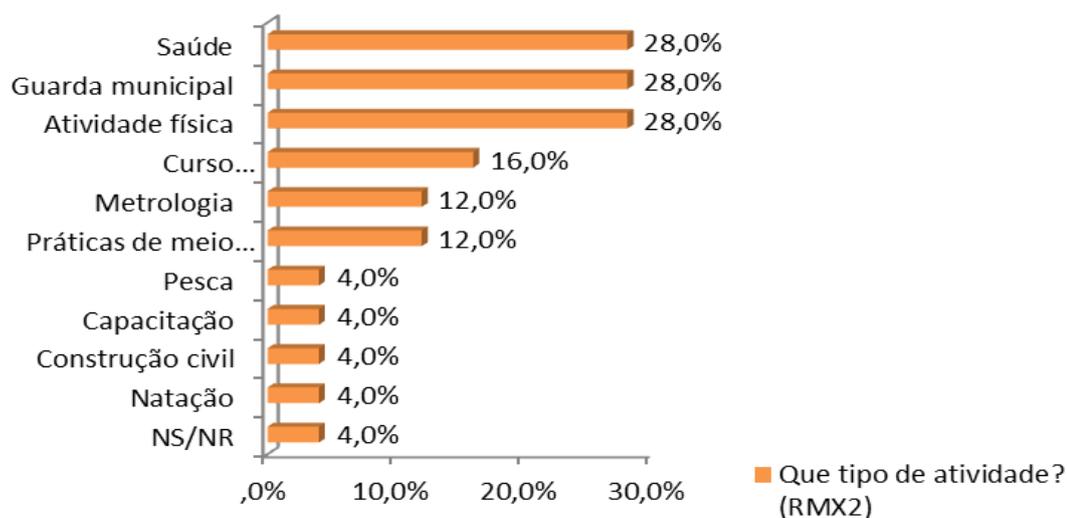
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando indagados sobre capacitações profissionais promovidas pela Prefeitura Municipal, como mostrado no gráfico 47, a ínfima minoria diz ter participado ou participar, apenas 2,1%; os restantes, 56,3% dizem que não participam e 41,7% alegam que sequer a prefeitura não oferece esse tipo de atividade, o que contradiz com as informações referentes ao projeto orla, uma vez que o mesmo mostra um comprometimento com a atividade pesqueira.

Ainda que a maioria não participe de capacitações profissionais promovidas pela prefeitura, aproximadamente metade não exprime interesse em participar (51%), contra a outra metade que teria algum interesse (49%), sendo assim, um quadro preocupante, já que capacitações podem resultar em um incremento de renda assim como estratégias de comercialização.

Em relação aos que demonstraram interesse em participar de capacitações profissionais promovidas pela prefeitura, eis que as temáticas os quais gostariam que fossem tratadas, em ordem de preferência destacamos: saúde, guarda municipal e atividade física, todos com 28%; cursos profissionalizantes/idiomas (16%); metrologia e práticas de meio ambiente com 12%; e os demais com 4%: pesca, capacitação, construção civil e natação.

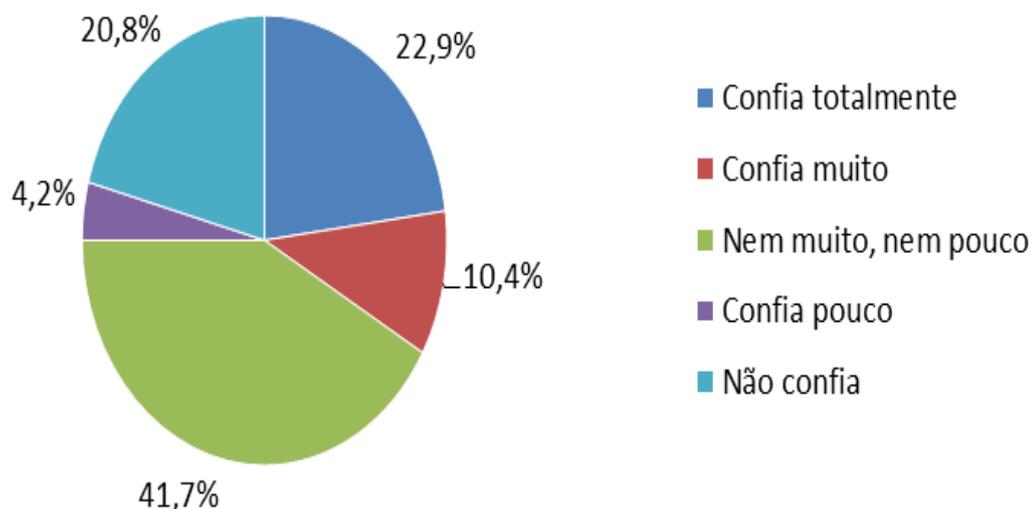
Gráfico 47 - Qual seria a atividade alternativa abordada em capacitações



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre o nível de confiança dos entrevistados em conselhos/comitês/associações de pescadores no tocante ao controle social, temos uma grande variação de respostas: a maioria se mostra mais neutra, ao considerar não confiar muito nem pouco (41,7%); 22,9% confia totalmente; 20,8% não confia; 10,4% confia muito e 4,2% confia pouco. Conforme mostra o gráfico 48.

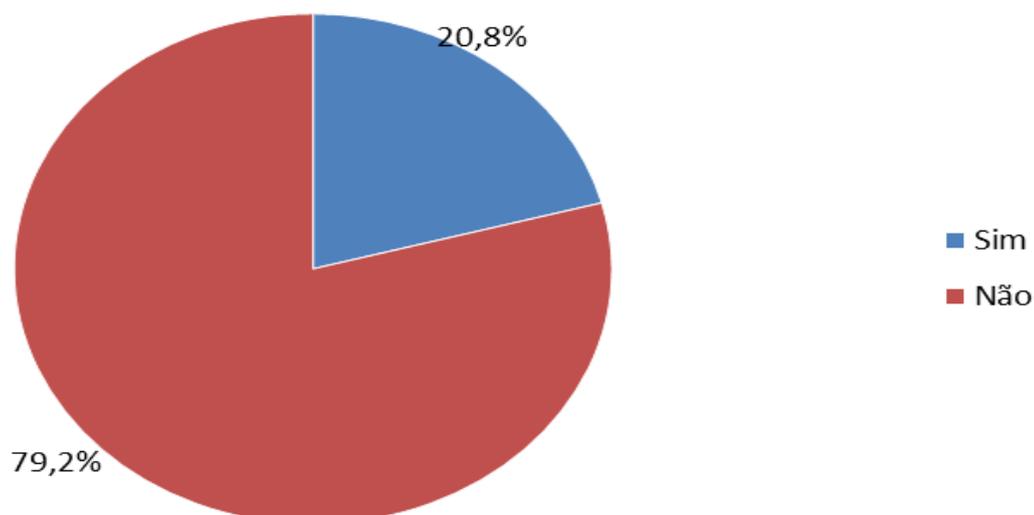
Gráfico 48 - Nível de confiança em conselhos/ comitês e associações



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Já o gráfico 49 fala do envolvimento em atividade comunitária em benefício da Comunidade nos últimos e em 12 meses se mostrou pequeno, quando a maioria (79,2%) afirmou não ter participado, contra uma minoria de 20,8% que teria participado.

Gráfico 49 - Participação em atividades comunitárias nos últimos 12 meses

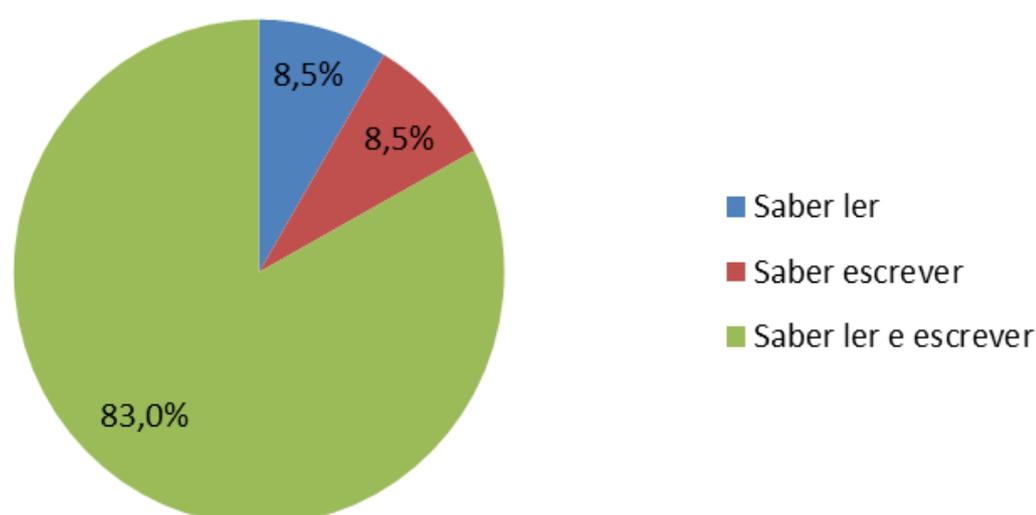


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Portanto, quando questionados se teriam participado de alguma atividade comunitária no último mês, o envolvimento foi menor ainda, de apenas 14,6%, contra 85,4% que não teriam tido participação alguma.

Sobre o que seria de mais importância para os entrevistados no âmbito da alfabetização, a maioria (83%) considera que seria mais importante tanto saber ler quanto saber escrever; enquanto 8,5% consideram mais importante saber ler e os 8,5% restantes consideram mais importante saber escrever. Demonstrado no gráfico 50.

Gráfico 50 - Nível de alfabetização considerado mais importante

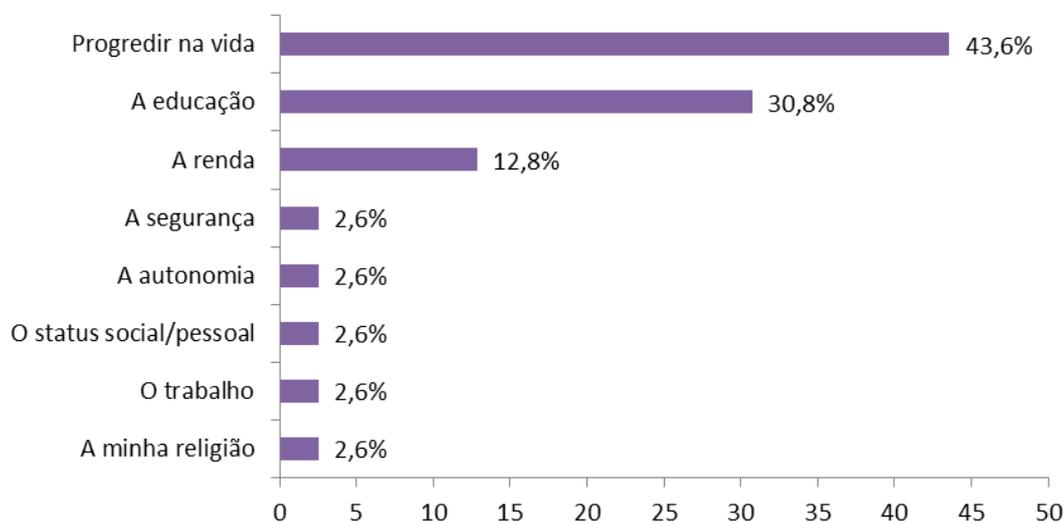


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Entre possíveis motivos para querer se alfabetizar, o mais recorrente é o desejo de progredir na vida, apontado por 43,6% dos entrevistados; ainda com uma boa porcentagem, a

educação (30,8%); seguida pela renda (12,8%) e todos com 2,6%: a segurança, a autonomia, o status social/pessoal, o trabalho e a religião do entrevistado. Como gráfico 51.

Gráfico 51 - Relação da alfabetização com a finalidade



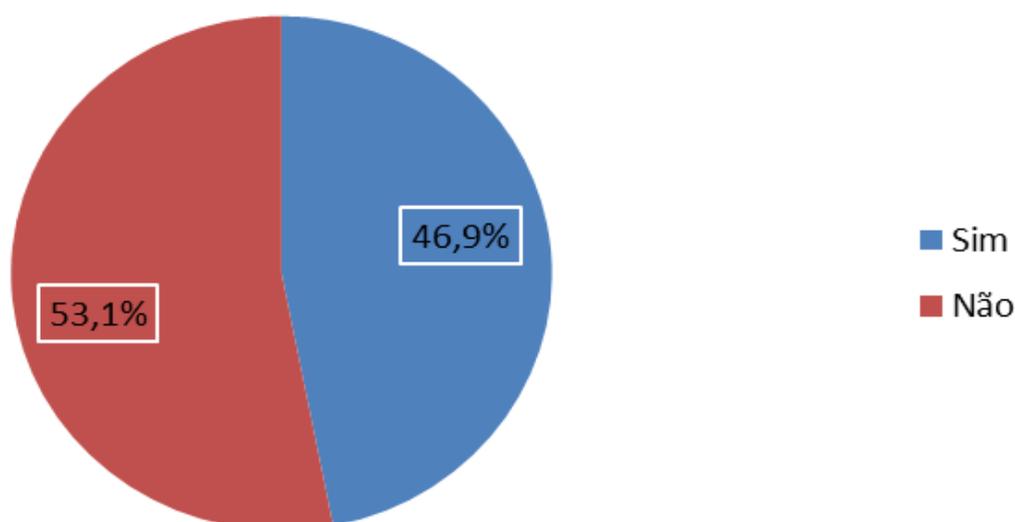
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Entre as justificativas citadas para querer se alfabetizar, a maioria (53,1%) se referiu à alfabetização como uma obrigação e dever do cidadão; 34,4% como um direito; 9,4% sequer deseja se alfabetizar e 3,1% consideram que daria prazer.

5.3.3 Combate à pobreza

No que tange à pobreza, os entrevistados foram questionados se consideram a sua família pobre. Nesse sentido, o gráfico 52 afirma que as respostas foram bem divididas: pouco mais da metade (53,1%) disse que não e a outra metade (46,9%) disse que considerava sua família pobre sim, como observamos no gráfico a seguir.

Gráfico 52 - Percepção do nível de pobreza

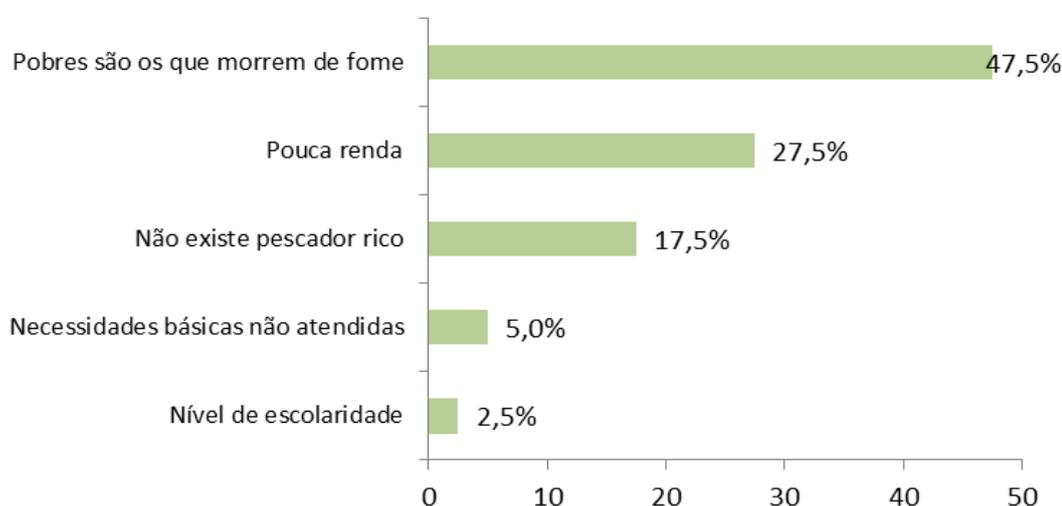


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se no gráfico 53 que, quando questionados sobre o porquê de considerar ou não sua família pobre, tivemos dentre os entrevistados que 47,5% consideram que pobres são os que morrem de fome; 27,5% se consideram com pouca renda; 17,5% consideram que não existe pescador rico; 5% que necessidades básicas não são atendidas e 2,5% se consideram ou não pobres pelo nível de escolaridade.

Neste sentido, o IBASE (2008, p. 20) conclui que, a implementação de programas direcionados para a educação alimentar dos beneficiados, ressaltando a importância do consumo de frutas, legumes e verduras adicionados à mistura do arroz e feijão, e redução do consumo de açúcares (escola como espaço privilegiado para essas ações) reduz ainda mais a pobreza.

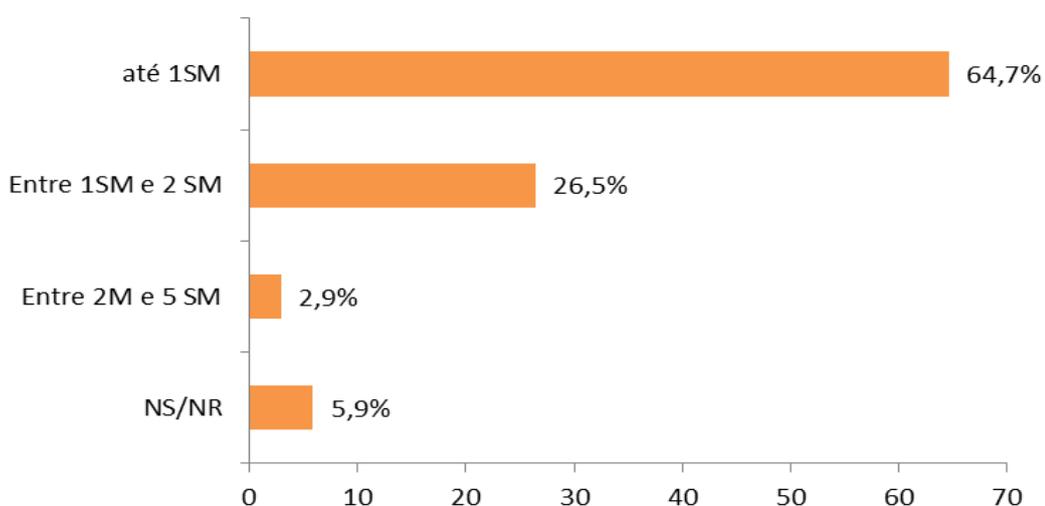
Gráfico 53 - Percepção sobre pobreza



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre o rendimento mensal do grupo familiar, como mostra o gráfico 54, descontado o valor do Bolsa Família e de outros benefícios possíveis, vê-se no gráfico a seguir que a maioria, 64,7% dos entrevistados, tem renda mensal de até 1 (um) salário mínimo; 26,5% tem renda entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos; e 2,9% tem renda mensal entre 2 (dois) e 5 (cinco) salários mínimos, já 5,9% não souberam ou não quiseram responder a essa pergunta.

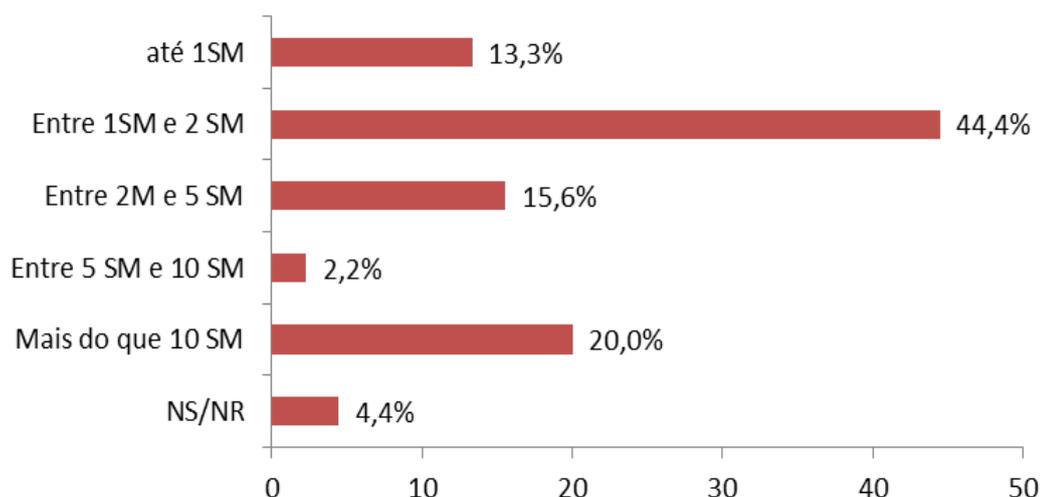
Gráfico 54 - Rendimento familiar com desconto do Bolsa Família



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando questionados se a renda de sua família permite que eles levem a vida até o fim do mês com facilidade ou dificuldade, pouco mais da metade considera que com facilidade (53,2%); enquanto a outra metade acha que com dificuldade (42,6%) e com muita dificuldade (4,3%). Como observa o gráfico 55.

A despeito de suas realidades, quando questionados sobre uma renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês, quase metade (44,4%) considerou que entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos seria o ideal; 20% apontou mais do que 10 salários mínimos; 13% considerou até 1 (um) salário mínimo suficiente e 15,6% apontou para entre 2 (dois) e 5 (cinco) salários mínimos.

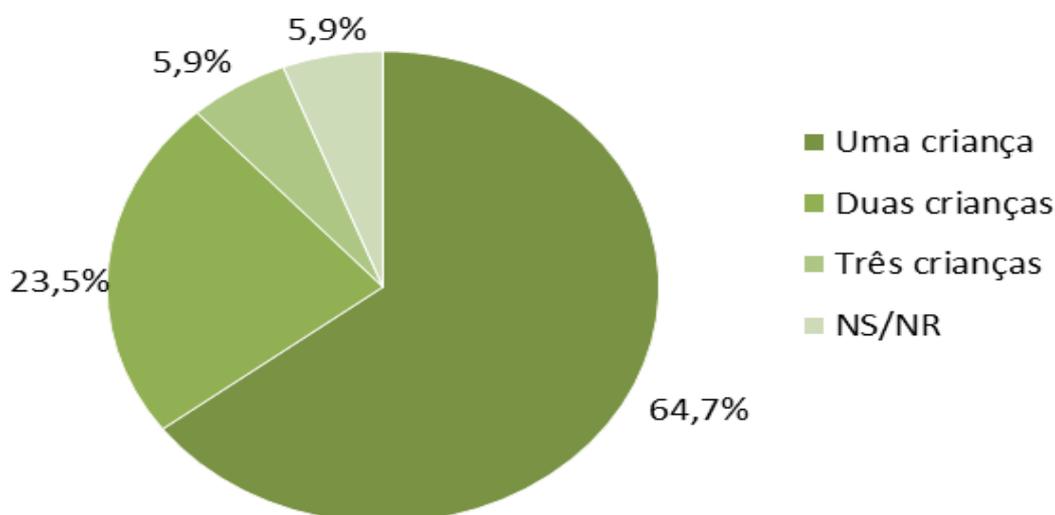
Gráfico 55 - Renda mensal mínima desejada

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

5.3.4 Recebimento do Bolsa Família

Sobre o responsável pelo benefício do Bolsa Família, a maioria (78,6%) é trabalhador por conta própria; enquanto 14,3% são trabalhadores na produção do próprio consumo e 7,1% são empregados.

Em relação aos benefícios, às famílias dos entrevistados pelo Bolsa Família, tem-se que em 64,7% das famílias destes, apenas uma criança é beneficiada; enquanto em 23,5% duas crianças são beneficiadas e em 5,9% dos casos três crianças são beneficiadas pelo programa. Conforme gráfico 56.

Gráfico 56 - Número de crianças beneficiadas com o Bolsa Família

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando questionados sobre o efeito do Bolsa Família na alimentação de suas famílias, nenhum disse que não houve mudanças. 47,4% consideram que a alimentação melhorou e 52,6% que melhorou muito. Conseqüentemente, a opinião de todos entrevistados sobre o Bolsa Família é positiva: 68,4% consideram o programa ótimo e 31,6% consideram o programa bom. Nenhum deles fez uma avaliação ruim ou péssima sobre programa de transferência de renda.

5.4 Análise Propensity Score Matching⁴

Os resultados com o modelo econométrico foram considerados significativos uma vez que as características relativas à segurança alimentar das famílias analisadas, ou seja, as variáveis analisadas (idade_chefe, sexo, ndom nfilhos_16m renda_principal, gasto com alimentação) são bastantes similares entre as que recebem o Bolsa Família (grupo de tratamento) para as que não recebem o Bolsa Família (grupo de controle), o que torna o programa realmente eficiente, uma vez que as famílias beneficiadas estão utilizando o benefício para consumir mais alimentos. No caso desta pesquisa, o modelo foi dividido em estágios, a considerar:

1º estágio:

$X = \text{sexo idade n de filhos rend pri educ.pluriativ ...}$

$p(x) = f(x)$

Score de propensão *p.score* 20% recebe o BF e 19% não recebe o BF.

Estima-se a probabilidade da família ser beneficiada com a política, a variável dependente do modelo *probit* é uma *dummy* que indica se o domicílio recebe ou não o benefício. Os controles utilizados foram:

⁴ O modelo *Propensity Score Matching* rodado através do software Stata 9.1 e será detalhado no APENDICE A.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pescador artesanal vem enfrentando dificuldades e muitos estão procurando outra fonte de renda além da sua atividade principal. Atualmente, a pesca artesanal em si já não é sua única atividade, pois os retornos financeiros advindos desta atividade são mínimos. A escassez do pescado é outro problema que vem atormentando a vida dos pescadores que sobrevivem deste recurso. O que foi concluído nas visitas às comunidades é que muitos pescadores abordam a existência, no entorno da Ilha de Itamaracá, de embarcações mais modernas, pertencentes a grandes empresas que estão levando uma considerável quantidade de pescados. Órgãos de pesquisas, como a Fundação Joaquim Nabuco, tem conhecimento de que realmente estas empresas estão alocadas na costa da Ilha e indiretamente afetam na produtividade destes pescadores.

A Ilha de Itamaracá e, particularmente, as comunidades de Jaguaribe e Pilar vêm buscando eficientemente soluções para sanar alguns destes problemas, detectados durante o levantamento de dados para esta pesquisa. Em visita à Secretaria de Políticas Públicas e Sociais foi percebido que a pesca é um meio econômico gerador de renda para a população da Ilha, sendo um importante meio de sobrevivência para várias famílias. Além da pesca, tem-se o turismo como uma atividade também geradora de renda para muitos dos residentes no local. Detectou-se através de levantamento de dados que a construção civil aparece como uma atividade eficaz e geradora de renda.

A Prefeitura através da sua Secretaria de Meio Ambiente, vem traçando alguns projetos tentando melhorar a vida desses pescadores artesanais e o Meio Ambiente da Ilha, a exemplo do Projeto Orla, que abrangerá toda Ilha, beneficiando a todos e principalmente às comunidades escolhidas para análise e aplicação de questionários nesta pesquisa. O Orla visa à reurbanização, requalificação e ordenação, procura também combater o avanço da maré e o despejo de resíduos sólidos no mar (através da conscientização e uma eficiente campanha de educação ambiental na população em geral), bem como apoiar e facilitar a vida dos pescadores, o projeto está em fase de conclusão e sua execução será de grande excelência para os pescadores.

No contexto da ordenação, o projeto visa à definição de locais específicos para a pesca, estes já foram sinalizados e irá beneficiar bastante os pescadores, pois serão locais usados exclusivamente para este fim. Nestes locais, os pescadores terão pontos de apoio, nos

quais poderá ser realizada manutenção dos seus barcos e utilitários por funcionários credenciados pela Prefeitura, além disso, serão fornecidas capacitações para o pescador artesanal e todo apoio necessário para aumentar a eficiência em sua produtividade.

Outra informação importante fornecida pela Secretaria do Meio Ambiente foi a criação de uma lei, intitulada “Lei do Turismo Náutico” (Informação verbal)⁵, antes ausente na Ilha. Esta lei dará mais segurança aos turistas, aos moradores que sobrevivem do comércio de passeios náuticos (Associação dos Jangadeiros do Forte Orange) e principalmente aos banhistas, uma vez que foram registrados alguns acidentes náuticos na Ilha.

Esta dissertação traçou dados importantes em relação aos programas de transferência de renda a exemplo dos encontrados nas comunidades de Jaguaribe e Pilar: PRONAF ou Agroamigo, Seguro Defeso, Chapéu de Palha e o Bolsa Família. Dentre essas políticas encontradas, demos um maior destaque ao PRONAF e ao Bolsa Família, que notadamente causam impactos de maiores efeitos na sociedade.

O presente trabalho buscou evidenciar a importância de parcerias entre determinados órgãos, como é o caso do Banco do Nordeste, IPA e a Colônia de pescadores (no caso da Ilha, a Colônia - Z11). O PRONAF tipo B ou Agroamigo, programa do Governo Federal em parceria com o Banco do Nordeste, mostra toda essa integração, os pescadores procuram o IPA que faz o laudo e presta acompanhamento/assistência técnica em extensão rural junto com o pessoal do Agroamigo, tudo isso, feito em visitas aos possíveis beneficiários, a partir daí, o IPA fornece a DAP ao pescador dentro das regras estabelecidas pelo programa, pois a DAP é um documento crucial para fornecimento do crédito e tem validade de 06 anos.

No caso da Ilha de Itamaracá, o tipo de PRONAF encontrado em abundância entre os pescadores é o do tipo B, devido à renda que estes pescadores possuem (renda anual até R\$ 6.000,00), este crédito (de até R\$ 7500,00), em sua maioria, é utilizado para comprar alguns acessórios: baiteira (barco comum), motores, redes, bicicletas/motos (que auxiliam no transporte e comercialização do pescado) e freezers (para armazenamento do pescado). O desconto que é fornecido aos pescadores durante o pagamento das parcelas do crédito é vulgarmente conhecido como “Rebate”. São realizadas reuniões semanais do IPA para monitorar o uso desse crédito. É notório nas análises que este crédito vem gerando renda e aumentando a produtividade na pesca. O Agroamigo, quando associado a um grande projeto,

⁵ Dito por Jean Carlos Leitão, atual secretário do meio ambiente, através de entrevista *in loco*.

é sem dúvida um plano de viabilidade técnico e financeiro e funciona muito bem na economia local, impulsionando bastante o mercado do pescado.

Na Ilha de Itamaracá- PE, outro programa de transferência de renda analisado com maior detalhe foi o Programa Bolsa Família, este que contribui com a economia local. As donas de casa, por exemplo, o empregam para obter bens de consumo que possam estar faltando no momento do seu recebimento ou mesmo compras planejadas. Entretanto, simbolicamente, esta renda foi direcionada especificamente “para as coisas das crianças” e foi separada da renda do trabalho assalariado e da terra. Com isso, a renda mínima tem como centralidade auxiliar nas necessidades infantis. Os efeitos do Programa Bolsa Família são diversos.

Os primeiros resultados são os considerados imediatos, ou seja, uma melhoria na qualidade de vida e no bem estar dos mais necessitados. As consequências de segunda ordem são aquelas observadas na sociedade, em intervalo de tempo mais reduzido, após a implementação do programa, por exemplo, na economia, as pessoas que recebem o Bolsa Família tem, proporcionalmente, um grande aumento em seu poder de compra; essas pessoas, entretanto, não estão em um nível de consumo em que aumentar o poder de compra significa comprar supérfluos ou desnecessários (aspirador de pó, carros, etc.), mas sim em um nível no qual existe necessidade reprimida por alimentos e insumos básicos para a vida digna (água, limpeza, material escolar, dentre outros), esta ação impulsiona a economia local e gera crescimento e desenvolvimento.

Em relação ao impacto do Bolsa Família no contexto da segurança alimentar, foram notórias nas análises que a maior parte das famílias entrevistadas (95,8%) estão satisfeitas com a alimentação. E o mais importante é que os alimentos consumidos por essas famílias são saudáveis, peixes, carnes brancas e vermelhas, legumes, verduras, frutas, grãos, leguminosas e leite, fazendo parte do cotidiano nutricional das famílias analisadas, que afirmam ainda que a quantidade de alimentos consumidos é sempre suficiente (81,3%), porém, alertam para o fato de que o aumento da renda é o que falta para melhorar a alimentação da família.

Já no contexto da educação, a permissão da bolsa exige a presença da criança ou adolescente na escola, sendo assim, ela contribui para uma melhoria na educação, ainda que não a garanta. Outro foco do Bolsa Família é na alimentação e seus impactos, a combinação da presença na escola e alimentação é importante, porque nenhuma pessoa aprende nada se não frequenta a escola e, mesmo frequentando, não aprende se estiver com fome. As

decorrências da desnutrição na capacidade de aprendizado são vastas e infelizmente isso não é garantia, porque a educação básica em nosso país ainda é deficiente, e no caso da Ilha de Itamaracá a competência na educação encontra-se nas esferas estadual e municipal.

Em relação à saúde, outra exigência para a concessão da bolsa, são os cuidados com a saúde da criança, que desde o nascimento é acompanhada. Bem nutrida e com norteamientos mínimos, elas crescem mais saudáveis e dependem menos do sistema público de saúde. Isso leva também a uma vida futura mais digna e traz mais motivação às pessoas.

Combinados alimentação, estudo e cuidados médicos básicos, temos um povo mais saudável, feliz e que gera produtividade melhor e maior consumo. Isso tudo já é ótimo para a população, mais que isso, os efeitos de longo prazo de políticas da mudança na cultura da população mais pobre – proporcionadas pelas exigências de concessão do Bolsa Família – podem formar gerações não apenas mais saudáveis mas, com maior consciência de sua própria saúde. Pessoas mais conscientes de sua saúde, em geral, cuidam dela em um nível muito mais alto, melhorando sua alimentação e impulsionando a prática de atividades físicas para uma vida mais saudável.

Os resultados em conjunto alcançados pelo Bolsa Família, potencializam fatores fundamentais para o desenvolvimento do país em todos os níveis humanos, qualidade de vida e bem estar, educação e saúde aliado ao seu custo relativamente baixo aos cofres públicos, tornam o programa não apenas um êxito momentâneo, mas também uma proposta de estratégia de médio e longo prazos que tem grandes e possíveis chances de, em parceria com outras políticas, modificar positivamente a sociedade brasileira.

O programa chega ao seu 9º (nono) ano com melhoras significativas entre as populações mais carentes. O Bolsa Família vem eficazmente aprimorando a condição de vida da sociedade como um todo e seus efeitos são óbvios e positivos para a economia.

Confirmando o ponto de vista das políticas públicas, analisadas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo, é imprescindível manter e aprofundar o programa, associando-o a outras políticas públicas capazes de atacar problemas como à falta de saneamento básico e de acesso ao mercado formal de trabalho – fatores que guardam correlação com a insegurança alimentar. Acesso a alimentos mais

baratos, ampliação da alimentação escolar para o ensino médio, entre outras, são também políticas governamentais que poderiam contribuir para uma melhora nos índices de bem estar do Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é um excelente modelo de como estamos próximos da superação das disparidades. A pobreza não é composta somente pela questão da renda. A falta de acesso a serviços públicos como água encanada, esgoto, moradia digna, educação e saúde de qualidade, alimentação adequada e segurança alimentar são elementos que compõem a pobreza e continuam sendo problemas para os beneficiários/as do programa. E é por isso que alguns entrevistados nesta pesquisa advertiram que o Programa Bolsa Família não serve apenas para oferecer um futuro melhor a população, para alguns, esta não é a realidade, pois consideram que esta ação do Governo não tem grande impacto social, para estes, as condições continuam as mesmas.

Para finalizar, é válido destacar a importância que podem assumir as políticas públicas, no contexto dos pescadores artesanais, quando se tem em vista a construção eficaz da segurança alimentar e nutricional para um determinado conjunto da população e para a academia, fica a dica de continuidade da pesquisa, por ser um tema bastante relevante e que merece um maior aprofundamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L.; OLIVEIRA, C. V. Economia e Meio Ambiente. In: José de Lima Albuquerque. (Org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: conceitos, ferramentas e aplicações**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ALMEIDA, H. L. P. S.; PINHEIRO, J. C. V. A arte da sustentabilidade da pesca na comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

ALMEIDA, P. C. P. **Entrevista com Técnico do IPA**. Ilha de Itamaracá – PE. Cassete. Jul. 2012.

ALVES, E. SOUZA, G. S.; OLIVEIRA, C. A. V. **Desempenho de estabelecimentos do PRONAF**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 15, n. 4, p. 5-23, 2006.

ARRETCHE, M. **Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, XIV nº 40, junho 1999. 111-145.

_____. **Federalismo e Democracia no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 15 abr. 2001, p. 23-31.

_____. **Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, fev. 2004, p. 17-26.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – PRONAF. Setembro 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: ago. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Agricultura Familiar. PRONAF**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page251,8623,10817,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19318>>. Acesso em: abr. 2012.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo Saraiva, 2004.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural. PRONAF: Financiamentos Rurais concedidos no país**. Vários Anos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED2-RELRURAL>>. Acesso em: mai. 2012.

BARROS, A. R; HAZIN, F. H. V; CORREIA, S. *et. al.* **Análise econômica da pesca marítima de Pernambuco**. FADE-UFPE. Recife, s.d. 2001. 250 p.

BENINI, G.; MOTA, R. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 03, p. 635-656, jul/set 2010 – Imprensa em outubro 2010.

_____.; SAMPAIO, Y.; SAMPAIO, B. **Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 04, p. 903-918, out/dez 2009 – Impressa: dez. 2009.

BITTENCOURT, L. A. **Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; et. al., ii. **Desafios da imagem**. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5ª edição. vol I Imprensa Nacional, editora UNB, 2000.

BONI, P. C.; MORESCHI, B. M. **Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico**, in Revista Doc On-line Dezembro 2007, p. 137-157. Disponível em: <http://www.doc.ubi.pt/03/artigo_paulo_cesar_boni.pdf>. Acessado em: 21 de fev. 2012.

BRASIL. Diário Oficial da União: Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006. **Agricultura e dos Empreendimentos Familiares Rurais**.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Análises Sociais e Econômicas - IBASE: **Relatório PRONAF**. Resultados da Etapa Paraná. Rio de Janeiro, Outubro de 2006.

BRASIL. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Defeso**: Lançamentos por Favorecidos. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/defeso/defesoLancamentosPorFavorecidoMunicipio.asp?UF=pe&codMunicipio=260760&idPescador=134412>>. Acesso em 12 out. 2012.

_____. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011a): **Cartilha de Acesso ao PRONAF**. Saiba como obter crédito para a agricultura familiar. Brasília, DF, 2011, 56 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 Local**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro Desemprego do Pescador Artesanal**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm>. Acesso em 12 out. 2012.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2002.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

CARVALHO, J. M. D. **Fundamentos da Política e da Sociedade Brasileira**. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007. Cap. 1, p. 19-34.

CARVALHO, P. G. M. D. et. al. **Gestão Local e Meio Ambiente**. Ambiente & Sociedade, VIII nº 1, junho/julho 2005. 1-19.

CASTRO, A. L. **Uma análise de impactos do simples nacional no DF**. Recife, PE, 2010. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2010.

CEPENE. **Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil – 2003**. Tamandaré, v. 1, 198p. 2004.

CEPNOR. **Boletim Técnico Científico - CEPNOR**, Belém, v.1, n.1, p.111-124. 2001.

CIRENO, M. E. D. F. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil: Fatores de Capacidade Institucional dos Municípios Para Adequação das Exigências Tecnológicas da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Dissertação de Mestrado. PADR. Recife, 2012.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. **Pesca Artesanal e Conhecimento Local de Duas Populações Caiçaras no Litoral de São Paulo**, Brasil. A linguagem da Ciência, 4: 1-22, 2005. Disponível em: < http://www.multiciencia.unicamp.br/rede_1_4.htm >. Acesso em: 23 mai. 2012.

COLLIER JUNIOR, John. **Antropologia Visual: a Fotografia como Método de Pesquisa**. São Paulo: EPU/Edusp, 1973.

COSTA, S. S. T. **Introdução à economia do meio ambiente**. Porto Alegre: Revista Análise, v.16. n.2. ago./dez. 2005. p.301-323. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fabio/ojs/index.php/face/article/viewFile/276/225>>. Acesso em: 15 set. 2011.

DEMO, P. **Pobreza Política**. Campinas: Autores Associados, 2001.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 340 p.

MORUZZI, E. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Allegre, 2004, p. 21-50.

FAO. **Review of the state of world aquaculture**. FAO Fisheries Circular nº 886, Rev. 1. 163p. 1997.

FERREIRA IRMÃO, J. **Desenvolvimento Sustentável: Agricultura e Meio Ambiente**. Recife, Ed. Dos Autores (Nupesq), 2006.

_____. **As Transformações na Cultura Tradicional de uma Comunidade de Pescadores no Nordeste do Brasil como Resultado da Interferência do Turismo Internacional**. Recife, Ed dos Autores. Nupesq, 2006.

FREIRE, K.M.F. **Fishing impacts on marine ecosystem off Brazil, with emphases on the northeastern region.** PhD Thesis. Vancouver: University of British Columbia, 2005

FUNDAJ. SILVEIRA, P. C. et.al. Reservas Extrativistas e Pesca Artesanal: Etnografia do Campo Socioambiental em Pernambuco. **Relatório Final de Pesquisa.** Recife. 2011. p. 147.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GUTIÉRREZ, A. B.; **Pobre como sempre... Estratégias de reprodução social da pobreza. Um estudo de caso.** Córdoba: Ferreira Editor, 2007.

HAMPF, A. C. **Avaliação do Impacto do PRONAF sobre a agricultura familiar no Município de Bonito, Estado de Pernambuco, mediante o uso do propensity score matching.** Recife, 2012. Dissertação de mestrado. UFRPE-PADR. 2012. (no prelo).

HEIDEMANN, F. G. Do Sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 340 p.

HERINGER, A. **Os conhecimentos tradicionais associados e o acesso aos recursos genéticos: um estudo sobre a regulamentação da medida provisória n 2.186-16/01.** Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais. Cuiabá, Ano 1, n. 2, p. 131 -148, jul.-dez.2007.

IBGE. **Censo Demográfico.** Recife: IBGE, 2004-2012. . Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

IPA. **Instituto agrônomo de Pernambuco** (Recife, PE). Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: mar. 2012.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico.** 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

JONES, H. G. **Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução.** São Paulo: Atlas, 1979.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2011.

LEITÃO, J. C. Entrevista com o secretário do Meio Ambiente da Ilha de Itamaracá. **Cassete.** Jul. de 2012.

LESSA, R.; VIEIRA, A.; BEZERRA, S., et. al. **Diagnóstico e caracterização do setor pesqueiro artesanal de Pernambuco.** Publicação Especial do Programa Instituto do Milênio, Projeto RECOS, Modelo Gerencial da Pesca. Revista Atlântica, Rio Grande, 2005.

LIMA, T. M. S. M. D. **O Federalismo Brasileiro: Uma forma de Estado peculiar**. Estação Científica, Juiz de Fora, jan. 2008. p. 1-15.

LIRA, L. **Geologia do Canal de Santa Cruz e praia submarina adjacente a Ilha de Itamaracá/PE**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

LOPES, H. **Eduardo cria programa 'Chapéu de Palha' da pesca**. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/11/09/eduardo_cria_programa_chapeu_de_palha_da_pesca_118441.php> Acesso em: mai. 2012.

MAGALHÃES, A. M.; NETO, R. S.; DIAS, F. M.; BARROS, A. R.: **A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: Uma análise por meio de propensity score**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, jul. 2005.

MAIA, M. B. R.. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: A inclusão do pescador nas políticas públicas de Seguridade social**. Amazonas. 2009. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MATTEI, L.: **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

_____. (2011b): **Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012**. Brasília/ DF, 2011.

MENDONÇA, S. A. T. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco**. 2006. 369 folhas. Tese (Doutorado) – USP, São Carlos, 2006.

MOURA, A. S.; JATOBÁ, J. **Federalismo ambiental no Brasil**. In: MOURA, A. S. **Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais/** Alexandrina Sobreira de Moura (org.). – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. 300p.

NUNES, S. P. **O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Anais Eletrônicos: DESER- Departamento de Estudo Sócio - Econômico Rural – Boletim Eletrônico – Conjuntura agrícola N° 156- fev 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/PRONAF.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

OCEANÁRIO, Instituto de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aquicultura. **Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral do Estado de Pernambuco/Litoral Norte - Volume II**. Ano da Publicação 2010.

ORLA, Projeto. **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Itamaracá**. Governo do Estado de Pernambuco. Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Gerenciamento Costeiro de Pernambuco – PE. Ilha de Itamaracá, 22 jul. 2012.

PEDROSA, B. M. J. Direitos de propriedade na pesca: a experiência internacional com o sistema de quotas individuais transferíveis. In: MOURA, A. S. **Políticas Públicas e Meio**

Ambiente: da economia política às ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 2009.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco**. Recife, PE. 2003. 214p.

PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. **Programa Chapéu de Palha**. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/programas/chapeu-de-palha>>. Acesso em: 15 set. 2011.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado. **Perfil Municipal**. Ilha de Itamaracá. Recife, 2012. Disponível em: <www.bde.pe.gov.br>. Acesso em: fev. 2012.

PETER H. **Economia do Meio Ambiente:** teoria e prática. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003, 6ª reimpressão.

PIMENTEL, C. C. R.; FURLAN, S. Â. **Repercussões do ICMS Ecológico na Gestão Ambiental em Mato Grosso, Brasil**. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 5, n. nº 16, p. 10-37, Agosto 2011. ISSN ISSN 1809-9815.

PUPIM, J. O. A.; SCHIEDT, P. **Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. Carbono Brasil; Portal Brasileiro de Energias Renováveis**, 04 junho 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2a06.pdf>>. Acesso em: 12/08/2010.

QUINAMO, T. S. **Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma**. 2006. 219f. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/ UFPB/ UEPB, João Pessoa, 2006.

RAMALHO, C. W. N. **A Arte Pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo**. In: MOURA, A. S. **Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais**. Moura, A. S. (org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 2009. 300p.

RIBEMBOIM, J. **Economia da Pesca Sustentável no Brasil**. Recife: Bagaço, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. M.; SANTOS, J. P. B. **PRONAF em uma década o que mudou? Um estudo comparativo do número de contratos e valores financiados em 1999 e 2009, às modalidades agrícola e pecuária**. ENEAD – I Encontro em Economia e Desenvolvimento do Agreste de Pernambuco, 2011.

ROMER, P. M. **Endogenous Technological Change** *The journal of Political Economy*, Vol. 98, No. 5, Part 2: The Problem of Development: A Conference of the institute for the Study of Free Enterprise Systems (Oct., 1990). Disponível em: <<http://uni-konstanz.de/FuF/wiwi/vwl/HPGrieben/download/romer.pdf>>; Acesso em: 22 de jun, 2011.

ROSENBAUM, P.R. **Observational Studies**. Springer, New York, 2002.

_____. RUBIN, D. **The central role of the propensity score in observational studies for causal effects.** *Biometrika*, v. 70, n. 1, p. 41–55, 1983a.

SALDANHA, Iaskara R. R. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/SP.** 2005. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 181 folhas.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis.** São Paulo: Amigos da Terra; FGV, GVces, 2004. 176 p.

SEAP. **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.** Disponível em <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acesso em: setembro, 2012.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Programa Chapéu de Palha.** Disponível em: <<http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag/programas/chapeu-de-palha>>. Acesso em: 22 set. 2012.

SIANESI, Barbara. **Implementing Propensity Score Matching Estimators with STATA.** London, May 2001.

SILVA, Murilo. **Entrevista com o Presidente da Colônia dos Pescadores da Ilha de Itamaracá – PE.** Jul. 2012.

_____. MATTEI, Lauro.; CAZELLA, Ademir Antonio: **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, J (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, C. **Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças.** *Revista Dados*, Rio de Janeiro, 44 n° 3, n. 1ª revisão, 11 outubro 2001. 513-557.

_____. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, n°16, julho- dezembro 2006, p. 20-45.

SOUZA, D. C. **O Meio Ambiente das Cidades.** 1ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 54-129.

THOMAS, V. **A qualidade do crescimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

XAVIER, J. O. Entrevista com a Coordenadora do Programa Bolsa Família da Ilha de Itamaracá – PE. **Cassete**. Julho 2012.

**APENDICE A – BANCO DE DADOS RODADOS A PARTIR DO PROGRAMA
STATA 9.1, MODELO PROPENSITY SCORE MATCHING**

Utilizando o software Stata 9.1 temos:

```
.4    3    1    4
.6    6   10   16
.8    0    8    8
Total  10   21   31
```

Note: the common support option has been selected

End of the algorithm to estimate the pscore

```
. atts gasto_alimento idade_chefe sexo ndom nfilhos_16m renda_principal,
pscore(ps) blockid(id)
```

ATT estimation with the Stratification method

Analytical standard errors

n. treat.	n. contr.	ATT	Std. Err.	t
0	31	.	.	.

```
. atts gasto_alimento, pscore(ps) blockid(id)
```

==0 invalid name

```
r(198);
```

```
. atts gasto_alimento bf idade_chefe sexo ndom nfilhos_16m, pscore(ps) blockid(id)
```

comsup

ATT estimation with the Stratification method

Analytical standard errors

n. treat.	n. contr.	ATT	Std. Err.	t
13	18	48.974	.	.

```
. attnd gasto_alimento bf idade_chefe sexo ndom nfilhos_16m, pscore(ps) blockid(id)
```

comsup

The program is searching the nearest neighbor of each treated unit.

This operation may take a while.

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO REFERENTE À LEVANTAMENTO DE DADOS
SOBRE O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NAS COMUNIDADES
DE PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE**

GRUPO I - Identificação Pessoal						
1.Nome:						
2.Idade: ____ (anos)		3.Cidade de Nascimento:			4.Sexo: [1] Masculino [2]Feminino	
5Endereço:				6.Bairro:		
7.O (a) Sr (a) já foi entrevistado (a) antes?			Si m	Nã o	8.O (a) Sr (a) é pescador(a)?	
					Sim	Não
9.Documentos que possui (marcar todos que possui):			[0] Nenhum	[1] Carteira de identidade		[2] CPF
[3] Título de eleitor	[4] Certificado de reservista		[5] Certidão de Nascimento		[6] Certidão de casamento	
[7] Carteira de pescador-IBAMA		[8] Carteira de pescador-SEAP		[9] Carteira de pescador – Capitania Portos		
[10] Carteira de Associação de pescadores		[11] Carteira da colônia de pescadores		[12] CTPS Carteira de Trabalho		[13] Outro

GRUPO II - Perfil Socioeconômico			10.O (a) Sr (a) é o (a) chefe da família?		[1] Sim	[2] Não
11.Número de moradores na sua casa: ____			12.Número de famílias na sua casa:		13.Estado civil: [1] Casado(a)	
[2] Solteiro	[3] Viúvo	[4] Mora junto	[5] Separado/Desquitado/Divorciado			
14.Qual a atividade da sua esposa/ marido? (se for pesca, entrevístá-la (o)).						
15.Possui filhos(as)? (filhos(as) legítimos nascidos vivos e agregados, morando ou não com ele/ela)						
16.Quanto aos seus filhos (indicar a quantidade/ marcar mais de um opção se for o caso): [1] Nenhum [2] ____ têm idade <16 anos [3] ____ têm entre 16-24 anos [4] ____ têm >24 anos [5] Não sabe						
17.Quantos filhos são seus dependentes financeiros? ____ [0] Nenhum						
18.Qual (is) a(s) atividade(s) do(s) seu(s) filho(a)(s)? (se for pesca, entrevístá-los (as)) [0] Nenhum [99] Não sabe						
19. Se tiver filhos e agregados, quantos estão na escola? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhum [2] ____ tem entre 6-11 anos [3] ____ têm entre 12-16 anos [4] ____ têm entre 16-24 anos [5] ____ têm >24 anos [6] Não sabe						
Filho 1 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			Filho 2 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			
Filho 3 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			Filho 4 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			
Filho 5 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			Filho 6 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			
Filho 7 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			Filho 8 Idade ____ Série ____ Peso ____ Altura ____			
20.Recebe Bolsa Família [1] Sim [2] Não				Valor R\$ _____		
21.Alguém do domicílio: Recebe Benefício de Prestação Continuada?[1] Sim [2] Não					Recebe Aposentadoria? [1] Sim [2] Não	
22.Em sua casa, quantas pessoas com 10 ou mais anos de idade trabalham de forma remunerada,						

excluindo o sr/sra? _____ [0] Nenhum [99] Não sabe							
23. Destes (as) que trabalham de forma remunerada quantos trabalham na atividade da pesca? _____ [0] Nenhum [99] Não sabe							
24. Em sua casa quantas pessoas com 10 anos ou + de idade estão sem remuneração? ____ [0] Nenhum [99] Não sabe							
25. Sua casa é: [1] Casa própria [2] Casa alugada [3] Casa cedida/emprestada [4] Outro _____							
26. Sua casa é feita de quê? (maior parte do material) [1] Taipa [2] Alvenaria [3] Madeira [4] Caiçara [5] Outra _____							
27. Sua casa possui? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Água encanada [2] Esgoto [3] Fossa [4] Banheiro [5] Energia elétrica [6] Coleta de lixo [6] Internet							
28. Quais e quantos itens abaixo você possui em casa? (indicar a quantidade de cada item)							
Item	Qtd	Item	Qtd	Item	Qtd	Item	Qtd
Carro		Máquina de lavar roupa		Telefone fixo		Computador	
Motocicleta		Aspirador de pó		Telefone Celular		Notebook	
Bicicleta		Geladeira		Aparelho de som		Ventilador	
TV		Freezer		Liquidificador		Microondas	
Vídeo/DVD		Fogão		Antena Parabólica		Ar Condicionado	
29. Qual o seu nível de escolaridade?				[1] Escreve o nome			
[2] Ensino Fundamental I incompleto (1ª a 3ª)				[3] Ensino Fundamental I completo (4ª)			
[4] Ensino Fundamental II incompleto (5ª a 7ª)				[5] Ensino Fundamental II completo (8ª)			
[6] Ensino Médio incompleto (1º a 2º ano)				[7] Ensino Médio completo (3º ano)			
[8] Curso técnico _____				[9] 3º grau (graduação) _____			
[10] Outros _____				[11] Não sabe			
30. Qual o nível de escolaridade do(a) chefe da família? (caso o (a) entrevistado(a) não seja o(a) chefe)							
[1] Escreve o nome				[2] Ensino Fundamental I incompleto (1ª a 3ª)			
[3] Ensino Fundamental I completo (4ª)				[4] Ensino Fundamental II incompleto (5ª a 7ª)			
[5] Ensino Fundamental II completo (8ª)				[6] Ensino Médio incompleto (1º a 2º ano)			
[7] Ensino Médio completo (3º ano)				[8] Curso técnico _____			
[9] 3º grau (graduação) _____				[10] Outros		[11] Não sabe	
31. Quando você fica doente qual o posto de saúde ou hospital você utiliza? _____							
[1] Vizinhança [2] Município [3] Municípios próximos [4] Capitais							
32. Você contribui com a previdência social (paga)? [1] Sim, R\$ _____ [2] Não [3] Não sabe							
33. Quais dessas doenças e problemas de saúde você tem ou já teve? (Pode marcar mais de uma opção)							
[1] Nenhuma	[2] Catarata	[3] Outras doenças de olhos	[4] Problemas de coluna				
[5] Hipertensão	[6] Doença de rins	[7] Artrose/Doenças de junta	[8] Reumatismo				
[9] Diabetes	[10] Doenças pelo mergulho (descompressiva, embolias, outras)	[11] Doenças de pele	[12] Outras:				

GRUPO III - Atividade econômica

34. Qual sua atividade principal?

- [1] Nenhuma [2] Pesca de mar de fora [3] Pesca de mar de dentro [4] Turismo [5] Pesca estuarina/manguezal
 [6] Aquicultura [7] Funcionário público [8] Comércio [9] Caseiro/serviços domésticos [10]

Agricultura (Cana) [11] Agricultura (Outros) [12] Artesanato [13] Serviços gerais [14] Aposentado/benefício [15] Indústria [16] Construção civil [17] Artesanal/Curral [18] Outros _____
35. Há quanto tempo trabalha na atividade pesqueira? _____ Anos [88] Não se aplica
36. Na atividade da pesca, você é? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Dono de barco [2] Mestre [3] Pescador empregado/parceiro [4] Pescador autônomo [5] Outros _____ [88] Não se aplica
37. Qual o tipo de embarcação que você possui ou trabalha? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhuma [2] Bote motorizado [3] Canoa [4] Baitera [5] Jangada [6] Outros _____ [88] Não se aplica
38. Quais os tipos de aparelho de pesca que você utiliza? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Rede de Arrasto [2] Mangote [3] Mangotão [4] Linha de Mão [5] Covo/Peixe [6] Covo/Lagosta [7] Espinhel [8] Linha/Vara de Pescar Siri [9] Coleta Manual [10] Tarrafa [11] Mergulho [12] Curral [13] Rede de emalhar/espera/caçoeira/malhadeira [14] Outros _____ [88] Não se aplica
39. Quantos dias você trabalha por semana, em média? _____ dias [88] Não se aplica
40. Média de horas de trabalho por dia: [1] Menos de 4 horas [2] De 4 a 8 horas [3] Mais de 8 horas [88] Não se aplica
41. Você comercializa sua produção para: (Pode marcar mais de uma opção) [1] Não possui produção própria [2] pesca para subsistência/consumo próprio [3] Peixeiro/pombeiro [4] Empresas de beneficiamento [5] Venda direta ao consumidor [6] Colônia/associação/cooperativa [7] Atacadistas [8] Peixaria [9] Bar e restaurantes [10] Não se aplica
42. Que fatores prejudicam na sua atividade pesqueira? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhum [2] Pesca excessiva/ muita pesca/ muita gente na pesca [3] Lixo [4] Poluição da água (rios, mares) [5] Falta de saneamento básico/ esgoto [6] Uso de agrotóxicos [7] Diminuição dos recursos naturais [8] Falta de políticas públicas direcionadas ao setor Turismo [9] [10] Falta de organização do setor [11] Monocultura da cana-de-açúcar [12] Aquicultura [13] Falta de fiscalização na pesca [14] Pesca predatória (bomba/malha fina/veneno) [15] Indústria [16] Barcos/pescadores de outros locais [17] Outros [88] Não se aplica
43. Possui outra fonte de renda/atividade? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhuma [2] Pesca de mar de fora [3] Pesca de mar de dentro [4] Turismo [5] Pesca estuarina/manguezal [6] Aquicultura [7] Funcionário público [8] Comércio [9] Caseiro/serviços domésticos [10] Agricultura (Cana) [11] Agricultura (Outros) [12] Artesanato [13] Serviços gerais [14] Aposentado/benefício [15] Indústria [16] Construção civil [17] Outros
44. Gostaria de ter outra fonte de renda/atividade? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhuma [2] Pesca de mar de fora [3] Pesca de mar de dentro [4] Turismo [5] Pesca estuarina/manguezal [6] Aquicultura [7] Funcionário público [8] Comércio [9] Caseiro/serviços domésticos [10] Agricultura (Cana) [11] Agricultura (Outros) [12] Artesanato [13] Serviços gerais [14] Aposentado/benefício [15] Indústria [16] Construção civil [17] Outros _____
45. Já trabalhou em outra fonte de renda/atividade? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhuma [2] Pesca de mar de fora [3] Pesca de mar de dentro [4] Turismo [5] Pesca estuarina/manguezal [6] Aquicultura [7] Funcionário público [8] Comércio [9] Caseiro/serviços domésticos [10] Agricultura

(Cana) [11] Agricultura (Outros) [12] Artesanato [13] Serviços gerais [14] Aposentado/benefício [15] Indústria [16] Construção civil [17] Outros
46. Já fez algum tipo de treinamento/capacitação em sua atividade? Qual? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Não fez [2] Capacitação gerencial/administrativa/comercialização [3] Capacitação técnica-produção (pesca/cultivo/turismo/artesanato) [4] Capacitação em Meio ambiente [5] Outro: _____
47. Atualmente gostaria de se capacitar: [1] Não gostaria [2] Na sua atividade principal (pesca) [3] Em outra atividade Qual? _____
48. Você sabe fazer outra atividade? Possui outras habilidades? Qual(is)? _____
49. Já recebeu algum crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência técnica para a sua atividade? [1] Não recebeu [2] Sim – Individual [3] Sim – coletivo
50. Qual a renda total familiar por mês (em salário mínimo)? [1] Menos de ½ s.m. (<R\$206,00) [2] De ½ a menos de 1 s.m. (de R\$ 206,00 a R\$ 411,99) [3] De 1 a menos de 2 s.m. (de R\$ 412,00 a R\$ 823,99) [4] De 2 a menos de 5 s.m. (de R\$ 824,00 a R\$ 2.059,99) [5] 5 ou mais s.m. (? R\$ 2.060,00) [6] Não sabe
51. Qual a renda total da sua atividade principal por mês (ou semana X 4)? [1] Menos de ½ s.m. (<R\$206,00) [2] De ½ a menos de 1 s.m. (de R\$ 206,00 a R\$ 411,99) [3] De 1 a menos de 2 s.m. (de R\$ 412,00 a R\$ 823,99) [4] De 2 a menos de 5 s.m. (de R\$ 824,00 a R\$ 2.059,99) [5] 5 ou mais s.m. (? R\$ 2.060,00) [6] Não sabe
52. Você (ou alguém em sua casa) é assistido por algum programa social? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhum [2] Bolsa Família [3] Seguro desemprego [4] Seguro defeso [5] Benefício Assistência de Prestação Continuada – BPS/LOAS (aposentado deficiente/idoso) [6] PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [7] Não sabe [8] Chapéu de Palha Pesca [9] Pronaf/ Crediamigo/Agroamigo [10] Outros _____

GRUPO IV – Associativismo

53. Você participa de algum tipo de organização representativa? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhuma [2] Associação de moradores [3] Associação de produtores/serviços [4] Associação de pescadores [5] Colônia de pescadores [6] Cooperativa de produtores [7] Outra: _____

GRUPO V – Meio Ambiente

54. Você tem conhecimento de algum órgão/ ação/ instituição que realize algum tipo de ação na área de meio ambiente no seu município? (Pode marcar mais de uma opção) [1] Nenhum [2] Conselho de Defesa do Meio Ambiente [3] Órgão Ambiental no município (Secretaria, diretoria, chefia) [4] Código Municipal de Defesa do Meio Ambiente [5] SEAP [6] ONGs _____ [7] IBAMA [8] Marinha/ Capitania dos Portos [9] CIPOMA [10] Universidades [11] Outros
--

GRUPO VI - COMUNIDADE

55. Quais outras atividades geradoras de renda você identifica na sua comunidade? O que é mais expressivo na sua comunidade? Colocar em tópicos.

56. Você tem sugestão de alguma outra atividade geradora de renda para ser implementada na sua comunidade? Colocar em tópicos.

GRUPO VII – Bolsa Família	
<u>Objetivo 1 - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional</u>	
57. Quantas refeições por dia são realizadas pela família? _____ Refeições	
58. Nos 7 dias da semana a família já passou algum dia sem realizar refeição? 1. Sim 2. Não Quantos? _____ dias	
59. Nos últimos 7 dias a família consumiu Alimento: 1. Sim 2. Não Leite de Vaca – Pasteurizado ou in natura () _____ Grãos – Arroz, trigo, Milho outro () _____ Leguminosas – Feijão verde, preto, fava “feijões” () _____ Milho – Em grãos ou espiga () _____ Frutas () _____ Verduras () _____ Legumes () _____ Carne Vermelha () _____ Carne Branca () _____ Peixes / derivados () _____ Frequência: Todos os dias (1); Em alguns dias (2); Em 1 ou 2 dias (3).	
60. Das alternativas a seguir, qual melhor descreve a quantidade de alimentos consumidos por sua família? 1. Nunca é suficiente 2. Às vezes não é suficiente 3. É sempre suficiente	
61. A família está satisfeita com a alimentação? 1. Sim 2. Não	
62. O que falta para melhorar a alimentação da família? _____	
63. A maioria dos alimentos consumidos são: 1. Comprados 2. Doados 3. Produzidos pela própria família.	
64. Qual é o gasto médio com: Alimentação R\$ _____ Aluguel R\$ _____ Água R\$ _____ Luz R\$ _____ Transporte R\$ _____ Medicamentos R\$ _____ Gás R\$ _____ Lazer R\$ _____ Roupas/acessórios R\$ _____ Outros? O quê? _____ R\$ _____	
<u>Objetivo 2 – Estimular a emancipação das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.</u>	
65. Gostaria de perguntar sobre grupos, organizações, redes, associações que a família participa. Estes grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente pelo menos duas vezes por ano. Atividade: Cooperativa ou grupo de produção 1. Sim 2. Não; Associação de comerciantes ou de negócios 1. Sim 2. Não; Cooperativa/Colônia de Pescadores Sindicato Associação / Comitê de bairro ou comunidade 1. Sim 2. Não Grupo religioso/espiritual 1. Sim 2. Não Grupo ou movimento político 1. Sim 2. Não Grupo ou associação cultural 1. Sim 2. Não Grupo educacional (associação de pais, etc.) 1. Sim 2. Não ONG ou grupo cívico (Rotary, cruz vermelha, etc.) 1. Sim 2. Não Conselhos ou comitês setoriais (Assistência Social, Saúde, Segurança alimentar e Nutricional, etc.) 1. Sim 2. Não	

Outros Grupos? Qual(is)?	
66.Participa de atividades para capacitação profissional promovidas pela prefeitura? 1. Sim 2.Não 3. A prefeitura não oferece	
67.Gostaria de participar de alguma atividade? 1. Sim 2. Não Que tipo de atividade?	
68.Qual é seu nível de confiança nos conselhos/comitês/associações de pescadores no tocante ao controle social? 1. Confia totalmente 2. Confia muito 3. Nem muito nem pouco 4. Confia pouco 5. Não confia 6. Não sabe o que é/não conhece.	
69.Nos últimos 12 meses, você participou de alguma atividade comunitária em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade? 1. Sim 2. Não.	
70.E no último mês, participou de alguma atividade comunitária? 1. Sim 2. Não	
71.O que é mais importante para você? 1. Saber ler 2. Saber escrever 3. Saber ler e escrever.	
72.Se você quisesse se alfabetizar qual seria o motivo principal? (somente uma resposta). Porque é importante para: 01 a minha religião; 02 o trabalho; 03 a renda; 04 a educação; 05 o status social/pessoal; 06 progredir na vida; 07 a família; 08 auto-realização; 09 obter prestígio/respeito; 10 a autonomia; 11 a segurança;12 a competência	
73.Por quê? 13 é uma obrigação/ dever de todo cidadão; 14 é um direito; 15 dá prazer; 16 não quero me alfabetizar	
Objetivo 3 – Combate a pobreza	
74.Você considera a sua família pobre? 1. Sim 2. Não Por quê?	
75.Descontado o valor do bolsa família e de outros benefícios, qual é o rendimento do grupo familiar? R\$ _____	
76.Há quantos membros na família? _____ membros 77.Quantos trabalham? _____	
78.Características do Domicílio: Tipo de localidade 1. Urbano 2. Rural	
79.Situação 1. Próprio 2. Alugado 3. Arrendado 4. Invasão 6. Financiado 7. Outra	
80.Tipo de construção 1. Tijolo/alvenaria 2. Adobe 3. Taipa revestida 4. Taipa não revestida 5. Madeira 6. Outro _____	
81.Tipo de abastecimento de água 1. Rede pública 2. Poço/nascente 3. Carro pipa 4. Outro	
82.Tratamento da água 1. Filtração 2. Fervura 3. Cloração 4.sem tratamento 5. Outro	
83.Tipo de iluminação 1. Relógio próprio 2. Sem relógio 3. Relógio comunitário 4. Lampião 5. Vela 6. Outro	
84.Escoamento sanitário 1. Rede pública 2. Fossa rudimentar 3.fossa séptica 4. Vala 5.céu aberto 6. Outro	
85.Destino do lixo no domicílio 1. Coletado 2.Queimado 3.Enterrado 4.Céu aberto 5.outro	
86.Você considera as condições de moradia de sua família: 1. Excelente 2. Satisfatórias 3.Ruins 4.Péssimas	
87.O que falta pra melhorar as suas condições de Moradia? _____	
88.Na sua opinião a renda de sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com: 1. Facilidade 2. Dificuldade 3.Muita dificuldade	
89.Considerando a situação de sua família, qual seria a renda mensal mínima necessária para chegar ao final do mês?	

Questionário Bolsa Família (aplicado somente às famílias beneficiadas)

90.A família recebe algum benefício do governo? Qual (s)? Qual o valor?	
Benefício 1:	Valor 1(R\$)
Benefício 2:	Valor 2(R\$)
Benefício 3:	Valor 3(R\$)
Benefício 4:	Valor 4(R\$)
91.Em relação ao bolsa família, quem é o responsável pelo recebimento? 1. Mulher 2. Homem	

Dados do Responsável pelo Bolsa Família							
92. Nome Completo: _____							
93. Raça: 1. Branca 2. Preta 3. Amarela 4. Indígena 4. Parda Estado Civil: 1. Casado 2. Solteiro 3. Separado 4. Viúvo 5. Outro _____							
94. Frequenta alguma escola: 1 Sim rede privada; 2 Sim rede pública; 3 Não, já frequentou 4 Nunca frequentou (vá para a questão 97)							
95. Qual o grau de instrução? 1 nenhuma série completa; 2 primário; 3 ensino fundamental; 4 supletivo (ensino fundamental ou 1 grau); 5 supletivo (ensino médio ou 2 grau); 6 ensino médio ou 2 grau; 7 superior; 8 Outros Qual(s)? _____							
96. Por que não frequenta mais? 1 já concluiu os estudos; 2 não vê necessidade; 3 passou da idade; 4 não tem tempo (trabalha, cuida de criança, etc.); 5 outros Qual (s)? _____							
97. Por que nunca frequentou? 1 não vê necessidade; 2 passou da idade; 3 distância da escola; 4 não existe curso de alfabetização para adultos no município ou região; 5 não tinha tempo (trabalha, cuida de criança, etc.); 6 outros							
98. Trabalha ou já trabalhou alguma vez? sim trabalha; 2 sim, não trabalha, mas já trabalhou (vá para a questão 10) 3 nunca trabalhou (vá para a questão 100)							
99. Caso trabalhe, qual a posição de ocupação: 1 empregado; 2 empregador; 3 trabalhador por conta própria; 4 cooperativado; 5 pesca – trabalhador na produção do próprio consumo; 6 não remunerado							
100 Caso não trabalhe, há quanto tempo não trabalha? _____ 101 Tem procurado emprego? 1. Sim 2. Não							
102 Quantas crianças de sua casa são beneficiadas com o programa? _____							
103 Qual a idade de cada criança beneficiada?							
MEMBRO							
IDADE							
104 Há gestantes beneficiadas? 1. Sim 2. Não							
105 Após o recebimento do bolsa família, a alimentação de sua família: 1. Melhorou 2. Melhorou muito 3. Não houve mudanças							
106 Qual a sua opinião sobre o programa? 1. Ótimo 2. Bom 3. Ruim							
107 Onde é gasto a maior parte do benefício (até 3 itens)							
GASTOS				VALOR (R\$)			
Objetivo 4 – Segurança Alimentar (Criança)							
Legenda: 1. Sim 2. Não							
Caso sim, com que frequência: 1 (quase todos os dias); 2 (em alguns dias); 3 (em apenas 1 ou dois dias).							
108 Nos últimos 90 dias:							
Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida							
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida							
Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável variada							
Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou							
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida							
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida							
Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido a falta de dinheiro para comprar comida							

Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição e ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida.
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

FIM! MUITO OBRIGADO (A) VOCÊ CONTRIBUIU FAVORAVELMENTE PARA SUA CLASSE.

OBSERVAÇÕES DO (A) ENTREVISTADOR (A)

ASSINATURA DO ENTREVISTADOR (A) _____

ANEXO B – IMAGENS DA CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA

Figura 3 - Número de Beneficiários do PBF junho

CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA

> Boas Vindas > Municipal > Distribuição de Serviços ao Cidadão > Bolsa Família > Consulta Pública Bolsa Família
> Consulta de Benefícios por Município

Consulta de Benefícios por Município

FORMULÁRIO

Município: ILHA DE ITAMARACA/PE	Programa social: 694	Folha de pagamento: 06/2012
Qtde. famílias atendidas	Download	
2.720	↓	

O QUE VOCÊ PROCURA?

Produtos e serviços para:

- Você
- Empresas: Micro e Pequenas, Médias e Grandes
- Governo: Municipal, Estadual, Federal
- Judiciário

Veja também:

- Loterias
- Habitação
- FGTS

Busca por:

English | Español Política de Privacidade | Termos de uso MAPA DO SITE | SEGURANÇA | IMPRENSA | RSS

Fonte: CEF

Figura 4 - Número de Beneficiários do PBF julho

CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA

> Boas Vindas > Municipal > Distribuição de Serviços ao Cidadão > Bolsa Família > Consulta Pública Bolsa Família
> Consulta de Benefícios por Município

Consulta de Benefícios por Município

FORMULÁRIO

Município: ILHA DE ITAMARACA/PE	Programa social: 694	Folha de pagamento: 07/2012
Qtde. famílias atendidas	Download	
2.689	↓	

O QUE VOCÊ PROCURA?

Produtos e serviços para:

- Você
- Empresas: Micro e Pequenas, Médias e Grandes
- Governo: Municipal, Estadual, Federal
- Judiciário

Veja também:

- Loterias
- Habitação
- FGTS

Busca por:

English | Español Política de Privacidade | Termos de uso MAPA DO SITE | SEGURANÇA | IMPRENSA | RSS

Fonte: CEF

Figura 5 - Número de Beneficiários do PBF agosto

The screenshot shows the CAIXA website interface for the 'CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA' page. The header includes the CAIXA logo and navigation links like 'MENU', 'REDE DE ATENDIMENTO', 'SOBRE A CAIXA', 'CAIXA CULTURAL', 'DOWNLOADS', 'OUVIDORIA', and 'FALE CONOSCO'. The main content area is titled 'CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA' and includes a breadcrumb trail: '> Boas Vindas > Municipal > Distribuição de Serviços ao Cidadão > Bolsa Família > Consulta Pública Bolsa Família > Consulta de Benefícios por Município'. A 'Consulta Pública' button is visible. Below this, the 'FORMULÁRIO' section shows the following data:

Município: ILHA DE ITAMARACA/PE	Programa social: 694	Folha de pagamento: 08/2012
Qtde. famílias atendidas		Download
2.767		↓

At the bottom, there is a search section 'O QUE VOCÊ PROCURA?' with filters for 'Produtos e serviços para:' (Você, Empresas: Micro e Pequenas, Médias e Grandes, Governo: Municipal, Estadual, Federal, Judiciário) and 'Veja também:' (Loterias, Habitação, FGTS). A search bar with 'busque aqui' and an 'OK' button is also present.

Fonte: CEF

Figura 6 - Número de Beneficiários do PBF setembro

The screenshot shows the CAIXA website interface for the 'CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA' page. The header and navigation are identical to Figure 5. The main content area is titled 'CONSULTA PÚBLICA BOLSA FAMÍLIA' and includes the same breadcrumb trail. A 'Consulta Pública' button is visible. Below this, the 'FORMULÁRIO' section shows the following data:

Município: ILHA DE ITAMARACA/PE	Programa social: 694	Folha de pagamento: 09/2012
Qtde. famílias atendidas		Download
2.757		↓

The search section 'O QUE VOCÊ PROCURA?' and the search bar are also present, identical to Figure 5.

Fonte: CEF

Figura 7 - Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico

CAIXA AMBIENTE SEGURO E CERTIFICADO

ALTERAR SENHA SAIR

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Olá, JAKELINE DE OLIVEIRA XAVIER
Seu último acesso foi em 01/08/2012 às 15:19.

BUSCAR FAMÍLIA CADASTRAR FAMÍLIA GERIR FAMÍLIA RELATÓRIOS PAINEL GERENCIAL

> Cadastro Único > Painel Gerencial

V. 7.4

Painel Gerencial

- ▶ Pendências (4772)
- ▶ Ocorrências (1064)
- ▶ Transferência (140)
- ▶ Pessoas sem Registro Civil (0)
- ▶ Situação dos Cadastros das Famílias (10093)
- ▶ Estado Cadastral das Famílias/Pessoas (23629)

SOLICITAR RELATORIO

Sair do Sistema Política de privacidade | Termos de uso © CAIXA 2009

Fonte: CEF

Figura 8 - Pagamentos efetuados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal R\$.

CGU - Controladoria-Geral da União

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido Seleção... OK

Você está em:
Início » Despesas » Temáticas » Pescador Artesanal » Estados » Municípios » Favorecidos

PESCADOR ARTESANAL POR ESTADO/MUNICÍPIO

Total de pagamentos pelo Governo Federal em âmbito nacional - Pescador Artesanal: R\$ **1.649.335.337,00**

Total de pagamentos aos favorecidos do Estado do **PERNAMBUCO**: R\$ **12.291.876,00**

Total de pagamentos aos favorecidos do município do **ILHA DE ITAMARACÁ**: R\$ **576.456,00**

Selecione o(a) "Favorecido" para obter o detalhamento do valor

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

CPF	Favorecido	RGP	Valor Acumulado (R\$)
***.997.994-**	ADILSON PEREIRA DA SILVA	0000150894	3.270,00
***.359.979-**	ADILSON PEREIRA DA SILVA	0000150894	1.866,00
***.633.094-**	ADONIAS ALEXANDRINO DA SILVA	0000151211	3.270,00
***.129.867-**	ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA	0000151574	3.270,00
***.492.064-**	ADRIANO PEREIRA DE LIMA	0000151215	2.165,00
***.661.794-**	AILTON LAURENTINO DA CUNHA	0000151504	3.270,00
***.532.984-**	ALBANO DA SILVA GONCALVES	0000151433	3.270,00
***.478.357-**	ALBERTO DA SILVA GONCALVES	0000150705	1.244,00
***.175.654-**	ALCINO JOSE RAPOSO	0000151579	3.255,00
***.251.756-**	ALCINO JOSE RAPOSO	0000151579	1.866,00
***.735.814-**	ALEX RODRIGUES DA SILVA	0000151349	3.270,00
***.788.124-**	ALEX ULISSES DA SILVA	0000562776	3.255,00
***.647.881-**	ALEX ULISSES DA SILVA	0000562776	1.244,00
***.457.214-**	ALEXANDRE ALVES CORREIA	0000152192	3.255,00
***.094.572-**	ALEXANDRE ALVES CORREIA	0000152192	1.866,00

Fonte: Portal da Transparência